

Índice

.....	
1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	7
3. ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E TERRITORIAL	8
3.1 Enquadramento Territorial Estratégico.....	8
3.2. Socio-demografia e Habitação.....	11
3.2.2. Projeções demográficas	19
3.2.2.1. Projeção	22
3.2.3. Habitação	24
3.2.3.1. Habitação Social	28
3.3. Estrutura socioeconómica	36
3.3.1. Dinâmicas Socioeconómicas	36
3.3.1.1 Tecido Empresarial e Produtivo.....	36
3.3.1.2 Áreas de Especialização Inteligente.....	40
3.3.1.3 Empregabilidade e Recursos Humanos	41
3.3.2. Infraestruturas de Apoio às Atividades Económicas	44
3.3.3. Serviços Especializados de Apoio às Atividades Económicas	45
3.4. Sistema Ambiental	48
3.4.1. Paisagem e valores ecológicos	48
3.4.2 Ria de Aveiro	49
3.4.3 Baixo Vouga Lagunar.....	52
3.4.4 Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.....	54
3.4.5 Pateira de Requeixo/Fermentelos	55
3.4.6 Produção e valorização de resíduos urbanos	57
3.4.7 Abastecimento de água para consumo humano.....	59
3.4.8 Tratamento de águas residuais domésticas	60
3.4.9 Qualidade do ar	60
3.4.10 Ruido.....	62
3.4.11 Ação climática.....	63
3.5. Sistema urbano	64
3.5.1. Serviços e Equipamentos	64
3.5.2. Infraestruturas territoriais	69
3.5.3. Desenvolvimento Urbano	70
3.5.4. Acessibilidades e Transportes	71
3.6. Sistema de Riscos	78
4. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	85
4.1 Plano Diretor Municipal	89
4.1.1 Delimitação da REN.....	93
4.1.2 Execução.....	96
4.2 Planos de Pormenor	102
4.2.1 Plano de Pormenor do Centro	102
4.2.1.1 PP do Centro - Dinâmica de concretização.....	103
4.2.2. Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia	105
4.2.2.1 PPPZIC - Dinâmica de concretização	106
4.3 Estudos Urbanísticos	108
4.4 Reabilitação Urbana.....	110
4.4.1 Área de Reabilitação Urbana	110
4.4.1.1 Programa de investimentos e operacionalização	111
4.4.2 Carta do Património.....	112
4.5. Planos de cariz estratégico com incidência territorial	114
5. DINÂMICA URBANÍSTICA.....	116
6. SÍNTESE	123

Índice de Quadros

QUADRO 1 POPULAÇÃO RESIDENTE.....	11
QUADRO 2 GRUPOS ETÁRIOS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO.....	12
QUADRO 3 POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (NUTS - 2013), SEXO E GRUPO ETÁRIO; ANUAL - INE, ESTIMATIVAS ANUAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	13
QUADRO 4 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL POR FREGUESIAS.....	14
QUADRO 5 - DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA COM ÁREA 'CORRIGIDA'.....	17
QUADRO 6 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE.....	20
QUADRO 7 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE.....	20
QUADRO 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO 1981; 1991; 2001; 2011.....	21
QUADRO 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO DE 1991 A 2013.....	21
QUADRO 10 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO.....	22
QUADRO 11 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO.....	23
QUADRO 12 - NÚMERO DE HABITANTES POR ALOJAMENTO.....	25
QUADRO 13 - FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS.....	26
QUADRO 14 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS OU SUBARRENDADOS (%).....	26
QUADRO 15 - EDIFÍCIOS SEGUNDO O N.º DE ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO.....	27
QUADRO 16 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO.....	27
QUADRO 17 HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL.....	29
QUADRO 18 HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DO IHRU.....	30
QUADRO 19 N.º DE PEDIDOS HABITAÇÃO ATIVOS (2020).....	31
QUADRO 20 REALOJAMENTOS [2015 – 2020].....	32
QUADRO 21 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE, 2001 E 2011.....	42
QUADRO 22 - CONSUMOS ÁGUA MUNICÍPIO DE AVEIRO 2014 A 2019.....	59
QUADRO 23 - TIPOS DE RISCOS.....	78
QUADRO 24 - ÁREA ABRANGIDA PELOS PLANOS DE PORMENOR EM VIGOR.....	88
QUADRO 25 INVESTIMENTOS DE INICIATIVA MUNICIPAL COM MAIOR EXPRESSÃO FINANCEIRA.....	97
QUADRO 26 PONTO DE SITUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO PDM.....	102

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO POPULAÇÃO RESIDENTE.....	11
GRÁFICO 2 - GRUPOS ETÁRIOS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO.....	12
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL POR FREGUESIAS.....	15
GRÁFICO 4 - DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA.....	16
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA COM ÁREA 'CORRIGIDA'.....	18
GRÁFICO 6 - PROJEÇÕES DEMOGR UNES ESCASSOS ÁFICAS ATÉ 2031.....	22
GRÁFICO 7 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA.....	23
GRÁFICO 8 - NÚMERO DE HABITANTES POR ALOJAMENTO FAMILIAR.....	25
GRÁFICO 9 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO.....	27
GRÁFICO 10 N.º DE REALOJAMENTOS EFETIVADOS ENTRE 2018 E 2020.....	33
GRÁFICO 11 HABITAÇÕES PRECÁRIAS (JUNHO-JULHO 2017).....	34
GRÁFICO 12 - N.º DE EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO, SEGUNDO CAE-REV.3, 2018.....	37
GRÁFICO 13 - PORCENTAGEM DE EMPRESAS POR SETOR, NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2018; FONTE: INE,2020.....	38
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HÓSPEDES, MUNICÍPIO E REGIÃO DE AVEIRO; FONTE: ERTC, 2018.....	38
GRÁFICO 15 - TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2009-2019; FONTE: PORDATA.....	39
GRÁFICO 16 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO; FONTE: INE, 2011.....	42
GRÁFICO 17 - POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, AVEIRO-2011.....	43
GRÁFICO 18 - PODER DE COMPRA <i>PER CAPITA</i> ; FONTE: INE, PORDATA, 2017.....	43
GRÁFICO 19 – ÁREA ARDIDA E N.º DE INCÊNDIOS RURAIS.....	81
GRÁFICO 20 ÁREA ARDIDA POR FREGUESIA.....	82
GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DA EMISSÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO POR ANO 2000 E 2020.....	116
GRÁFICO 22 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PÉRVIA.....	117
GRÁFICO 23 - COMPARAÇÃO ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO / PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA.....	117
GRÁFICO 24 - ALVARÁS DE LOTEAMENTO EMITIDOS.....	118
GRÁFICO 25 - ÁREA COBERTA POR LOTEAMENTOS POR ANO (M ²).....	118

Índice de Figuras

FIGURA 1 - AVEIRO/REGIÃO.....	8
FIGURA 2 - CENTROS URBANOS EUROPA	8
FIGURA 3 - CIDADES / HABITANTES	9
FIGURA 4 – NUTSIII (FONTE PORDATA).....	9
FIGURA 5 - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE AVEIRO	10
FIGURA 6 - ALTERAÇÃO LIMITES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO CAOP 2013	10
FIGURA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR SUBSECÇÃO (2011).....	14
FIGURA 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR FREGUESIAS (2011).....	14
FIGURA 9 - CONFIGURAÇÃO DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE AVEIRO ANTES DE 2013 E POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001.....	19
FIGURA 10 - NOVA CONFIGURAÇÃO DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO EM 2013	20
FIGURA 11 - NÚMERO DE ALOJAMENTOS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR SUBSECÇÃO (2011)	24
FIGURA 12 - N.º DE HABITANTES/ALOJAMENTO/FREGUESIAS (2011)	25
FIGURA 13 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA - HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL	30
FIGURA 14 DISTRIBUIÇÃO DAS 150 MAIORES EMPRESAS, POR VOLUME DE NEGÓCIOS EM 2018.....	47
FIGURA 15 VALORES ECOLÓGICOS	48
FIGURA 16 REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (ADRA 2017).....	60
FIGURA 17 REDE DE SANEAMENTO (ADRA 2017).....	60
FIGURA 18 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DESDE OS JARDINS DE INFÂNCIA AO ENSINO SUPERIOR	64
FIGURA 19 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE: HOSPITAL, CENTRO DE SAÚDE E EXTENSÕES DE SAÚDE	65
FIGURA 20 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS PÚBLICOS.....	66
FIGURA 21 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	67
FIGURA 22 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS	68
FIGURA 23 – INFRAESTRUTURAS	70
FIGURA 24 HIERARQUIA VIÁRIA.....	73
FIGURA 25 – REDE DE TRANSPORTES	75
FIGURA 26 - ESPAÇOS FLORESTAIS	83
FIGURA 27 IGTS 2015 FIGURA 28 IGTS 2020.....	88
FIGURA 29 MODELO TERRITORIAL.....	90
FIGURA 30 – ESTRUTURA ECOLÓGICA	92
FIGURA 31 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO.....	102
FIGURA 32 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA.....	105
FIGURA 33 – ÁREAS ABRANGIDAS POR ESTUDOS URBANÍSTICOS	108
FIGURA 34 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE AVEIRO.....	110
FIGURA 35 - ALVARÁS DE LOTEAMENTO DESDE 1995 ATÉ DEZ 2020	119
FIGURA 36 - PROCESSOS APROVADOS DE 1999 A DEZ 2020	120

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Bases da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial determinam um exigente processo de Avaliação e Monitorização dos Planos Municipais.

Neste quadro, os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) constituem um instrumento fundamental na concretização deste princípio, sendo por isso, uma determinação legal que as Câmaras Municipais procedam, periodicamente, à elaboração deste relatório, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal. Os REOT devem ser objeto de uma ampla participação pública, prevendo o RJIGT que, assim que esteja concluída a sua elaboração, sejam submetidos a um período de discussão pública.

De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

Assim, o Relatório do Estado do Ordenamento do Território é um instrumento que permite a avaliação contínua do desenvolvimento do território, identificando as respetivas dinâmicas e os fatores que lhe deram origem, assim como a evolução ou surgimento de novos constrangimentos. Constitui, ainda, quadro de referência que fundamentará o processo de revisão de Instrumentos de Gestão Territorial. Foi o que aconteceu com o REOT 2015, que serviu de base à elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), tendo este relatório sido fundamental na definição das opções e diretrizes de ordenamento municipal que se refletiram no modelo de desenvolvimento preconizado pelo referido plano.

No período que decorre entre o REOT 2015 e o presente relatório, fruto de um esforço concertado e interdisciplinar não só interno à Câmara Municipal como de articulação com as 32 entidades que faziam parte da comissão consultiva, procedeu-se à primeira revisão do PDM de Aveiro. Este não foi um procedimento, exclusivamente, no domínio do ordenamento urbano, constituiu o ensejo para uma reformulação total no planeamento municipal, tanto ao nível estratégico como da própria elaboração, envolvendo diversos instrumentos que têm interferência na componente do ordenamento do território. Foi, pois, uma oportunidade que permitiu encetar um processo de capacitação, estruturação, qualificação e desenvolvimento do Município de Aveiro.

Esta operação congregou diversos planos, entre eles o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, o “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil”, o “Diagnostico Social 2019” e o “Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021”, o “Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade

de Aveiro/ PEDUCA” (que integra o “Plano de Ação de Reabilitação Urbana”, o “Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas” e o “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”), o “Plano Estratégico Para a Cultura”, a “Carta Educativa”, o “Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro - PEVCA” e a “Carta do Património”.

A revisão do PDM veio, assim, integrar diferentes instrumentos de gestão do território conjugando as diversas ações previstas num único plano.

Decorrente das estratégias definidas formulou-se um pacote de investimentos que visa alcançar os objetivos programados no plano, assumindo-se uma dimensão financeira substancial onde o valor de investimento da CMA é de 165 milhões de euros, alavancando investimento de outras entidades do estado na ordem dos 162 milhões de euros, onde estão incluídos 120 milhões de euros associados à qualificação e a ampliação do Hospital Infante D. Pedro (integrando o Centro Académico Clínico) no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Destaca-se, ainda, a prioridade atribuída à reabilitação, ativação e criação de equipamentos estruturantes, tanto nas áreas do Desporto como da Saúde, Cultura e Turismo assim como o investimento na componente social tanto nas ações imateriais como na reabilitação do parque de habitação social, intervenções que contribuem para uma real melhoria da qualidade de vida das populações mais desfavorecidas.

Com a revisão do PDM estabelece-se, pois, uma base estratégica sólida e concertada para todas as intervenções no território municipal, sejam estas de promoção privada ou pública e apresentem as mais variadas escalas.

2. METODOLOGIA

O processo de revisão do PDM que decorreu de 2015 a 2019 constituiu uma oportunidade de permanente avaliação e monitorização do estado do ordenamento do território neste enquadramento, no essencial o presente Relatório procederá à atualização da abordagem já efetuada tanto no anterior REOT como ao longo da Revisão do PDM. Este facto, associado, ainda, aos desafios que o ano de 2020 colocou à sociedade em geral justifica, também, a não apresentação de um REOT relativo ao período de 2015-2019 mas sim de 2015-2020.

Neste enquadramento, no essencial, o presente Relatório procederá à atualização da abordagem já efetuada e traduz uma continuidade de avaliação dos planos eficazes, agora adequado às novas orientações estabelecidas pelo PDM 1ªrevisão. Embora o PDM tenha apenas um ano de vigência, o que inviabiliza a aplicação dos indicadores de monitorização estabelecidos, importa fazer já uma avaliação geral da implementação do referido Plano.

É de salientar que encontrando-se este novo relatório, ainda, dentro do mesmo período censitário do anterior, será efetuado um esforço de atualização de dados recorrendo, sempre que possível a dados de estimativas do INE de publicação mais recente. Contudo verificou-se, ainda assim, a inexistência de novos referenciais relativos a diversas matérias abordadas. Nestes termos, para que possa haver uma leitura fluida dos dados estatísticos, optou-se por, nestas situações, reproduzir a abordagem do REOT 2015, evitando-se a remissão para o referido relatório.

O Município de Aveiro não é, de todo, um somatório de Freguesias, apresenta dinâmicas e uma coesão territorial que extravasa em muito os limites administrativos, contudo, a análise estatística terá que se sujeitar a estes limites, já que os dados de que se dispõe estão agregados a este nível.

Foram, ainda, atualizadas várias componentes que permitem uma análise evolutiva do desenvolvimento territorial, permitindo uma observação integrada. Recorre-se, em alguns casos, a uma abstração da realidade de forma a simplificar a mesma, facilitando a análise.

Para além de considerar o nível de execução dos instrumentos de planeamento em vigor, este relatório procura fazer uma recolha atualizada dos dados da caracterização social, económica e habitacional no Município que permitem perceber a evolução dos últimos anos em cada uma destas vertentes.

São ainda analisados os dados decorrentes da gestão urbanística dos últimos anos com vista à avaliação da dinâmica urbanística associada ao território Municipal.

3. ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E TERRITORIAL

3.1 Enquadramento Territorial Estratégico

Aveiro constitui-se como centro de uma Região alargada, com relações fortes de dependência e complementaridade a vários níveis, nomeadamente administrativo, socioeconómico e cultural.

Apresenta uma posição geoestratégica de grande centralidade em relação ao país e de um enquadramento natural impar onde se destaca a Ria de Aveiro como elemento natural notável e identitário que tem alavancado o desenvolvimento socioeconómico e cultural valorizando a região como um todo ecológico e paisagístico que proporciona oportunidades de desenvolvimento impares.



figura 1 - Aveiro/Região
fonte: PECA Plano Estratégico do Município de Aveiro

No contexto europeu, de acordo com o quadro das principais estruturas económicas do território Europeu, Aveiro é identificado como área urbana funcional de carácter transnacional/nacional, sendo evidente a sua importância na estrutura urbana que constitui a denominada Fachada Atlântica Ocidental que, a nível ibérico, é o sistema urbano com maior concentração populacional (cerca de 13 milhões de habitantes). No eixo ibérico Aveiro localiza-se no extremo de uma das vias de distribuição mais importantes na ligação Portugal-Espanha, fazendo parte da sub-região atlântica possuindo as infraestruturas portuárias e zonas balneares mais próximas de parte do território de Castela e Leão, nomeadamente Salamanca.

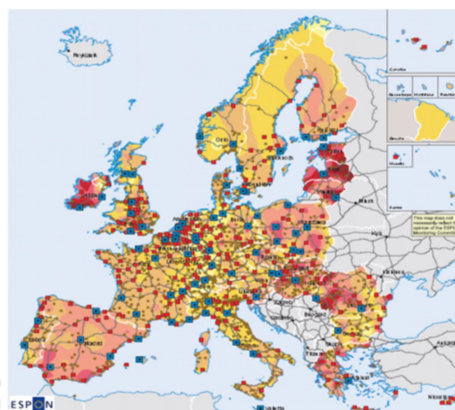


figura 2 - centros urbanos Europa
fonte: ESPON

No Contexto da Frente Atlântica, Aveiro afirma-se como território de elevado potencial, uma vez que possui as infraestruturas de base que permitem explorar diversas oportunidades. O porto de Aveiro, a plataforma logística e o eixo da A25 são elementos fulcrais que potenciam o reforço de Aveiro como uma das portas de entrada e saída do continente europeu. No eixo Atlântico confina com a Região Metropolitana do Porto, distando cerca de 87 km do aeroporto Francisco Sá Carneiro e cerca de 65 km da Cidade de Coimbra, registando interações fortes (emprego, serviços administrativos, trocas comerciais, etc.) com ambos os municípios.

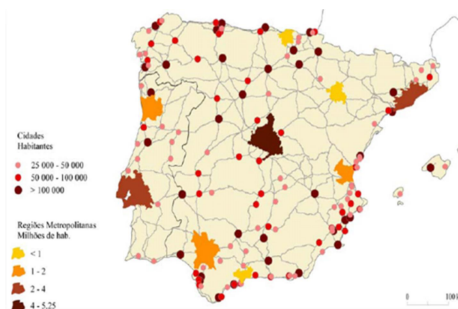


figura 3 - Cidades / Habitantes
Fonte: PROT-Centro

“Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013. Em relação à versão anterior – NUTS 2002 –, traduz-se por significativas alterações de número e de composição municipal das NUTS III, as quais passaram de 30 para 25 unidades territoriais, agora designadas de «unidades administrativas».” In Pordata www.pordata.pt.

Assim, à escala regional, Aveiro integra a NUTIII - unidade administrativa Região de Aveiro, onde se encontram, para além de Aveiro, os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.



Figura 4 – NUTSIII (fonte Pordata)

“O subsistema de Aveiro que inclui Ílhavo-Vagos-Oliveira do Bairro-Águeda-Albergaria-Ovar é polarizado pela Cidade de Aveiro que se afirma pela oferta de serviços na área do conhecimento (ensino superior, estruturas de base tecnológica e de investigação), mas também pelas funções administrativas, sociais e de comércio. Constitui uma centralidade com uma forte vocação

industrial, com intensa inter-relação com a área metropolitana do Porto e com uma forte componente logística decorrente do Porto de Aveiro, que pode ser potenciado pelos investimentos em plataformas logísticas.”¹

No contexto sub-regional, o Município de Aveiro possui um papel determinante como polo residencial e de emprego, com fortes relações com os Municípios limítrofes de Ílhavo, Oliveira do Bairro, Águeda e Estarreja.

O Município tem uma área total de 197,5km² (de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2019) e, em 2011, possuía uma população residente, segundo os dados dos Censos, de 78450 habitantes. As 10 freguesias delimitadas são resultado da reorganização administrativa (no seguimento da Lei nº 22/2012, de 30 de maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica) sendo que, até então, o Município possuía 14 freguesias.



figura 5 - Reorganização Administrativa do Município de Aveiro

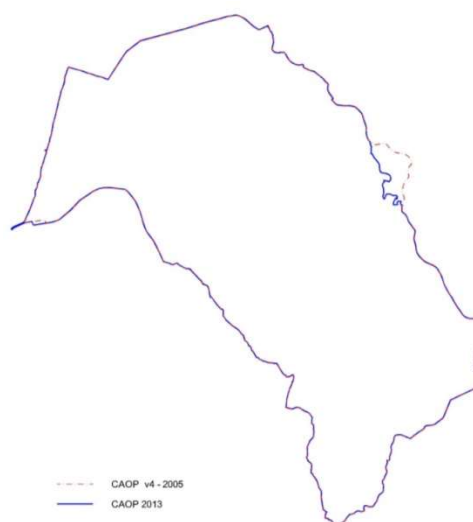


figura 6 - Alteração limites do Município de Aveiro CAOP 2013

¹ Fonte: PROT-Centro / CCDRC

3.2. Socio-demografia e Habitação

Aveiro, Município de referência e forte atração, foi apresentando, até 2011, uma tendência de crescimento populacional positivo, sendo que, de 2001 para 2011 verificou-se já uma menor expressão deste crescimento, à semelhança do verificado na região e no continente.

A partir de 2011, de acordo com as estimativas anuais da população residente do INE, Aveiro, apesar de refletir a tendência generalizada de decréscimo populacional que ocorreu também na região de Aveiro e no Continente, a partir de 2016 manifestou uma orientação de inversão desta tendência, tendo-se constatado já um crescimento da população positivo neste período, que não se verificou nos outros âmbitos territoriais de análise, conforme se pode notar nos dados do quadro que se apresenta seguidamente e respetivo gráfico.

	Censos	Estimativas Anuais do INE							
	2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aveiro	78450	78093	77675	77229	76935	76882	77241	77630	77916
Var% (2001-2011)	6,5%		- 0,5	- 0,6	- 0,4	- 0,1	0,5	0,5	0,4
Região de Aveiro (BV)	390822	369287	367764	366086	364457	364313	363752	363095	362100
Var% (2001-2011)	1,3%		- 0,4	- 0,4	- 0,9	- 0,04	- 0,1	- 0,2	- 0,3
Portugal Cont.	1.0047.621	10.030.968	9.976.649	9.918.548	9.869.783	9.839.140	9.809.414	9.792.797	9.779.826
Var% (2001-2011)	1,8%		- 0,5	- 0,6	- 0,5	- 0,3	- 0,3	- 0,2	- 0,1

Fonte: INE <http://www.ine.pt>

Quadro extraído em 15 de Abril de 2020 (14:31:33)

População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Quadro 1 População residente



Gráfico 1 evolução população residente

A análise da composição da população por estrutura etária poderá revelar as tendências para o envelhecimento ou juventude da população de um dado território, fundamental para compreensão e programação das atividades e equipamentos de apoio adequados.

	Grupos etários		
	0-14	15-64	65+
2011	11421	53404	13268
2012	11323	52857	13495
2013	11219	52193	13817
2014	11048	51723	14164
2015	10833	51563	14486
2016	10856	51588	14797
2017	10902	51583	15145
2018	10907	51510	15499

Quadro 2 grupos etários da população do Município de Aveiro
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

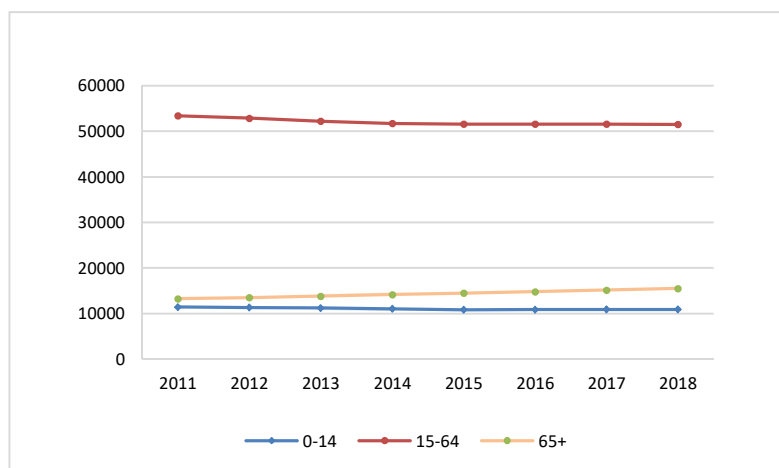


Gráfico 2 - grupos etários da população do Município de Aveiro
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Neste âmbito, da análise da estrutura etária da população do Município, desde 2011 a 2018 verifica-se uma tendência para acentuar o já significativo envelhecimento da população, traduzido pelo peso do grupo etário com 65 ou mais anos, face ao grupo populacional das classes mais jovens. Da análise do gráfico, a diferença entre estes grupos etários tem vindo a crescer por aumento da população com mais de 65 anos, enquanto que a classe etária do grupo mais jovem tem verificado uma tendência sempre decrescente neste período.

	Anos	Grandes grupos etários (anos)		
		0-14	15-64	65+
Concelho Aveiro	2011	11.421	53.404	13.268
Região Aveiro		47.433	247.758	68.096
Continente		1.484.932	6.608.420	1.937.616
Concelho Aveiro	2012	11.323	52.857	13.495
Região Aveiro		52.496	246.323	68.945
Continente		1.464.380	6.550.263	1.962.006
Concelho Aveiro	2013	11.219	52.193	13.817
Região Aveiro		51.429	244.093	70.564
Continente		1.438.422	6.481.463	1.998.663
Concelho Aveiro	2014	11.048	51.723	14.164
Região Aveiro		50.256	242.156	72.045
Continente		1.409.482	6.426.962	2.033.339
Concelho Aveiro	2015	10.833	51.563	14.486
Região Aveiro		48.970	241.915	73.428
Continente		1.382.547	6.388.939	2.067.654
Concelho Aveiro	2016	10.856	51.588	14.797
Região Aveiro		48.186	240.705	74.861
Continente		1.366.254	6.341.164	2.101.996
Concelho Aveiro	2017	10.902	51.583	15.145
Região Aveiro		37.473	239.293	76.329
Continente		1.349.734	6.306.096	2.136.967
Concelho Aveiro	2018	10.907	51.510	15.499
Região Aveiro		46.805	237.711	101.879
Continente		1.335.327	6.277.949	2.166.550

Quadro 3 População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Fonte: INE <http://www.ine.pt>

Quadro extraído em 15 de Abril de 2020 (14:31:33)

Recorrendo aos dados de 2011, apresenta-se, seguidamente, a distribuição da população no Município. Considera-se que, de 2011 até à presente data, estas tendências não deverão ter sofrido alterações significativas. Como é de esperar a maior concentração populacional ocorre no centro urbano principal, a cidade de Aveiro e envolvente imediata, perdendo-se população à medida que se progride para o interior – as freguesias mais rurais.

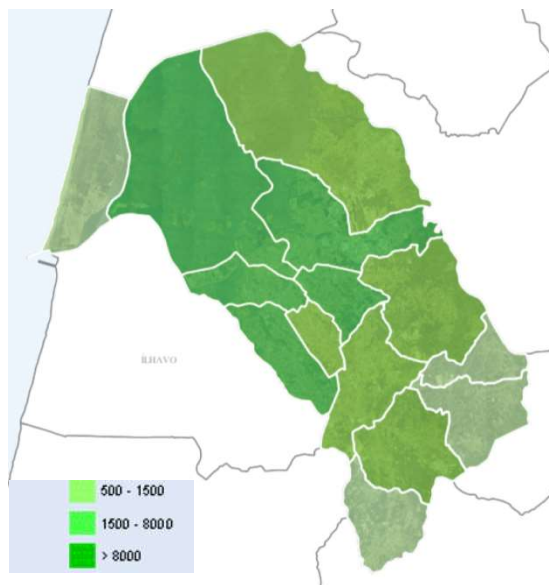


figura 8 - População residente no Município de Aveiro por freguesias (2011)

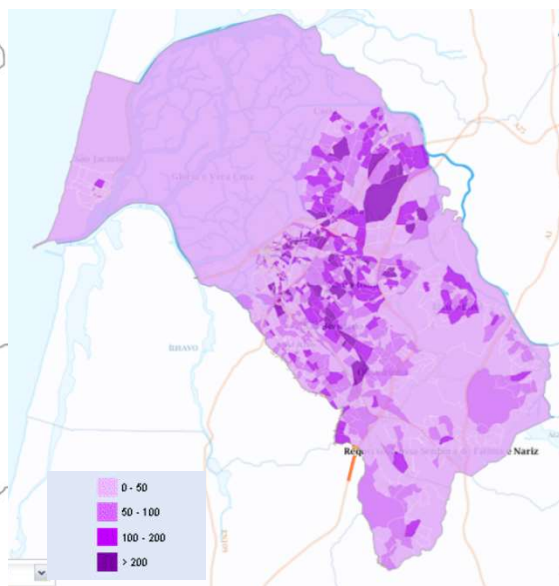


figura 7 - População residente no Município de Aveiro por subsecção (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

De acordo com a nova organização das freguesias verifica-se que a freguesia mais populosa é a União das Freguesias de Glória e Vera Cruz com 18756 pessoas, seguida da freguesia de Esgueira com 13431. A freguesia com menor número de habitantes é São Jacinto, no total com 993 residentes, seguindo-se a freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz com 4564.

<i>Freguesias</i>	1981	1991	2001	2011	2001/11(%)
Aradas	7970	8602	7628	9157	16,70
Cacia	5642	6527	7006	7354	4,73
Eirol	653	635	781	753	-3,72
Eixo	3773	3749	5253	5571	5,71
Esgueira	11720*	10930	12262	13431	8,70
Glória	9235	9105	9917	9099	-8,99
Nariz	1164	1293	1467	1418	-3,46
Oliveirinha	4437	4268	4780	4817	0,77
Requeixo	2770**	1187	1198	1222	1,96
S. Bernardo	2970	3314	4079	4960	17,76
S. Jacinto	1024	983	1016	993	-2,32
Vera Cruz	8926	7059	8652	9657	10,41
St ^ª Joana		6983	7426	8094	8,25
N. ^ª Sr. ^ª de Fátima		1809	1870	1924	2,81
Município	60284	66444	73335	78450	6,52
Esgueira + St.^ª Joana	11720	17913	19688	21525	8,53
Requeixo + N.^ª Sr.^ª Fátima	2770	2996	3068	3146	2,48

Quadro 4 - Evolução populacional por freguesias

Fontes: Estudos Complementares - vol. 2 – PDM de Aveiro; INE Censos 2001, 2011

* o valor populacional apresentado refere-se à freguesia de Esgueira e St.^ª Joana uma vez que só se dissociaram a partir de 1981.

**o valor populacional apresentado refere-se à freguesia de Requeixo e Na Sra de Fátima uma vez que só se dissociaram a partir de 1981.

Na década de 81 para 91, E reportando-nos aos dados existentes para as 14 freguesias, ocorreu um decréscimo de população nas freguesias da Glória e Vera Cruz, o que poderá ser explicado pelo surgimento da freguesia de Stª Joana, bem como, pela procura preferencial de espaços habitacionais nas então freguesias periurbanas, como resultado da especulação fundiária. Este facto refletiu-se num incentivo da procura de habitação na envolvente à cidade ‘velha’ e, a avaliar pelos crescimentos verificados, este aconteceu sobretudo, em S. Bernardo, Aradas, Esgueira e Santa Joana.

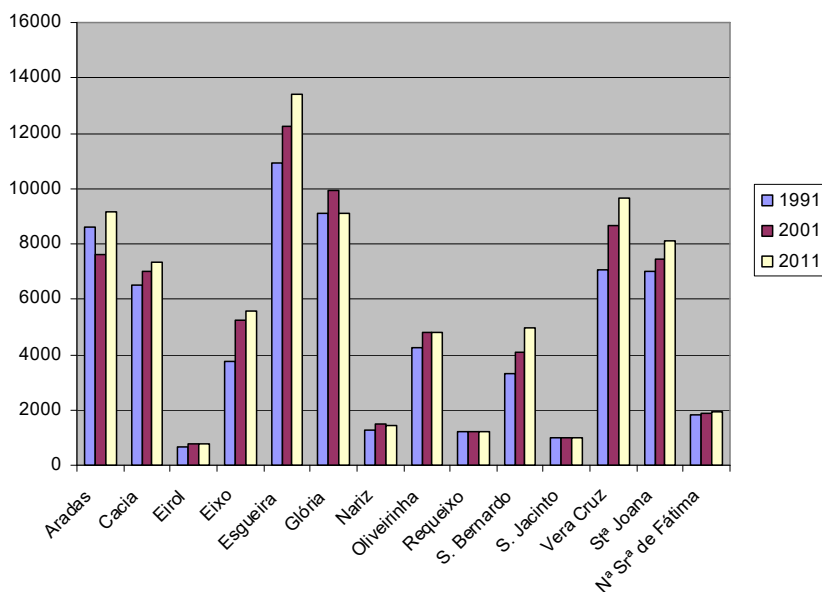


gráfico 3 - Evolução populacional por freguesias

A década 91/01 seguiu a mesma tendência de crescimento, refletindo-se num aumento populacional dominante em todas as freguesias, com exceção da freguesia de Aradas. Na década entre 2001 e 2011 verifica-se um decréscimo na população das freguesias de Eirol, Glória, Nariz e São Jacinto e, em termos de aumento populacional, as freguesias que apresentaram maior crescimento foram São Bernardo, Aradas e Vera Cruz.

Em síntese, em 2011 as freguesias da Glória e Vera Cruz concentravam cerca de 41% da população total do Município, 35% dos restantes 59% da população encontrava-se concentrada nas freguesias de Aradas, S. Bernardo, St.ª Joana e Eixo.

– DENSIDADE POPULACIONAL

De acordo com os conceitos apresentados pelo INE pode-se definir densidade populacional como sendo a “Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma

área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).”²

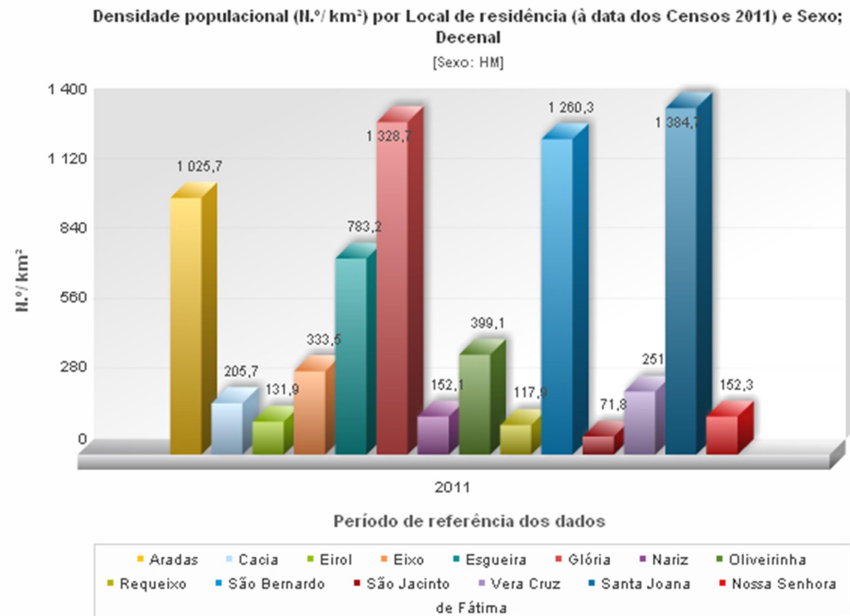


gráfico 4 - Densidade populacional por freguesia
Fonte: INE <http://censos.ine.pt/>

Através análise do gráfico verifica-se que a distribuição demográfica pelas freguesias, associada à área das mesmas, conduz a erros de perceção, uma vez que no Município de Aveiro as áreas alagadas e, conseqüentemente, não passíveis de serem habitadas, ocupam uma percentagem significativa do território (33%). Deste modo, com o intuito de se obter uma leitura clara do grau de concentração das pessoas elaborou-se um quadro com dados de densidade ‘corrigida’ face à área territorial não alagada das diversas freguesias.

Para efeitos da delimitação das áreas húmidas, considerou-se a seguinte informação:

- As “definições e critérios de delimitação de cada uma das áreas referidas no artigo 4º” Anexo I do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de agosto, nomeadamente, as correspondentes a lagunas e zonas húmidas adjacentes (águas de transição e respetivos leitos) e a lagos, lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
- A materialização da LMPAVE, estabelecida pelo Despacho Normativo nº32/2008 de 20 de junho, para efeitos de demarcação do Domínio Público Marítimo, no âmbito da revisão do PDM;

² INE, http://metaweb.ine.pt/sim/CONCEITOS/Detail.aspx?cnc_cod=166&cnc_ini=24-05-1994

- A proposta para classificação a sítio RAMSAR da Pateira de Fermentelos e rios Cértima e Águeda;
- O conhecimento empírico do território, apoiado pela informação disponibilizada no sistema SIG municipal (planos de água) e pelas imagens de ortofotomapas (DGT2018)

Pela sua importância e abrangência territorial, consideraram-se apenas as áreas húmidas com dimensão superior a 1 km²:

- A ria, entre a frente de S. Jacinto e a foz do rio Vouga (63,67 Km²)
- A pateira em Requeixo (1,18 Km²)

O quadro e respetivo gráfico apresentados seguidamente refletem a elevada concentração populacional das freguesias da Vera Cruz e da Glória, que, em 2011 registavam densidades de 3863 hab/km² e 1784 hab/km² respetivamente, sendo que S. Bernardo, Santa Joana e Aradas apresentavam valores superiores a 1000 habitantes por Km².

<i>Freguesias</i>	área cor. km ² *	1991	2001	2011	91/01 %	01/11 %
Aradas	9,03	953	845	1014	11.3	19,9
Cacia	13	175	539	566	208	5,6
Eirol	4,4	144	177	171	22.9	-3,4
Eixo	15,84	237	332	352	40	5,2
Esgueira		615	690	783	12.2	13,5
Glória	5,1	1339	1944	1784	45	-8,7
Nariz	10,67	138	137	133	-0.7	-2,8
Oliveirinha	14,87	312	321	324	2.9	0,9
Requeixo		101	115	118	13.9	2,5
S. Bernardo	3,98	833	1024	1246	22.9	23,1
S. Jacinto	11,75	91	86	85	-5.5	-1,4
Vera Cruz	2,5	2824	3460	3863	22.5	11,5
Stª Joana		1203	1280	1385	6.4	8,2
Nª Srª de Fátima		143	148	152	3.5	2,9

Quadro 5 - Densidade populacional por Freguesia com área 'corrigida'

* valores de densidade corrigidos retirando a área alagada (consequentemente não habitável) que pertence a cada freguesia.
Fontes: relatório PDM; INE, censos 1991, 2001, 2011

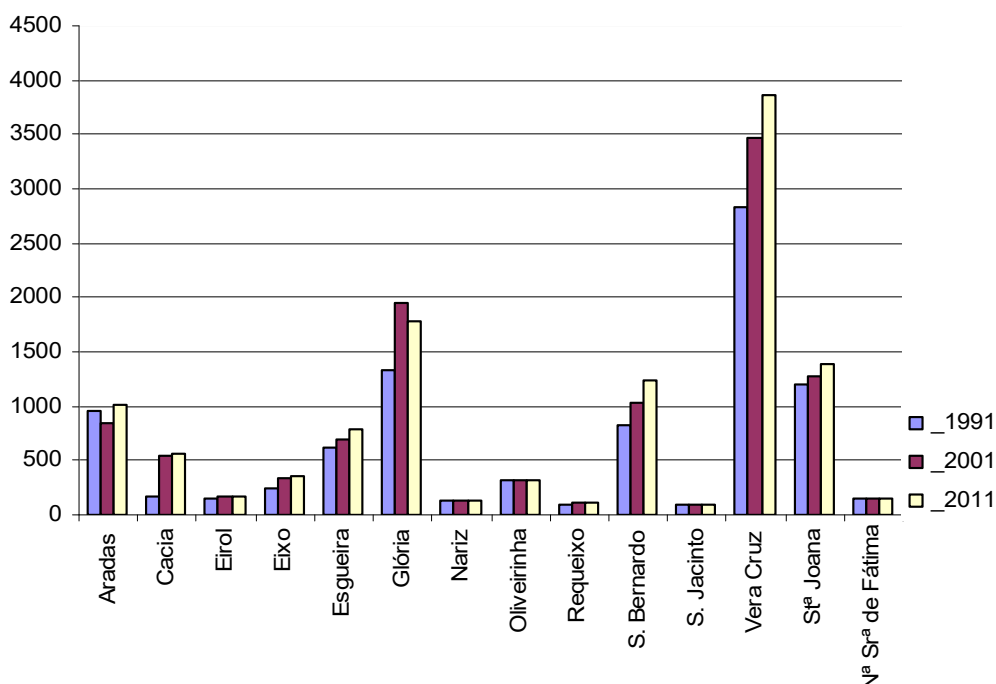


Gráfico 5 - Evolução da densidade populacional por Freguesia com área 'corrigida'

Pela análise à densidade populacional do Município verifica-se que a população se encontra distribuída de forma irregular, atingindo, em determinadas freguesias, valores bastante superiores à média do Município que é de 392 hab/km². Na década de 2001/2011 as freguesias cujas densidades sofreram decréscimos foram: Eirol, Glória, Nariz e São Jacinto.

3.2.2. Projeções demográficas

Face à ausência de novos dados censitários no período a que respeita esta análise mantêm-se as projeções demográficas apresentadas no REOT 2015, pelo que se reproduz o capítulo apresentado sobre esta matéria no referido relatório.

A observação das várias projeções que foram sendo feitas ao longo dos anos para o Município de Aveiro permitiu perceber que estas se tornam mais assertivas quando o universo da projeção se amplia para a população do Município - pois os desvios positivos de algumas freguesias são compensados pelos desvios negativos de outras.

Foram observadas também algumas dificuldades de projeção ao nível da freguesia, resultantes das recorrentes alterações à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), a qual também registou nova alteração significativa após os censos de 2011, nomeadamente em 2013, com a aglutinação de sete freguesias em apenas três freguesias no município de Aveiro em 2013 (Lei n.º 11-A/2013), na sequência da reorganização administrativa do território. As alterações à CAOP, se tivessem repercussões de cálculo meramente cumulativas das suas subunidades, não constituiriam um problema.

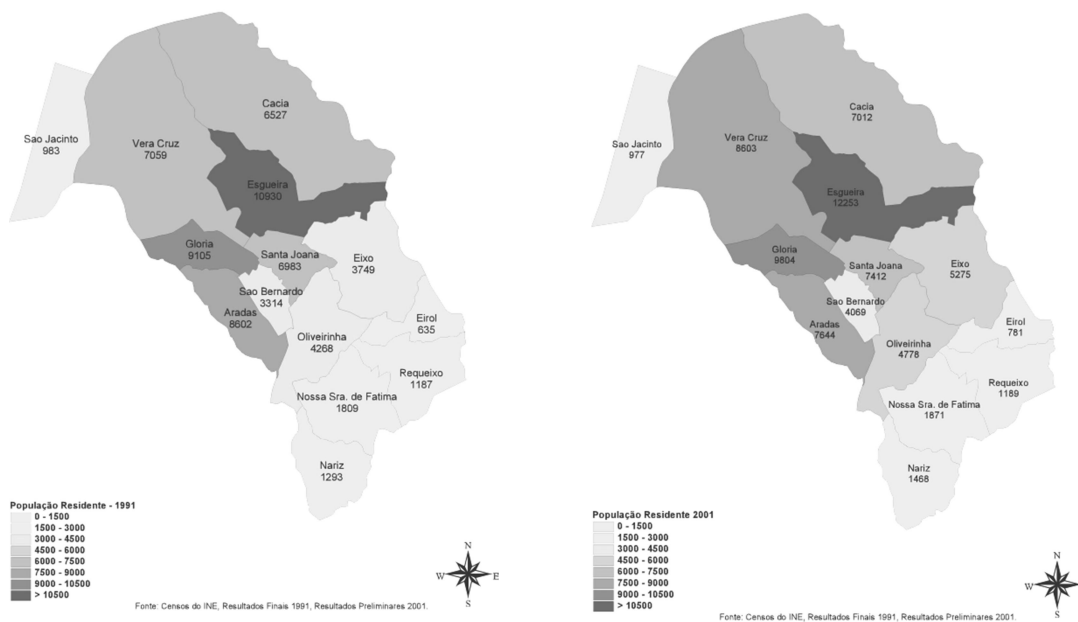


Figura 9 - Configuração das unidades estatísticas do Município de Aveiro antes de 2013 e população residente em 1991 e 2001.



Figura 10 - Nova configuração das unidades estatísticas no Município de Aveiro em 2013

Independentemente da dimensão do universo estatístico em estudo, a validade de uma projeção depende da verificação ou não de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas que se podem tornar ou não realidade.

Nessas hipóteses procuram-se fixar comportamentos para a fecundidade, mortalidade e migrações, sendo elas mais ou menos simplistas em função de projetarem, apenas, os comportamentos passados ou de os tentarem adivinhar em função de previsíveis comportamentos conjunturais e socioeconómicos futuros, devidamente fundamentados.

Taxa - ‰

Territórios	Taxa bruta de natalidade								
	Anos	1981	1995	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Aveiro		16,4	11,9	11,2	10,5	10,2	9,7	9,1	9,1

Taxa bruta de natalidade
Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos
INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2015-05-07

Quadro 6 - Taxa Bruta de Natalidade

Taxa - ‰

Territórios	Taxa bruta de mortalidade								
	Anos	1981	1996	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Aveiro		± 8,0	8,4	8,6	8,5	8,9	8,3	8,7	9,1

Taxa bruta de mortalidade
Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Óbitos
INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2015-05-07

Quadro 7 - Taxa Bruta de mortalidade

Para a definição das projeções demográficas optou-se por encarar alguns cenários que começam no menos otimista – onde se entenderão os comportamentos estatísticos dos nados vivos, dos óbitos, e dos imigrantes e emigrantes, como aproximados aos das últimas décadas, ao Moderado que

extrapola para a projeção um período temporal que integra crescimentos populacionais. A utilização dos dados censitários decenais, sem entrar em linha de conta os saldos migratórios negativos registados nos anos mais recentes, nem a perspetiva dos saldos fisiológicos negativos se virem a acentuar, conduzirá ao cenário mais otimista de todos.

Assim sendo, os dados base sobre os quais se apoiam as projeções aqui efetuadas são os seguintes:

Período de referência dos dados / Censos	População residente
1981	60 284
1991	66 444
2001	73 335
2011	78 450

Quadro 8 - População residente no Município de Aveiro 1981; 1991; 2001; 2011
Fonte: INE; População censitária resultados definitivos

Período de referência dos dados	População residente para o município de Aveiro
1991	67 437
1992	67 830
1993	68 252
1994	68 863
1995	69 468
1996	70 190
1997	70 845
1998	71 507
1999	72 237
2000	73 122
2001	73 947
2002	74 649
2003	75 206
2004	75 712
2005	76 213
2006	76 681
2007	77 150
2008	77 584
2009	78 084
2010	78 463
2011	78 093
2012	77 675
2013	77 229

Quadro 9 - População residente no Município de Aveiro de 1991 a 2013
Fonte: INE.pt População anual / recurso a dados intercensitários (dados atualizados em 16 de junho de 2014)

3.2.2.1. Projeção

O crescimento demográfico português tem sido francamente influenciado por comportamentos migratórios – tais fenómenos também se refletiram nas últimas décadas na evolução demográfica do Município de Aveiro. Apesar da importância da componente das migrações nas projeções demográficas, a sua previsão reveste-se de uma dificuldade elevada, motivada pela fragilidade da informação e pela reduzida cobertura do fenómeno nas fontes de dados disponíveis. Acresce, ainda, um considerável grau de incerteza do comportamento dos fluxos migratórios nacionais e internacionais, influenciados em tempos pelo êxodo rural, depois por fenómeno de atração do litoral e das cidades médias do interior, e ultimamente, por acontecimentos de natureza económica e política que motivam desequilíbrios demográficos e sociais entre países de origem e de destino. Assim, tendo em linha de conta as dificuldades associadas à previsão de fluxos migratórios, adotou-se uma forma menos intrincada de previsão, utilizando para o efeito o modelo de regressão linear. Com base em diferentes séries de base, procedeu-se às projeções que resultaram em três cenários:

Dados de base utilizados:	Tipo de cenário resultante:
Série decenal dos censos 1981-2011 (INE)	Muito otimista
Série anual intercensitária 1991-2013 (INE)	Otimista
Série anual intercensitária 2003-2013 (INE)	Moderado

Quadro 10 - Cenários de projeção

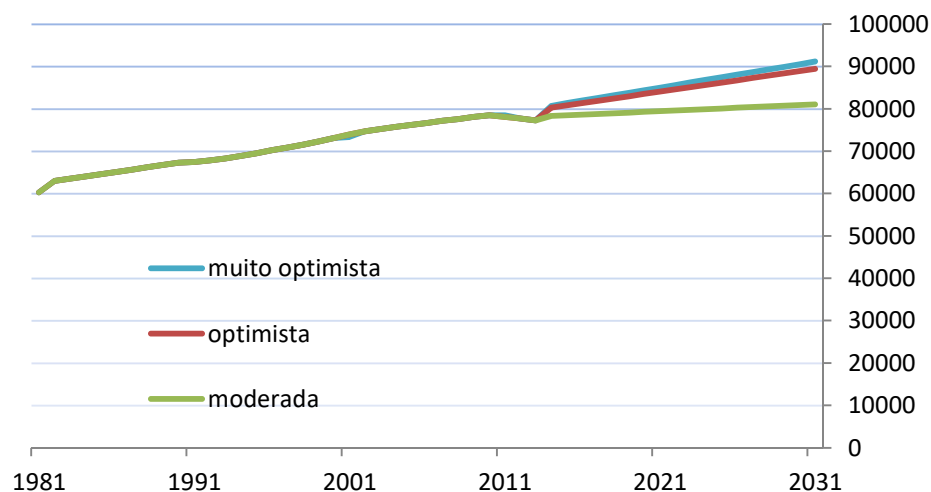


Gráfico 6 - Projeções Demográficas até 2031

O **cenário moderado** – Ao partir de um período entre 2003-2013 este cenário extrapola para a projeção um período temporal que integra crescimentos populacionais (2003- 2008) e decréscimos (2011- 2013) pelo que poderá ser um dos cenários mais equilibrados.

O **cenário otimista** – a contemplação de um cenário otimista, obriga a considerar a possibilidade de recuperação dos saldos migratórios internacionais anuais para valores positivos, implicando assim a introdução (na série de cálculo) de anos não muito longínquos em que a população do município de Aveiro francamente cresceu (nomeadamente entre 1991-2011). Aqui é considerado genericamente que, apesar de, na última meia dúzia de anos as imigrações terem sido pesadas e acompanhadas de taxas de natalidade reduzidas, estas voltarão a traduzir fenómenos expansionistas da população (imigrações e aumento da natalidade para níveis das duas últimas décadas do século passado).

O **cenário muito otimista** – difere do anterior por integrar na base de cálculo os valores dos censos de 1981, a partir dos quais se observaram dez anos adicionais de crescimento populacional.

Cenários de projeção – Município de Aveiro			
Ano	Muito otimista	Otimista	Moderado
1981	60.284	60.284	60.284
1991	67.437	67.437	67.437
2001	73.335	73.947	73.947
2011	78.450	78.093	78.093
2021	84.976	84.024	79.426
2031	91.114	89.427	81.061

Quadro 11 - Cenários de projeção

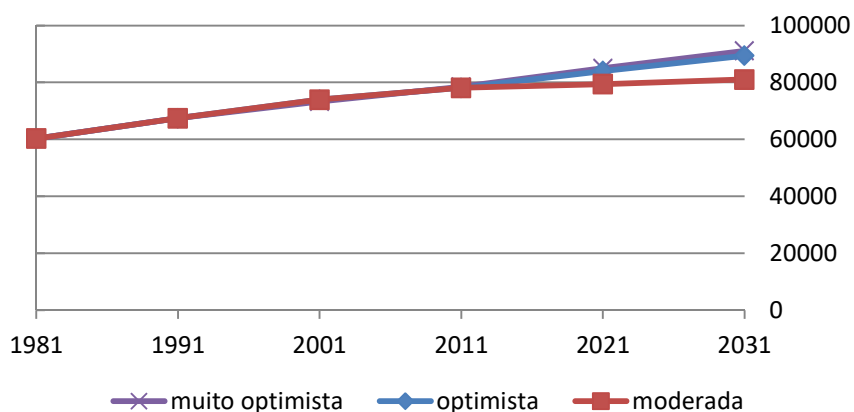


Gráfico 7 - Cenários de projeção demográfica

3.2.3. Habitação

Com a presente análise procura-se perceber quais as dinâmicas do sector da habitação no Município de Aveiro de forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território. Para tal recorreu-se aos dados dos Censos de 1991, 2001 e 2011, assim como à informação sobre habitação social. Este estudo visa ainda caracterizar de forma sumária o edificado, nomeadamente, ao nível de tipo de utilização, época de construção e número de pisos.

Face ao enquadramento intercensitário já apresentado, replica-se a análise estatística do REOT 2015.

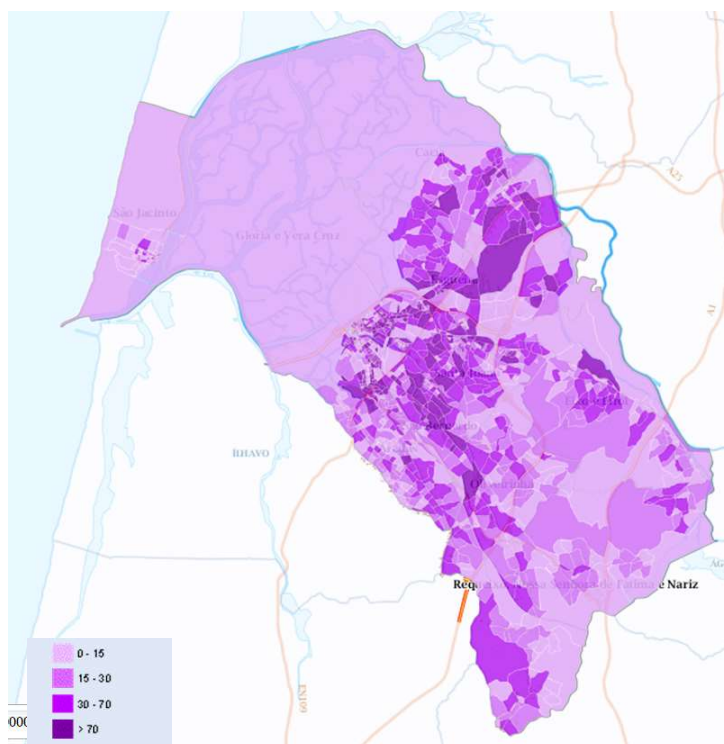


figura 11 - Número de Alojamentos no Município de Aveiro por subsecção (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

Para o cálculo do número de habitantes por alojamento consideraram-se, unicamente, os alojamentos utilizados como residência habitual, excluindo-se, assim, os alojamentos vagos e os alojamentos utilizados como segunda habitação. Pela análise da tabela verifica-se que o número de habitantes por alojamento familiar no Município de Aveiro tem vindo a decrescer, sendo em 2011

de 2,57 habitantes por alojamento. Na última década, o número de habitantes por alojamento no Município de Aveiro ficou abaixo do valor do continente de 2,63.

	Aloj. Residência Habitual			População residente			número de habitantes por alojamento familiar		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Aveiro	20486	25428	30518	66444	73335	78450	3,2	2,9	2,57
Baixo Vouga	104348	127190	143345	350424	385724	390822	3,4	3	2,73
Centro	741209	832036	893857	2258768	2348397	2327580	3	2,8	2,60
Continente	2956664	3436799	3818574	9375926	9869343	10047621	3,2	2,9	2,63

Quadro 12 - Número de habitantes por alojamento
Fonte: INE, censos definitivos 1991, 2001, 2011

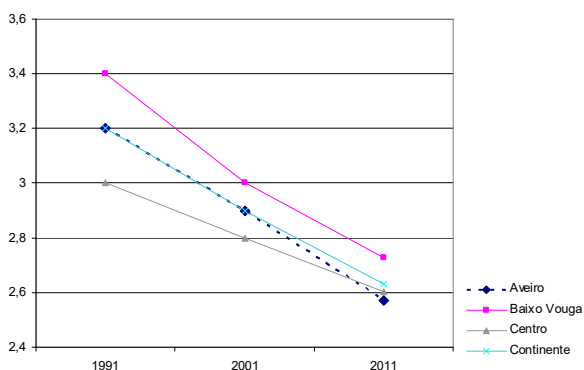


Gráfico 8 - Número de habitantes por alojamento familiar

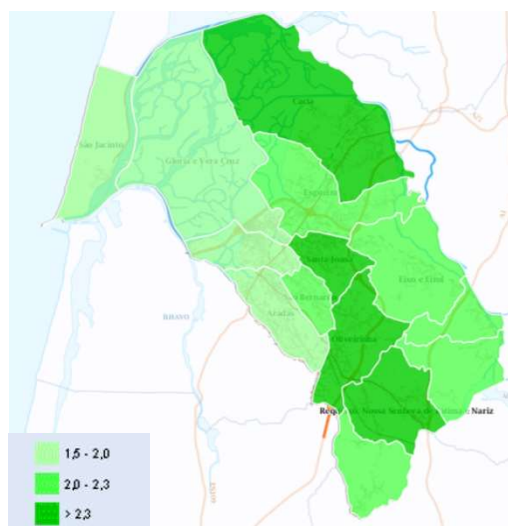


figura 12 - n.º de habitantes/alojamento/freguesias (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

Em 1991 o Município de Aveiro apresentava cerca de 9% de fogos de uso sazonal ou secundário, mas em 2001 estes já representavam cerca de 12% do total de alojamentos. De 2001 para 2011 o valor estabilizou, correspondendo este uso, 12,35% do total dos alojamentos familiares clássicos. No mesmo período, o número de fogos desocupados aumentou, passando a representar 12,25% do total de alojamentos clássicos. Ao analisar os dados estatísticos de 2011 constata-se que uma grande parte dos alojamentos vagos se encontram para venda, concentrando-se, sobretudo, na área da antiga freguesia da Vera Cruz (450 de um total de 1097).

AVEIRO	Número de Alojamentos Familiares	Forma de ocupação			Forma de ocupação (%)		
		Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos
1991	25926	20486	2384	3056	79,02%	9,20%	11,79%
2001	32741	25428	3924	3389	77,66%	11,98%	10,35%
2011	40475	30518	5000	4957	75,40%	12,35%	12,25%

Quadro 13 - forma de ocupação dos alojamentos

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1991, 2001, 2011

Em termos de regime de ocupação dos alojamentos, pela observação do quadro seguinte, depreende-se o impacto do alojamento associado aos estudantes universitários. De facto, as freguesias da Gloria (39%) e Vera Cruz (31,99%) apresentam valores para o arrendamento muito superiores às percentagens, do Continente (20,16%), Região Centro (12,52%) e Baixo Vouga (13,51%). Em termos gerais o Município apresenta valores muito aproximados do Continente para o arrendamento (21%).

	%	1991	2001	2011
Continente		27,98	21,17	20,16
Centro		15,14	12,22	12,52
Baixo Vouga		15,72	12,96	13,51
Aveiro		26,95	21,86	22,10
Aradas		25,88	20,24	23,59
Cacia		14,40	12,32	10,79
Eirol		2,48	4,60	4,80
Eixo		13,85	10,69	12,91
Esgueira		26,86	18,61	20,18
Glória		43,58	38,74	39,22
Nariz		4,10	8,37	9,48
Oliveirinha		20,29	17,36	15,02
Requeixo		10,79	12,76	8,96
São Bernardo		17,74	15,38	15,87
São Jacinto		26,12	25,62	22,66
Vera Cruz		46,59	31,78	31,99
Santa Joana		22,79	19,99	17,72
Nossa Senhora de Fátima		10,83	12,21	12,81

Quadro 14 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (%)

Fonte: INE, censos 2011

No Município de Aveiro, em 2011, foram registados um total de 40475 edifícios. A freguesia que apresenta maior número de edifícios é Esgueira e, por oposição, Eirol é a freguesia com menor número de edifícios. A menor prevalência de edifícios unifamiliares dá-se nas Freguesias da Gloria e Vera Cruz, e é nestas que se encontra maior número de edifícios com mais de 5 alojamentos.

2011	Dimensão de alojamentos							
	Total	1 aloj.	2 aloj.	3 aloj.	4 aloj.	5 - 9 aloj.	10 - 15 aloj.	16 ou + aloj.
Aveiro	40475	19385	2020	985	1435	6639	5076	4935
Aradas	4887	2553	262	87	112	621	544	708
Cacia	3139	2570	186	54	67	240	22	0
Eirol	341	334	4	3	0	0	0	0
Eixo	2519	1667	99	9	24	105	177	438
Esgueira	6414	2699	307	102	268	1269	953	816
Glória	6207	872	247	269	284	1874	1037	1624
Nariz	656	620	14	12	0	0	10	0
Oliveirinha	2127	1839	112	36	40	80	20	0
Requeixo	560	527	20	9	4	0	0	0
São Bernardo	2268	1307	85	27	172	549	110	18
São Jacinto	637	461	58	27	60	31	0	0
Vera Cruz	6390	949	426	270	264	1351	2109	1021
Santa Joana	3495	2226	164	62	136	503	94	310
Nossa Senhora de Fátima	835	761	36	18	4	16	0	0

Quadro 15 - Edifícios segundo o n.º de alojamentos por edifício
Fonte: INE, censos definitivos 2011

A análise da época de construção dos edifícios é um elemento importante para o conhecimento do estado atual dos mesmos, nomeadamente, da necessidade ou não de renovação ou reabilitação do edificado. Em termos de parque edificado, verifica-se que no Município de Aveiro houve um pico de construção entre 1971 e 1990 e, depois, entre 1995 e 2005, voltou a haver um ligeiro crescimento na construção tendo esta, nos últimos anos, seguido uma tendência decrescente. Uma vez que a maioria das edificações no Município foi construída a partir de 1971 poderá dizer-se que o parque habitacional de Aveiro é relativamente recente.

2011	Total	Até 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011
Aveiro	22817	1210	1485	2408	2617	3893	3850	1921	1945	2143	1345

Quadro 16 - Edifícios segundo a época de construção
Fonte: INE, censos 2011

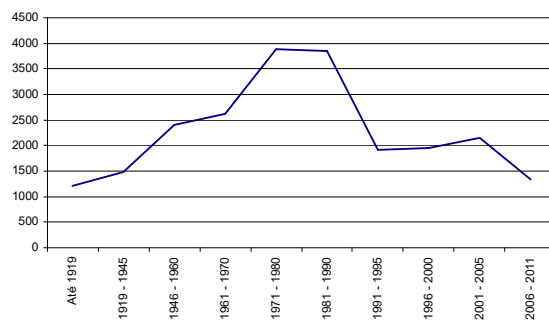


Gráfico 9 - Edifícios segundo a época de construção

3.2.3.1. Habitação Social

A importância da intervenção do poder central e local em matéria de habitação tem implicações profundas na organização dos agregados familiares, emergindo não como uma questão meramente residencial, mas como eixo estruturante no seu processo de inclusão social e cujo reflexo retrata o nível de desenvolvimento de um município, através da qualidade de vida e acesso aos equipamentos e bens essenciais dos seus residentes.

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado (n.º 1 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”), sendo considerada a base de uma sociedade estável, coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições, que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego.

Abordar a política social de habitação é pensar prioritariamente nas pessoas, com reflexo numa política tendente à inclusão social e à valorização da sua qualidade de vida, cujo processo de melhoria se inicia com a atribuição de uma habitação, mas que não se esgota na mesma, impondo-se um investimento acrescido em diferentes dimensões, como sejam, a saúde, o emprego, a educação/formação, entre outras, que embora distintas, se complementam e que devem ser entendidas de forma integrada.

Neste contexto importa referenciar as características do parque de habitação social implantado no Concelho, que é atualmente constituído por 871 fogos, número que agrupa as habitações sociais propriedade da Câmara Municipal (578) e do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (293).

Estes imóveis estão distribuídos por 8 freguesias do Concelho e fazem parte de 20 bairros, constituídos quer por habitações multifamiliares, quer unifamiliares. A maior concentração de habitações sociais observa-se na União de Freguesias Glória e Vera Cruz, onde estão implantados o Bairro Social de Santiago e a Urbanização de Santiago que integram 546 habitações sociais.

De referenciar que, na maior parte dos casos, se trata de património imobiliário com cerca de 30 anos, carecendo de obras estruturais de reabilitação/requalificação, estando em curso a requalificação de vários empreendimentos de habitação social propriedade do Município, designadamente, através da intervenção nas fachadas, coberturas, colunas montante (canalização), isolamento térmico, acústico, melhorando as condições de habitabilidade, o conforto e as condições de acessibilidade. De realçar que as repercussões destas requalificações refletir-se-ão na melhoria destes aglomerados habitacionais, contribuindo simultaneamente para a elevação das

condições de habitabilidade, e para a melhoria das dinâmicas sociais estabelecidas nestes contextos com esta população, razão pela qual se revela como essencial, um investimento de forma integrada, sistemática e continuada.

O quadro seguinte apresenta as habitações sociais propriedade do Município de Aveiro distribuídas pelas freguesias do Concelho, salientando-se o maior empreendimento na União de Freguesias da Glória e Vera Cruz.

Habitações sociais propriedade da Câmara Municipal

Urbanização Sociais/ freguesia	Tipologia				N.º Fogos Total
	1	2	3	4	
Aradas					
Urbanização da Quinta do Canha			1		1
Cacia					
Urbanização de Cacia	2	5	11	2	20
Esgueira					
Bairro Social da Bela Vista	1	2		4	7
Bairro Social do Paço				1	1
Pré-fabricado Agrads do Norte		1		1	2
Urbanização de Mataduços	1	4	3	2	10
Urbanização de Taboeira		4	6		10
Oliveirinha					
Urbanização de Quintãs		2	3	1	6
Santa Joana					
Bairro Social da Cova do Ouro		2	2		4
Bairro Social da Quinta do Griné		5			5
Bairro Social do Caião	2	2	3		7
Novo Empreendimento do Caião		5	2	2	9
São Jacinto					
Bairro Social de São Jacinto				1	1
Urbanização de São Jacinto		18	7		25
U.F. Eixo e Eirol					
Bairro Social de Eixo		3	1	1	5
Urbanização de Eirol		2	3		5
Urbanização de Eixo		11	3	6	20
U.F. Glória e Vera Cruz					
Bairro Social da Misericórdia		2		1	3
Bairro Social de Santiago		3		1	4
Urbanização de Santiago	46	143	200	44	433
Total Geral	52	214	245	67	578

Quadro 17 Habitações sociais propriedade da Câmara Municipal



Figura 13 - Distribuição geográfica - Habitações sociais propriedade da Câmara Municipal

As habitações sociais propriedade do IHRU distribuem-se pelas freguesias de Santa Joana e Glória e Vera Cruz, conforme quadro apresentado de seguida.

Salienta-se que, do número total de fogos dos empreendimentos da Quinta do Griné, Caião e Santiago, 223 fogos deixaram de ser propriedade do IHRU, designadamente 41 na Quinta do Griné, 27 no Caião e 155 em Santiago, números associados a situações de alienação que aquele instituto público tem vindo a efetuar no seu parque habitacional.

Bairros Sociais / freguesia	N.º fogos
Santa Joana	
Quinta do Griné	127
Caião	53
Glória e Vera Cruz	
Santiago	113
Total	293

Quadro 18 Habitações sociais propriedade do IHRU

Ao nível das dinâmicas e carências habitacionais do concelho, são rececionados os vários pedidos de atribuição de habitação, que integram o respetivo registo, em atualização permanente,

procedendo-se ao encaminhamento das situações mais prementes para as várias respostas sociais disponibilizadas pelas instituições existentes no território.

Neste contexto, registam-se atualmente no Município de Aveiro 384 pedidos de habitação ativos, os quais se distribuem pelas freguesias do concelho conforme quadro infra:

Freguesia	N.º pedidos ativos
Aradas	40
Cacia	14
Eixo e Eirol	11
Esgueira	83
Glória e Vera Cruz	117
Oliveirinha	12
Requeixo, N. Sra. Fátima e Nariz	9
S. Bernardo	6
S. Jacinto	9
Santa Joana	34
Outros concelhos	21
Sem informação	28
Total Geral	384

Quadro - 19 N.º de pedidos habitação ativos (2020)

Da análise qualitativa das dinâmicas e carências habitacionais das famílias do Concelho é possível observar a dificuldade de acesso ou de manutenção dos encargos mensais associados à habitação, situação frequentemente relacionada com a precariedade e instabilidade das condições laborais das famílias, que as remetem para fenómenos geradores e/ou preconizadores de pobreza.

Neste âmbito, o que se encarava como um problema apenas dos segmentos da população mais desfavorecidos, em que se observavam vários ciclos geracionais de pobreza, hoje reflete-se com um novo paradigma, abrangendo agora, uma população mais heterogénea, com maior qualificação, integrando famílias jovens com poucas condições para se autonomizarem e famílias que detinham uma situação económica aparentemente estável e que deixam de conseguir suportar os encargos mensais com a renda ou prestação bancária para habitação, situações frequentemente associadas a diminuição de rendimentos, desemprego, doença, divórcio e/ou situações de sobre-endividamento.

Em causa não está propriamente a ausência de oferta de habitação, mas sim a inadequação dos encargos mensais que lhe estão associados, face aos rendimentos das famílias, constatando-se a inflação dos valores de arrendamento no mercado regular, em oposição à inexistente, ou fraca melhoria, da situação financeira dos agregados familiares que vêm dificultadas as suas condições de subsistência e de manutenção dos contratos de arrendamento ou do cumprimento de prestações de crédito à habitação.

Neste contexto, tem-se observado que as famílias recorrem à procura da atribuição de habitação social, apoio através do qual procuram garantir o acesso a uma habitação condigna, cujo valor da renda seja compatível com a sua situação socioeconómica.

Importa referir que as características e dinâmicas das famílias evidenciam a necessidade de reformulação da tipologia de apoios nesta matéria, uma vez que a atribuição de habitação social, por si só, é insuficiente para atender/solucionar as carências de habitação da população, ficando bastante aquém das necessidades identificadas.

No que diz respeito à atribuição de habitação social entre 2018 e 2020, procedeu-se ao realojamento de 79 agregados familiares em situação de carência habitacional do concelho, provenientes das 10 freguesias do Concelho, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Freguesias	N.º de Realojamentos
Aradas	9
Cacia	1
Esgueira	15
Oliveirinha	4
S. Bernardo	3
Santa Joana	10
São Bernardo	3
U.F. Eixo, Eirol	4
UF Glória e Vera Cruz	28
UF Requeixo, Nossa Sr.ª Fátima e Nariz	2
Total por ano	79

Quadro - 20 Realojamentos [2015 – 2020]

Nos termos da atual redação da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro e, no âmbito da gestão dos empreendimentos de habitação social de sua propriedade, o Município promoveu dois Concursos por Classificação para a Atribuição de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado de 66 habitações nas Urbanizações de Santiago, Cacia e Novo Empreendimento do Caião, permitindo o alojamento de 66 famílias, através destes procedimentos. De referir que no âmbito destes concursos e tendo em conta os critérios definidos para o efeito foram admitidas um total de 481 candidaturas.

Para além dos realojamentos efetuados através dos concursos de atribuição de habitação, o Município procedeu ao realojamento de mais 13 famílias, das quais 9 oriundas do Património dos Pobres, o que perfaz um total de 79 realojamentos entre 2018 e 2020.

De referir que acrescem aos 79 realojamentos concretizados, 4 situações, provenientes dos concursos de atribuição de habitação, em que os agregados familiares, não obstante terem efetuado contrato de arrendamento, não ocuparam as habitações, tendo procedido à desistência

do processo de realojamento, dando lugar ao realojamento de outras 4 famílias que se encontravam em situação de candidato suplente.

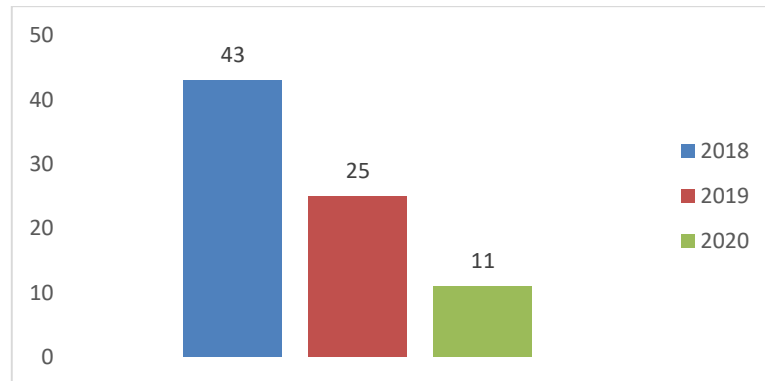


Gráfico 10 - N.º de Realojamentos efetivados entre 2018 e 2020

A atribuição destas habitações foi antecedida de empreitada de reabilitação dos imóveis a atribuir, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias objeto do realojamento, quer através da aplicação de uma renda apoiada, calculada com base nos rendimentos das famílias, quer através da promoção de condições de habitabilidade condignas.

A atribuição da habitação, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar a necessidade de uma intervenção sistemática e abrangente junto destas famílias, designadamente no que reporta às áreas de educação/formação, saúde, emprego, entre outras, sendo imprescindível um trabalho de acompanhamento, de proximidade e contínuo.

Estas famílias, agora alojadas em habitações sociais, irão continuar a ser objeto de acompanhamento social pelas equipas técnicas do serviço municipal de habitação social, em estreita articulação e parceria com as instituições existentes no território.

No âmbito da gestão dos empreendimentos de habitação social importa salientar a dinâmica relacionada com a necessidade de adequar as características dos imóveis às necessidades das famílias residentes em habitação social, tendo-se realizado a transferência de 21 famílias para habitações com tipologia adequada à composição do agregado familiar, de andares inferiores por motivos de saúde e dificuldades de locomoção, ou para habitações com melhores condições de habitabilidade.

A Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017 de 17 de março recomendava o levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, a avaliação da execução do Programa Especial de Realojamento (PER) e a criação de um novo programa que garantisse o efetivo acesso ao direito à habitação.

Neste contexto, o IHRU solicitou a todos os municípios a realização de um levantamento das necessidades de realojamento habitacional, solicitando para o efeito o preenchimento de um questionário de modo a quantificar e qualificar as respetivas carências existentes.

Neste âmbito e, tendo por base as situações identificadas pelo serviço municipal de Habitação Social, pelas juntas de freguesia e IPSS, entre junho e julho de 2017, foi efetuado o levantamento dos imóveis em situação precária com famílias alojadas, referentes a conjuntos urbanos degradados, barracas e construções precárias, áreas de risco e acampamentos clandestinos.

Do levantamento efetuado foram identificadas 232 famílias residentes em habitações com as características referenciadas no gráfico n.º 3, residindo 112 famílias em “conjuntos urbanos consolidados degradados”, 43 em “barracas e construções precárias”, 7 em “acampamentos clandestinos” e 2 em “áreas de risco”. São as freguesias de Esgueira e Glória e Vera Cruz que apresentam o maior n.º de famílias alojadas em habitações precárias.

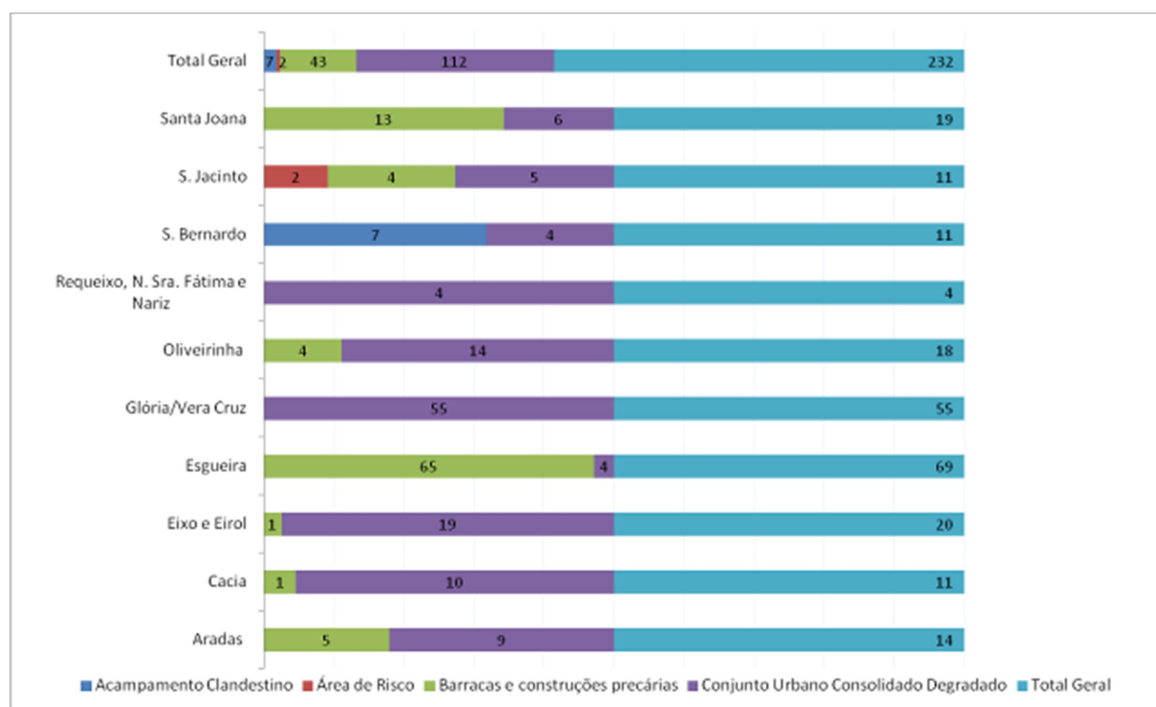


Gráfico 11 - Habitações precárias (junho-julho 2017)

Fonte: Câmara Municipal Aveiro - Divisão Ação Social e Saúde – SO Habitação Social (junho e julho 2017)

Os múltiplos desafios económicos, funcionais, ambientais e sociais que se colocam à política de habitação e à reabilitação têm evidenciado ao longo dos anos, a premência de uma abordagem integrada flexível e dinâmica, adaptada às reais necessidades das famílias e às características específicas do edificado, territórios e comunidades.

A política pública de habitação em Portugal tem-se focado essencialmente na disponibilização de habitação para grupos sociais mais vulneráveis e carenciados, verificando-se uma lacuna no apoio público para aquelas pessoas que, apesar de terem rendimentos mais elevados, não conseguem aceder ao mercado regular de habitação, sem que isso represente uma sobrecarga no orçamento familiar, e, por conseguinte, na assunção das restantes despesas correntes.

Vários fatores têm vindo a contribuir para que este modelo de habitação esteja desajustado face às atuais carências habitacionais, o que associado aos preços elevados praticados em determinadas zonas da cidade, às variações dos rendimentos familiares face às situações laborais precárias, à alteração da composição dos agregados familiares, se reflete na procura de alojamentos mais adequados à sua dimensão e características, entre outros.

O grupo de pessoas em situação ou risco de vulnerabilidade aumentou consideravelmente, em parte pelo envelhecimento populacional, mas também pelo aumento do índice de pobreza e exclusão social, nomeadamente nas famílias monoparentais e/ou em situação de desemprego que deixaram de poder cumprir com as suas obrigações relativas aos encargos mensais com a habitação. Os jovens são um dos grupos mais afetados no acesso a uma habitação para se autonomizarem, seja pelo custo excessivo das rendas, seja pela dificuldade em aceder a empréstimos para compra de casa.

É neste contexto que a Administração Central faz surgir, em maio de 2018, uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), tendo em vista a “construção de uma política de habitação mais ampla e justa, que funcione efetivamente como um garante do direito à habitação”, mas que carecem de instrumentos financeiros com dimensão proporcional à necessidade para proceder à operacionalização dessas políticas no terreno e na vida das pessoas.

3.3. Estrutura socioeconómica

Aveiro beneficia de um excelente enquadramento territorial e oferece uma qualidade de vida e um ambiente urbano de referência. O potencial da sua posição geoestratégica na rede principal de acessibilidades e de infraestruturas logísticas e a diversidade e qualidade dos recursos naturais e humanos que o Município apresenta, constituem fatores indispensáveis e fundamentais de atração e promoção de investimento.

3.3.1. Dinâmicas Socioeconómicas

O presente subcapítulo tem por objeto a apresentação de alguns dados estatísticos de suporte à caracterização das dinâmicas socioeconómicas do território.

3.3.1.1 Tecido Empresarial e Produtivo

Segundo dados do INE, em 2018, estavam sediadas em Aveiro 9998 empresas que representavam aproximadamente um quarto do tecido empresarial da Região de Aveiro (23,35%; 42815 empresas), o que reforça o papel da cidade na atração e geração de oportunidades de negócio. Destaca-se, porém, que o número de empresas sediadas em 2018 registou um aumento inferior a 1% (0,41%) face a dados de 2009 (9957 empresas).

Em 2018, a grande maioria (95,7%) das empresas sediadas em Aveiro em 2018, segundo os mesmos dados, acolhia menos de 10 pessoas ao serviço, o que permite classificar o tecido empresarial como microempresa, dentro da categoria PME. Esta classificação e representatividade pouco difere face aos valores de 2009 (95,8%).

Relativamente à distribuição das empresas por Atividade Económica, apresentada no Gráfico seguinte, em 2018, continua a destacar-se o peso do comércio por grosso e a retalho (1735 empresas; 17,35%), seguido das atividades administrativas e serviços de apoio (1642 empresas; 16,42%) e das atividades de consultoria, científicas e técnicas (1335 empresas; 13,35%), as quais mantêm valores idênticos em relação aos dados de 2009.

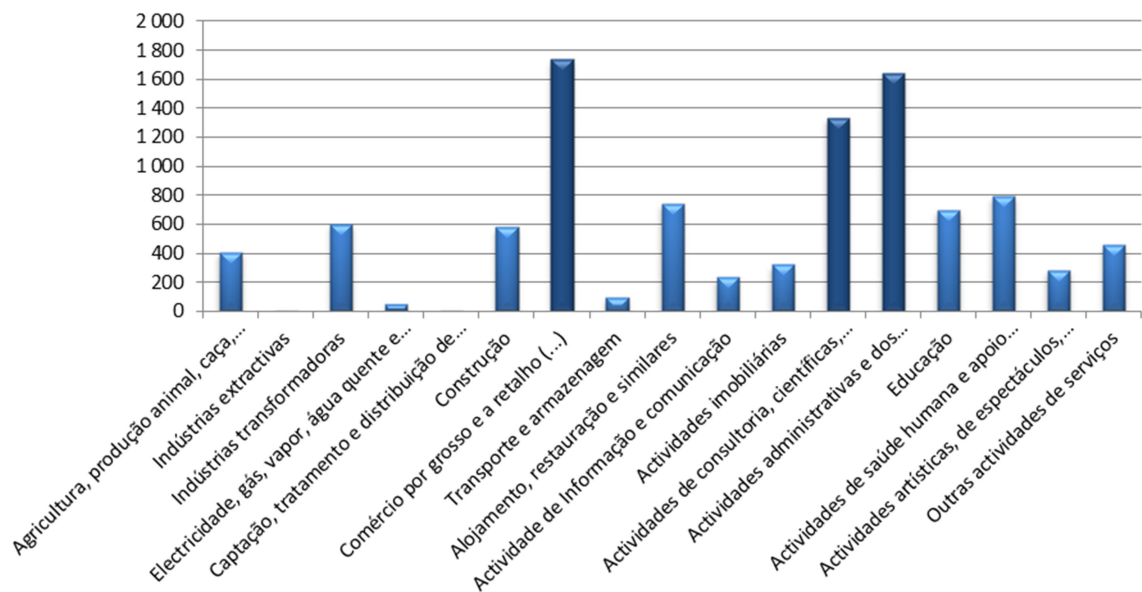


Gráfico 12 - N.º de empresas no Município de Aveiro, segundo CAE-Rev.3, 2018
Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas / PORDATA

Ainda relativamente à distribuição das empresas por Atividade Económica, os setores que registaram maior crescimento no n.º de empresas, entre 2009 e 2018, foi o setor Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que passou de 152 empresas registadas em 2009 para 409 em 2018; o setor do Alojamento, restauração e similares com um crescimento de 598 empresas, em 2009, para 741 empresas em 2018 e o setor Atividades de saúde humana e apoio social com 676 empresas em 2009 e 794 em 2018.

Por sua vez, os setores que registaram uma maior queda no n.º de empresas foi o setor do Comércio por grosso e retalho (registou 1735 empresas, em 2018, face a 2136 empresas em 2009), apesar de continuar a ser o setor com maior peso no n.º de empresas; seguiu-se também uma queda do setor da Construção (com 855 empresas, em 2009, para 579 em 2018) e o setor da Educação (805 empresas em 2009 e 699 em 2018).

Relativamente à Indústria Transformadora (em 2018, com uma representatividade de 6% face ao total de empresas registadas) predominam as indústrias mais tradicionais como a Fabricação de Produtos Metálicos (exceto máquinas e equipamentos) e as Indústrias Alimentares, na proporção de 34% e 19%, respetivamente, sendo que as restantes atividades da indústria transformadora apresentam uma distribuição percentual relativamente homogénea.

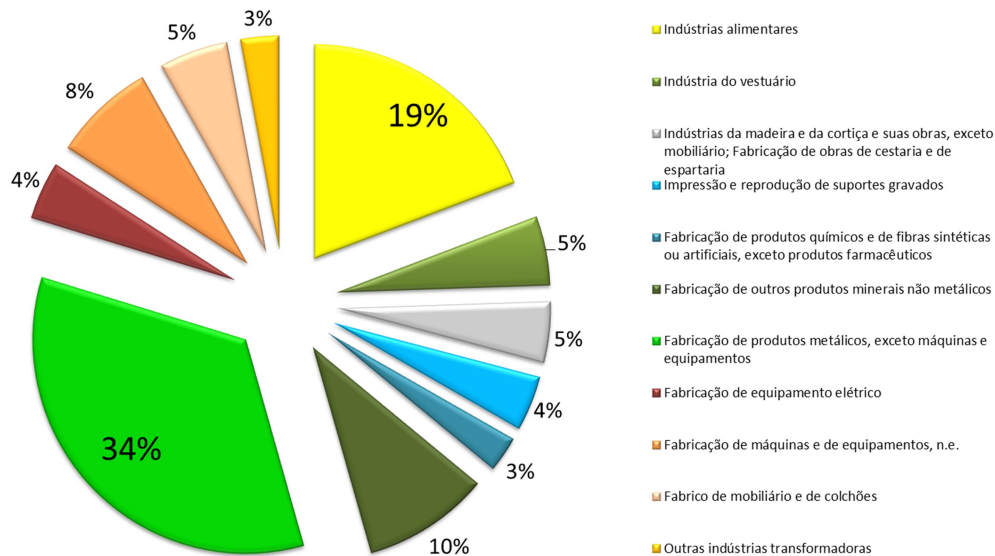


Gráfico 13 - Percentagem de empresas por setor, na Indústria Transformadora, 2018; Fonte: INE,2020

O **setor turístico** assume, também, um papel determinante no sistema produtivo, quer do Município, quer da Região de Aveiro. De facto, de acordo com dados da ERTC relativos a 2018, o número de hóspedes no Município de Aveiro totalizava os 352.766 turistas e na Região Centro os 6.777.827 turistas, conferindo assim ao Município uma representatividade de cerca de 5,2% do número total de hóspedes da Região Centro.

Em termos de evolução da procura turística, Aveiro registou um aumento aproximado de 55% no número de hóspedes face a dados de 2014 (226.933 hóspedes), similar ao crescimento registado na Região Centro que rondou, em 2018, os 720.753 hóspedes face aos 463.358 hóspedes em 2014 (Gráfico 18).

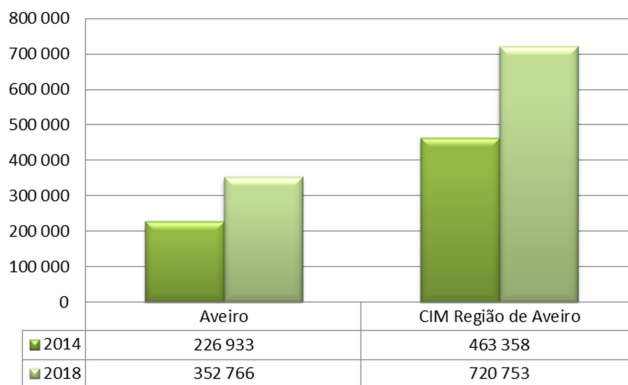


Gráfico 14 - Evolução do número de hóspedes, Município e Região de Aveiro; Fonte: ERTC, 2018

Esta representatividade do setor turístico assume expressão territorial mais evidente no núcleo do Centro Histórico do Município, quer ao nível da oferta de estabelecimentos hoteleiros (hotéis e alojamentos locais), quer ao nível da oferta de comércio dirigido ao turista.

O turismo é uma atividade económica complexa que exige uma abordagem inovadora. Porém, Aveiro tem-se apoiado em termos de recursos turísticos na cidade e nos canais urbanos da Ria e mais recentemente na realização de eventos desportivos e no turismo de negócios, restando, ainda, todo o potencial que os recursos naturais e os territórios rurais encerram. Aveiro reúne condições para a valorização e potenciação de um destino turístico multitemático que exigirá, também, a criação de um produto turístico complementar à cidade, integrando redes turísticas temáticas e articuladas, reduzindo a sua sazonalidade.

No que diz respeito ao Volume de negócios, e de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2018 (INE, 2020), o tecido empresarial de Aveiro apresentava um volume de negócios na ordem dos 2.969.708 milhões de euros, representando cerca de 4% e 22% do volume de negócios da Região Centro e da Região de Aveiro, respetivamente.

Por sua vez, relativamente às exportações, as empresas sediadas em Aveiro foram responsáveis por exportações de mercadorias num montante global de 768 milhões de euros, representando cerca de 6,78% das exportações da Região Centro e 20,41% das exportações da Região de Aveiro, respetivamente.

Estes dados assumem maior relevância se considerarmos que entre 2009 e 2019, e conforme gráfico em baixo, as empresas de Aveiro aumentaram aproximadamente 77% o valor dos bens exportados, registando um crescimento bastante superior em relação ao País (53%) e à Região Centro (57%), o que dá conta de uma forte aposta do tecido empresarial municipal na prospeção de mercados externos.

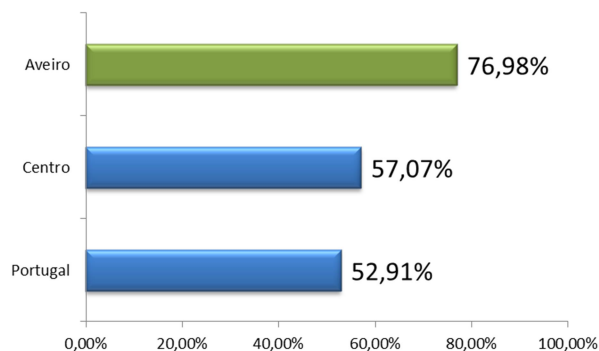


Gráfico 15 - Taxa de variação das Exportações 2009-2019; Fonte: PORDATA

Quanto às importações, verifica-se que as empresas de Aveiro importam mercadorias no valor de 634 milhões de euros, o que permite afirmar que as empresas de Aveiro exportam mais do que importam.

3.3.1.2 Áreas de Especialização Inteligente

Em 2019, o Conselho Intermunicipal da CIRA iniciou o processo de elaboração da revisão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro (EIDT-RA 2030) visando a sua definição para o período 2020/2027.

Nesta estratégia, a Região de Aveiro projeta-se com uma visão abrangente focada na criação de equilíbrios e complementaridades entre a sustentabilidade ambiental, da inclusão, inovação, qualificação e competitividade, com **objetivos estratégicos** definidos para as dimensões:

- Valorização das pessoas.
- Valorização dos recursos endógenos.
- Manutenção de um contexto empreendedor e competitivo.
- Inovação e qualificação dos serviços.

Estes objetivos respondem essencialmente a **quatro desafios**:

- Inovar em serviços públicos orientados para a qualidade de vida.
- Proteger e valorizar o território competitivo e sustentável.
- Promover um contexto de suporte à competitividade e ao emprego.
- Qualificar os instrumentos de governação.

A **estratégia regional Centro 2030 projeta-se na Região de Aveiro** nos seguintes termos:

- **Potencial de inovação** construído em torno da crescente cooperação entre o tecido empresarial e o sistema de inovação e investigação (Universidade de Aveiro). A concretização deste potencial deverá focar-se no seu contributo para:
 - . A diversificação da economia regional (a partir das áreas de especialização Mar e Ria, Agroalimentar e Floresta, Materiais e TICE).
 - . O reforço da sua capacidade de exportação em produtos de média e alta tecnologia.
 - . O avanço da digitalização e dos modelos de negócio associados.
 - . A intensificação do empreendedorismo de base tecnológica.
 - . Atração de investimento direto estrangeiro estruturante.

- . A atração de recursos humanos avançados e qualificados.
- **Reforço de plataformas colaborativas entre o Poder Local, as Universidades e as Empresas**, com projetos tão relevantes como o Parque de Ciência e Inovação (PCI) e o “Aveiro STEAM City” numa perspetiva de ampliação para a escala da NUTS III da Região de Aveiro.
- **Consolidação de um modelo produtivo** capaz de integrar a riqueza das mais-valias ambientais do seu território por via da mobilização do conhecimento científico da Universidade de Aveiro, da aposta num sistema pioneiro e inovador de monitorização ambiental, pela adaptação a um novo paradigma energético e de economia circular e pela inovação na governação e gestão de alguns ativos ambientais, com relevo para a Ria de Aveiro como unidade de planeamento integrado.
- **Posicionamento institucional e empresarial da Região de Aveiro** na concretização da prioridade temática da **economia azul** na ENEI e na RIS3 do Centro.
- Valorização da ideia de **Cidade-Região** com incremento das formas de cooperação entre as principais cidades da NUTS III e desenvolvimento inovador das formas de governação e gestão consequentes para tornar essa cooperação eficaz e construir um espaço sólido de internacionalização integrando Cidades, Universidade e empresas.
- Aposta firme na **melhoria de qualificações** de jovens e ativos (com relevo para as **tecnologias de comunicação e informação**) em linha com a consolidação do sistema de inovação e das necessidades de recursos humanos qualificados.
- Investimento na **inovação em serviços públicos** orientados para a qualidade de vida (Saúde, Cultura, Educação, Desporto e Inclusão).
- Melhoria das condições de **conectividade digital** simultaneamente como instrumento de internacionalização e coesão territorial e a resolução de questões críticas de **mobilidade** enquanto promotoras de igualdade entre territórios do ponto de vista da competitividade a partir da estruturação da mobilidade ferroviária induzida pela ligação Aveiro-Viseu-Salamanca.

3.3.1.3 Empregabilidade e Recursos Humanos

Os dados estatísticos, à escala NUTS III, relativos ao Emprego e Mercado de Trabalho, apenas são possíveis obter com referência ao ano 2011 (Censos). Nestes termos, à semelhança do que se fez em capítulos anteriores replica-se a análise patente no REOT2015.

Em 2011, a população em idade ativa no Município de Aveiro totalizava as 40.063 pessoas (cerca de 51,1% da população residente). Estes dados absolutos representam um crescimento de aproximadamente 6% face a dados de 2001, o que representa um crescimento bastante superior ao registado no País (0,7%) e na região Centro (-1%).

Nesse ano, aproximadamente 90% da população ativa do Município de Aveiro estava empregada (35.791 pessoas empregadas), conforme gráfico infra, o que permite conjurar que o Município de Aveiro tem **elevado potencial ao nível da empregabilidade** dos seus residentes ativos.

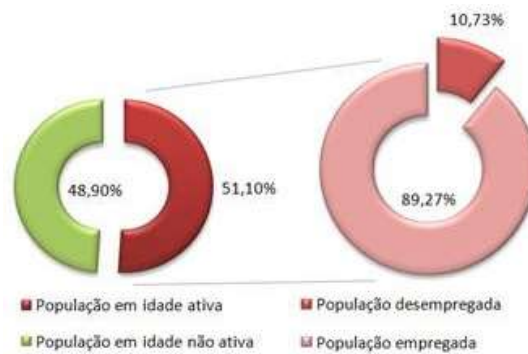


Gráfico 16 - População em idade ativa e situação face ao emprego; Fonte: INE, 2011

Analisando a proporção da população empregada por setor de atividade, verifica-se que em 2011 o setor terciário empregava o maior número de pessoas (71%), seguido do setor secundário (29%) e do setor primário com apenas 1%. Comparativamente a 2001 e seguindo a mesma tendência registada em 1991, verificou-se um **crescimento significativo do setor terciário**, em detrimento do setor secundário e primário. Conforme se pode verificar no quadro seguinte o setor terciário empregava cerca de 63% da população ativa, o setor secundário não ultrapassou os 32% e o primário 2%.

Unidade Territorial	Total	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4.361.187	231.646	133.386	1.632.638	1.154.709	2.786.663	3.073.092
Continente	4.150.252	211.603	121.055	1.581.676	1.115.357	2.657.432	2.913.840
Baixo Vouga	168.834	8.325	4.398	83.915	63.596	87.379	100.840
Aveiro	35.791	741	383	12.390	10.189	22.723	25.219

Quadro 21 - População Empregada por setores de atividade, 2001 e 2011

Fonte INE Censos 2001 e 2011

Relativamente ao nível de instrução da população residente empregada no Município, em 2011, mais de metade (58,2%) possui o ensino básico completo e 23,5% possui o ensino superior completo o que se traduz num fator indutor para a competitividade económica local.

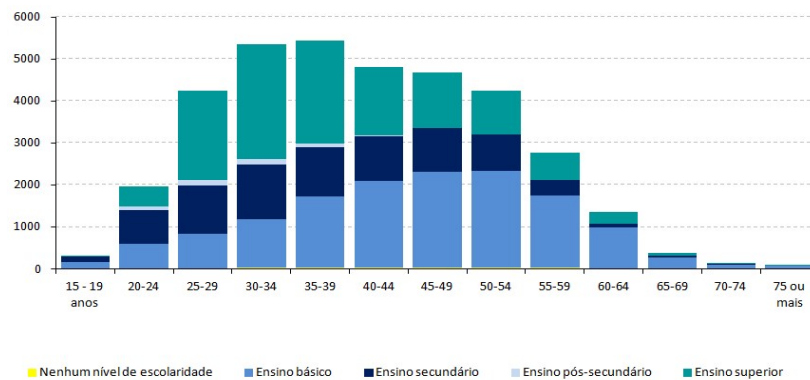


Gráfico 17 - População residente empregada segundo o grupo etário e por nível de instrução, Aveiro-2011
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Em 2017, o Município de Aveiro apresentava em poder de compra *per capita* de 123,1, superior à média nacional e à média da região Centro. Verifica-se, no entanto, que este indicador registou uma tendência de crescimento até 2009 e que, após esse período, inverteu essa tendência, começando a diminuir gradualmente até 2017.

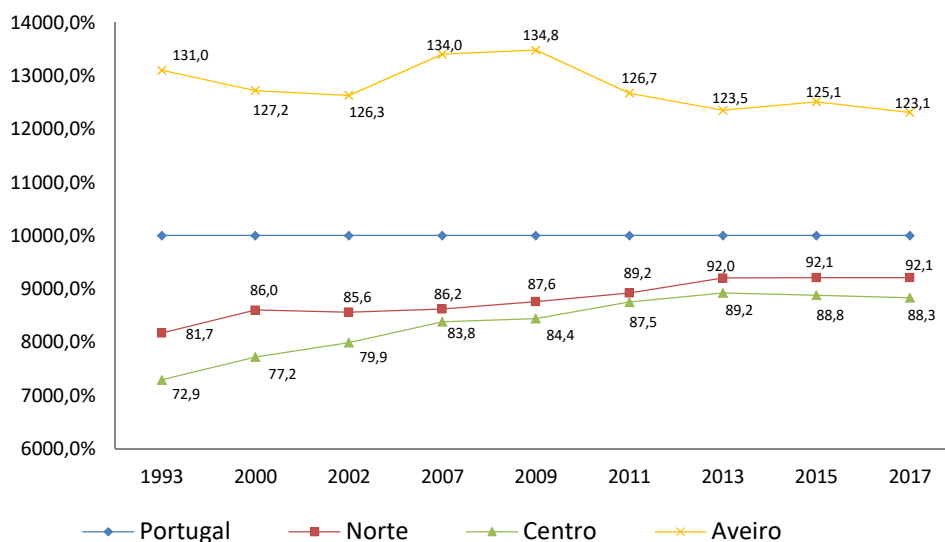


Gráfico 18 - Poder de compra *per capita*; Fonte: INE, PORDATA, 2017

De acordo com dados do INE, referentes a 2018, o rendimento médio mensal por trabalhador, por conta de outrem, no Município de Aveiro rondava os 1.196,50€. Entre 2011 e 2018, verificou-se um aumento de 9%, passando de 1.093,30€ para o valor anteriormente referido.

No que diz respeito à população desempregada, em 2020, o Município de Aveiro totalizava os 2.652 desempregados (valor bastante inferior aos 3.948 desempregados registados em 2015). A grande maioria dos indivíduos desempregados (90%) encontrava-se em situação de procura de novo emprego, sendo que 10% (12% em 2015) estava à procura do primeiro emprego.

No geral, a taxa de desemprego global no Município de Aveiro, situa-se, atualmente, nos 4,6%. A taxa de desemprego da população jovem (<25 anos) é de 12% e a taxa de desemprego na população com menos de 35 anos é cerca de 19%.

3.3.2. Infraestruturas de Apoio às Atividades Económicas

A posição geográfica de Aveiro no eixo Lisboa / Porto, como parte da área metropolitana litoral contínua onde reside mais de metade da população nacional, e no eixo Ibérico Aveiro-Madrid, funcionando como porta de entrada marítima, tem contribuído para reforçar o papel de Aveiro como principal polarizador da região. A presença de infraestruturas de suporte a diferentes modos de mobilidade, com destaque para o porto comercial e de pescas de Aveiro, para a linha ferroviária do Norte e para as vias de distribuição principal A1, A25 e A17, contribui para a afirmação de Aveiro enquanto território privilegiado na promoção de dinâmicas socioeconómicas a escalas supramunicipais, permitindo uma ligação ímpar com a Europa e o resto do mundo.

A rede de infraestruturas de mobilidade existente determina, assim, o potencial deste território enquanto ponto nevrálgico nos fluxos comerciais a nível nacional e como um dos centros urbanos do litoral nacional com maior potencial multifuncional. A confluência de meios de transporte e infraestruturas de suporte, de ligação supralocal, nos modos ferroviário, rodoviário, marítimo e fluvial, aéreo e à microescala, pedonal e ciclável, mostra o elevado potencial como plataforma multimodal à escala nacional, com especial relevo para as ligações Portugal-Espanha (via rodoviária e, em especial, ferroviária) e Intercontinentais (via marítima).

Aveiro apresenta excelentes ligações ferroviárias para o transporte de passageiros e carga, sendo de destacar a excelência dos serviços oferecidos (Alfa Pendular, Intercidade e Regional). Para além da funcional e moderna Estação de Comboios, importa salientar o potencial da existência de uma plataforma multimodal logística de Cacia, que poderá ser refuncionalizada como interface entre o ramal ferroviário de ligação ao Porto de Aveiro e a Linha do Norte, de forma a escoar e regular o movimento de mercadorias de e para o Porto de Aveiro, contribuindo para o aumento da competitividade do Porto de Aveiro.

A presença do porto comercial de Aveiro, considerado a maior infraestrutura de movimentos de carga geral convencional do Centro de Portugal, não só permite ao Município a ligação a múltiplos destinos e mercados como se assume como um nó logístico vital do Centro da Península Ibérica. Com um tráfego anual de perto de 5,1 milhões de toneladas (Porto de Aveiro 05/2020), o porto comercial de Aveiro desempenha um papel primordial no apoio à atividade económica e à capacidade de exportação de muitas indústrias portuguesas de diversos sectores da indústria, tais

como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, bem como o sector agroalimentar e de construção.

3.3.3. Serviços Especializados de Apoio às Atividades Económicas

Criada em 1973, a Universidade de Aveiro (UA) rapidamente se transformou numa das mais dinâmicas, multidisciplinares e inovadoras universidades nacionais e internacionais. Frequentada por cerca de 15.000 alunos, nas mais variadas áreas do conhecimento, a UA desde cedo assumiu um papel de relevância no panorama universitário do país, inserindo-se no grupo da frente no que diz respeito à qualidade das infraestruturas que oferece, à qualidade da sua investigação e à excelência do seu corpo docente. A UA é uma rede integrada de Ensino Superior que abrange um vasto conjunto de ofertas educativas a nível superior, politécnico e pós-secundário.

A UA é a universidade com maior produção científica por docente em Portugal. A excelência na investigação é uma das características marcantes da UA: 15 das suas 18 unidades de investigação foram avaliadas com classificação de “muito bom” ou “Excelente” por painéis internacionais. A investigação levada a cabo na UA promove soluções e produtos inovadores, contribuindo ativamente para o avanço na Ciência e Tecnologia. A UA aspira ser uma organização de topo na investigação e ter um papel preponderante na área de investigação internacional, encorajando fortemente os seus investigadores a criarem laços com parceiros de outros países através de propostas conjuntas a programas internacionais, projetando também desse modo o nome de Aveiro além-fronteiras.

A Universidade de Aveiro é, ainda, o principal promotor, com a comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, do Parque de Ciência e Inovação que possibilita um acesso direto e facilitado ao Conhecimento Científico e Tecnológico criado no universo da UA e das suas redes internacionais. Pretende estimular e gerir fluxos de conhecimentos e de tecnologias entre o Sistema Científico e Tecnológico, o tecido empresarial e o mercado nacional e internacional, potenciando a criação e o crescimento de empresas baseadas na inovação e o reforço da competitividade da região.

A AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, criada em 1986, é uma entidade de referência para o tecido empresarial local, tendo como missão representar, defender, promover e apoiar as empresas do Distrito de Aveiro. A experiência na organização de iniciativas que beneficiam um número alargado de empresas (formação, formação – ação, redes de apoio às PMEs, projetos de promoção da inovação e de apoio às exportações, apoio à implantação em mercados externos) é muito importante no apoio à estratégia de Desenvolvimento Económico do Município de Aveiro, sendo por isso um dos nossos principais parceiros. No âmbito das suas competências, presta diferentes tipologias de serviços, tais como: Serviços de Apoio Jurídico; Serviços de Incentivos;

Consultadoria Técnica; Formação Profissional; Domiciliação de Empresas e Apoio a processos de Internacionalização.

3.3.4. Áreas de Localização das Atividades Económicas

No âmbito da Revisão do PDM apostou-se no reforço e estruturação das Áreas de Atividades Económicas (AAE) integradas em rede e associadas aos polos de acessibilidade, dinamizando o tecido económico e criando novos motivos para a atração e fixação de população. Salientam-se as AAE de Aveiro Norte (Taboeira/Cacia), Aveiro Centro (Eixo/Oliveirinha) e Aveiro Sul (Mamodeiro), assim como a definição nova da área do Parque de Ciência e Inovação, na zona do Crasto.

Destas, pela pressão sentida, o Município considera como território prioritário de intervenção a Área delimitada pela Unidade de Execução que corresponde à expansão da Área de Atividades Económicas “Aveiro Norte” proposta no âmbito da revisão do PDM, cujo projeto de expansão se encontra em fase final de elaboração e deverá ser candidatado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A intervenção irá focar-se essencialmente no eixo que faz a articulação entre os dois pólos industriais fortemente consolidados, Antiga Zona Industrial de Taboeira e envolvente à Rua da Paz e a Avenida Europa, permitindo a ocupação da área expectante e o necessário enquadramento ambiental e urbanístico de toda a estrutura. Perante a dimensão territorial delimitada, prevê-se que a intervenção urbanística seja repartida por várias obras de urbanização e operações de reestruturação da propriedade, de forma a simplificar e agilizar a sua concretização.

Estão ainda em curso várias operações de qualificação enquadradas numa estratégia alargada de Qualificação da Área de Atividades Económicas “Aveiro Norte”, que pretende melhorar as condições de acesso das empresas e aumentar a atratividade para novos investimentos privados. Com este objetivo, para além da criação da nova área de expansão, pretende-se promover a requalificação e adequação do existente às novas exigências urbanas, económicas, sociais e ambientais.

Para além das áreas de atividades económicas definidas em planos, importa analisar a distribuição espacial e territorial do tecido empresarial e produtivo do Município de Aveiro, traduzido nas 150 maiores empresas. Como se pode verificar na figura seguinte, muitas destas empresas, localizam-se fora das Áreas de Atividades Económicas delimitadas, distribuindo-se maioritariamente no núcleo urbano, mais central de Aveiro, e ao longo dos eixos rodoviários EN235 e Avenida Europa. A importância destes dois eixos é ainda reforçada pela proximidade a outras funções, essencialmente direcionadas para o comércio, armazenagem e logística, (Aveiro Center, Retail Park, C.C. Glícinias), bem como pela criação, ao longo dos últimos anos, de diversos centros empresariais privados,

nomeadamente o Centro Empresarial de Aveiro da ANJE, o Aveiro Business Centre e o Mirador Business Center.

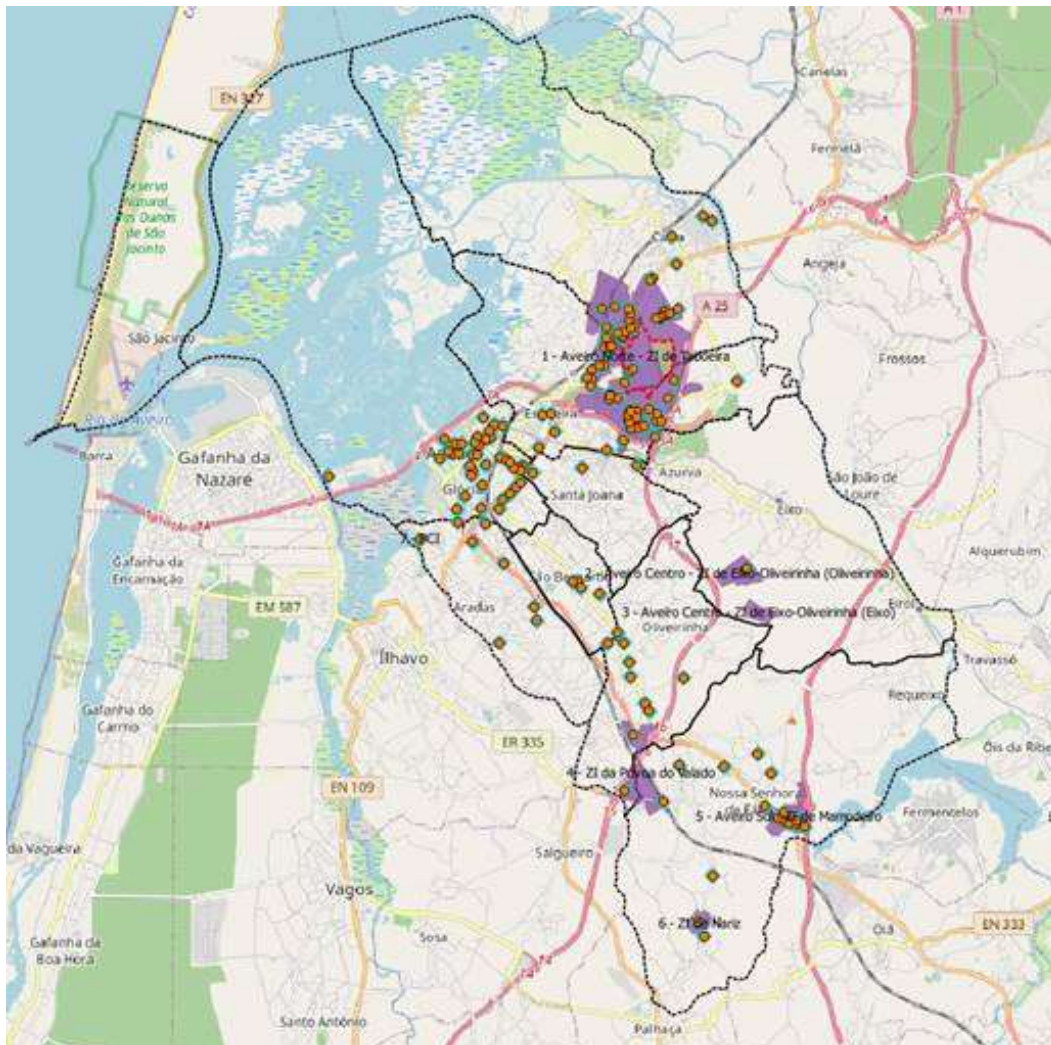


Figura 14 Distribuição das 150 maiores empresas, por volume de negócios em 2018
Fonte: CMA 2019

3.4. Sistema Ambiental

3.4.1. Paisagem e valores ecológicos

Aveiro tem na sua situação geográfica uma forte componente identitária dos espaços naturais onde se insere. De facto, a frente marítima com a Reserva Natural das Dunas de S Jacinto, o vasto ecossistema da laguna Ria de Aveiro, e respetivos canais urbanos, a Pateira de Requeixo/Fermentelos, os cursos de água como Rio Vouga, Ribeiro do Pano, e as múltiplas Ribeiras da Horta, Eirinha, Esgueira e Buragal, as quais constituem importantes bacias de drenagem para a Ria, conferem no seu todo um vasto conjunto de valores naturais que interagem com o tecido urbano, nas suas múltiplas valências de atividade e desenvolvimento.

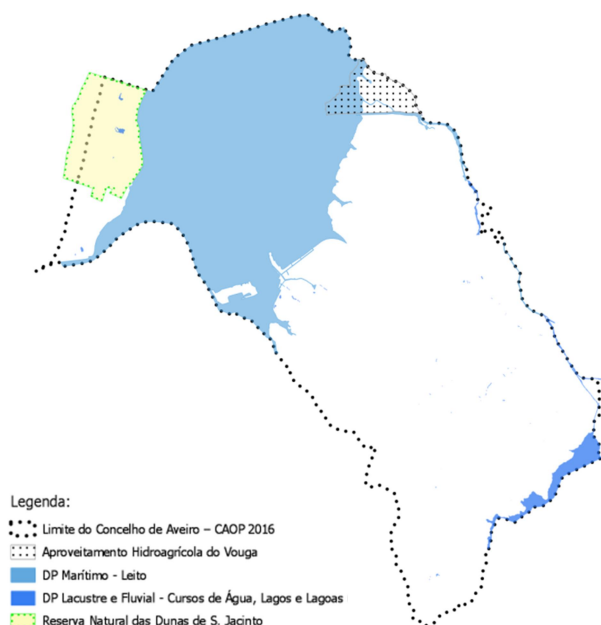


Figura 15 valores ecológicos

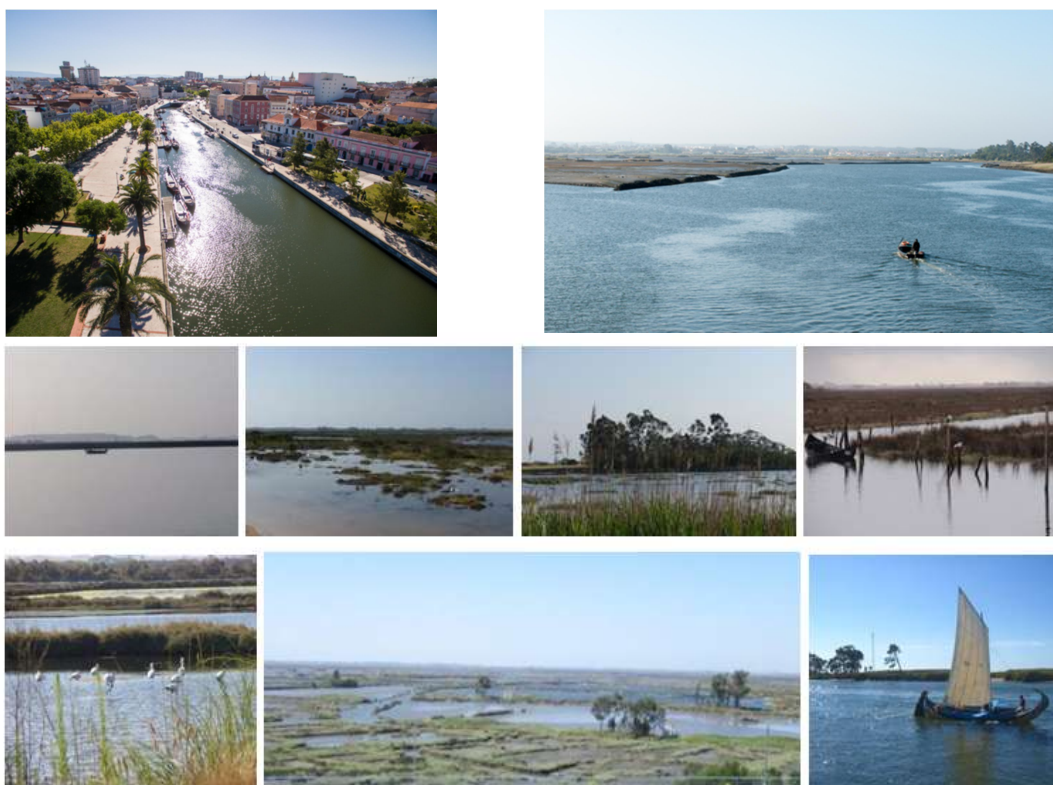
A água é sem dúvida o elemento mais presente e marcante em todo o território Municipal, pelo papel que assume na estruturação do território e nas formas do desenho urbano, ou no tipo de povoamento e atividades que se instalaram e que se verificam no Município.

Da área total do Concelho de Aveiro (197,5 Km²), a Ria de Aveiro, com uma largura e comprimentos máximos de cerca de 8,5 e 45 Km, respetivamente, ocupa uma área molhada de, aproximadamente, 66 Km² na baixa-mar e de cerca de 83 Km² na preia-mar.

Aveiro integra diversas zonas com grande valor ecológico, algumas constituindo-se como Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 ou que são classificadas ao abrigo de compromissos

internacionais assumidos pelo Estado Português, como é o caso da Convenção sobre Zonas Húmidas, designada por Convenção RAMSAR. Neste âmbito, assinala-se a Ria de Aveiro como Zona de Proteção Especial (ZPE) e Sítio de Importância Comunitária (SIC), a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, a área do Baixo Vouga Lagunar, a Pateira de Fermentelos, que se destacam pela sua singularidade e identidade única da paisagem, pela utilização e aproveitamento do território em função das suas potencialidades naturais, tal como, seguidamente, se descrevem de forma individualizada.

3.4.2 Ria de Aveiro



A Ria de Aveiro, constitui um dos mais notáveis acidentes geográficos da costa do continente português e é uma das mais extensas zonas húmidas costeiras de grande importância ecológica. No que diz respeito às suas características biofísicas, “... Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de Bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo aproveitamento hidroagrícola do Vouga. Estas áreas constituem importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves...”
caraterização da Ria de Aveiro descrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008,

razão pela qual esta zona se encontra classificada no âmbito da Rede Natura 2000, ao abrigo da Diretiva Aves, como Zona de Proteção Especial (ZPE) – PTZPE0004, cuja definição corresponde a um território de 51 407 ha, com uma área marinha de 20.737 ha.

“As principais ações forçadoras da dinâmica desta laguna são a maré oceânica, que se propaga de Sul para Norte ao longo da costa Oeste de Portugal, penetrando na laguna através do canal de embocadura (recentemente ampliado na sua extensão e profundidade) e fazendo sentir os seus efeitos mesmo na extremidade montante dos vários canais, e o caudal dos rios Antuã (que desagua na bacia do Laranjo) Boco (desagua no Canal de Ílhavo), Fontela (desagua no Canal de S. Jacinto-Ovar), diversos ribeiros e cursos de água que desaguardam na extremidade montante do Canal de Mira e rio Vouga (desagua no Canal do Espinheiro) com formação de um sistema complexo de insuas e canais, onde estão situadas a maior parte das salinas...”. (Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT), DGRM)

A laguna Ria de Aveiro, de acordo com Plano de Gestão das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, PGRH (RH4), encontra-se dividida em duas massas de águas de transição, a norte com o código PT 04VOU0547 e a sul com ao código PT04VOU0550, as massas de água referenciadas obtiveram classificação de estado global de 3 (inferior a bom) e estado químico de Bom.

O salgado da ria de Aveiro ocupa uma área de cerca de 1500 ha, onde havia cerca de 270 marinhas, sendo que pouco mais de 5% deste espaço foi reconvertido, predominantemente para explorações de aquicultura semi-intensiva, estando a restante área votada ao abandono (fonte: IPIMAR). Tal implica uma degradação que, para além do aspeto económico, tem também reflexos ambientais negativos na hidrodinâmica lagunar. Só a simples destruição física das motas afeta os canais contíguos e não favorece a renovação da água, registando-se uma crescente degradação e assoreamento desses espaços.

O potencial biológico da Ria de Aveiro é enorme, que decorre da presença do elemento marinho e dulçaquícola, fazendo com que apresente uma grande variedade de biótopos (águas livres, ilhas com vegetação, praias de vasa e lodos, sapais, salinas, matas ribeirinhas, campos agrícolas, dunas), e uma elevada diversidade de espécies, sobretudo de aves.

Estes biótopos apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, hospedando regularmente mais de 20 000 aves aquáticas, e um local de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas sendo de notar a ocorrência regular de pato-preto (*Melanitta nigra*) – 20000 indivíduos - e pilrito (*Calidris alpina*) – 11000 indivíduos. As populações nidificantes de borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*) e residente de pato-real (*Anas platyrhynchos*) são significativas a nível nacional, bem como 1% da população biogeográfica de Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*).

De destacar ainda que a ZPE suporta 60% da população nidificante em Portugal Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) e várias espécies de passeriformes migradores, bem como altas concentrações de espécies de importância comunitária listadas no anexo B-I da Diretiva Habitats

Na ZPE são definidas orientações de gestão para as espécies de aves que aí ocorrem, de acordo com o Anexo I da Diretiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I. Assim, são alvo destas orientações o Garçote (*Ixobrychus minutus* - código A022), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea* - código A029), o Colhereiro (*Platalealeucorodia* - código A034), Pato-preto ou Negrola (*Melanitta nigra* - código A065), o Milhafre-preto (*Milvus migrans* - código A073), a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus* - código A081), a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus* - código A094), o Perna-longa (*Himantopus himantopus* - código A131), o Alfiate (*Recurvirostra avosetta* - A132), o Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus* - código A137), o Pilrito de peito preto, o Pilrito comum (*Calidris alpina* - código A149), a Andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons* - código A195), aves marinhas migradoras, passeriformes migradores de matos e bosques e passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas.

A ZPE/SIC da Ria de Aveiro sendo considerada como a zona húmida mais importante do país, alberga grande diversidade de comunidades vegetais halófilas e sub-halófilas numa extensa área estuarina, representando, conseqüentemente, a área mais importante de ocorrência do habitat 1130 (Estuários) na zona norte do País. De destacar ainda que a área onde o habitat 1330 (Prados salgados atlânticos- Glauco-*Puccinellietalia maritima*) apresenta maior expressão no território nacional, é a Ria de Aveiro. O habitat 2170 Dunas com *Salix repens* ssp. *Argentea* (*Salicion arenariae*) que consiste em matagais densos dominadas por salgueiro arbustivo de *Salix arenaria* em depressões dunares (dunas secundárias), possuindo uma importante capacidade de estabilização dos sistemas dunares, apesar da sua representação pontual ao longo da costa, localiza-se também na ria de Aveiro.

Na área de SIC, relativamente as espécies de flora com relevância pelo seu estatuto de proteção, nomeadamente pela sua inclusão nos anexos B-II, B-IV e B-V, encontram-se as seguintes espécies: *Arnica Montana* (B-V), *Cladina ciliata* (B-V), *Cladina portentosa* (B-V), *Jasione lusitanica* (B-II e B-IV), *Myosotis lusitanica* (B-II e B-IV), *Narcissus bulbocodium* (B-V), *Ruscus aculeatus* (B-V).

Relativamente à fauna, são alvo de orientações as espécies da ZPE/SIC constantes nos anexos B-II, B-IV e B-V do DEC.LEI N.º 49/2004 de 24/02, como sendo o Sável (*Alosa alosa* – código 1102), a Savelha (*Alosa fallax* - código 1103), o Barbo (*Barbus bocagei*), a Verdemã (*Cobitis palúdica* - código 5302), a boga-do-norte (*Chondrostoma duriense*), lampreia do riacho (*Lampetra planeri* – código 1096), Lampreia marinha (*Petromyzon marinus*- código 1095), Ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*- código 1135), Sapo-corredor (*Bufo calamita*), a Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi* – código 1194)), a Relá-comum (*Hyla arborea*), o Sapo-de-unha-negra

(*Pelobates cultripes*), a Rã-ibérica (*Rana ibérica*), a Rã-verde (*Rana perezi*), o Tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi* – código 1259,) o Morcego-hortelão (*Eptesicus serotinus*), a Lontra (*Lutra lutra* – código 1355), o tourão (*Mustela putorius*), o Morcego – anão (*Pipistrellus pipistrellus*).

3.4.3 Baixo Vouga Lagunar



Figura 16- Vista aérea do Baixo Vouga (Fonte:<http://www.bioria.com/>)

O Baixo Vouga Lagunar, com uma área de 4600 ha, corresponde a uma área de transição ambiental de sistemas húmidos de água doce e água salgada, onde se intercetam os sistemas naturais e os humanos. A sua dimensão urbana-rural, dada pela proximidade de alguns aglomerados com determinadas funções de indústria e de serviços, as práticas ligadas à agricultura e à pecuária e a pesca, criam uma complexidade de utilização e de gestão num sistema com um enorme potencial produtivo e recreativo singulares, mas ecologicamente frágil.

A dimensão ambiental é refletida no elevado valor conservacionista das muitas das espécies existentes na área e que, por inerência da integração na Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, estão abrangidas pelas medidas de proteção explicitadas nas convenções ou diretivas comunitárias respetivas.

Com vista a preservar a variedade de biótopos existentes, torna-se necessário manter a variedade dos cultivos e operações culturais nos campos agrícolas. Contudo, nos últimos anos tem-se verificado um certo abandono da atividade agrícola, traduzido numa redução das culturas temporárias e num aumento das pastagens para criação de gado, essencialmente, bovino. Este contexto resulta de diversos fatores, entre os quais, a idade cada vez mais avançada dos agricultores, a destruição e o envelhecimento das infraestruturas (diques, valas e caminhos) e a dimensão reduzida das parcelas agrícolas que não permitem a mecanização e consequente rentabilidade da atividade agrícola.

Por outro lado, a invasão salina é também um fator muito importante na mudança deste sistema, que importa reverter rapidamente, através das obras necessárias para impedir o avanço da água salgada, numa perspetiva integrada de adaptação às alterações climáticas e de preservação dos aspetos funcionais e de valorização da paisagem.

Na diversidade paisagística do Baixo Vouga Lagunar ressalta o mosaico Bocage, como uma característica intrínseca desta área, desempenhando um papel específico no equilíbrio ecológico e ambiental, pois constitui o habitat de muitas espécies de plantas, mamíferos, anfíbios e répteis e até local de ninhos de aves de rapina.

O Bocage define-se como um agroecossistema, uma estrutura com uma certa complexidade, que não pode ser classificada nem como aberta (pastagem permanente, campo agrícola), nem como fechada (bosque ou bosquete), uma vez que compreende elementos de ambos.

É uma paisagem combinada de pequenas parcelas irregulares de terrenos de cultivo e prados, limitados por sebes vivas, compostas por linhas de arbustos e árvores (Salgueiros, Amieiros, Carvalhos, Sabugueiros) plantadas e geridas pelos próprios agricultores, normalmente associadas a valas do sistema hidráulico e que, para além de desempenharem a função de delimitação da propriedade e fixação dos taludes das valas e caminhos, têm como funcionalidade a proteção do gado e das culturas contra os efeitos dos ventos dominantes nestas parcelas agrícolas.

A sua manutenção tem-se revelado cada vez mais difícil face aos fatores de abandono atrás enunciados, mas pelo valor patrimonial de sistema artificial raro importa encetar esforços no sentido da sensibilização para a sua valorização e preservação.

Assim, e com vista à preservação desta área estão em desenvolvimento dois projetos de relevo, o projeto da Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe que está em fase de iniciar obra e o Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar com projeto em avaliação de Impacte Ambiental.

3.4.4 Reserva Natural das Dunas de São Jacinto



Na zona natural denominada de cabedelo situa-se a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, que aparece descrita aquando da sua constituição pelo Decreto-lei 41/79, de 6 de Março, como “zonas altamente sensíveis estas formações dunares, devido à sua constituição arenosa, pelo que há todo o interesse na sua proteção e fixação como forma de impedir o avanço do mar, salvaguardando os terrenos de cultura e também a conservação do património faunístico, onde se destaca a colónia de garças mais setentrional do País, bem como a conservação do património florístico próprio das dunas, consideradas das mais bem conservadas da Europa.” (Decreto-Lei n.º 41/79 de 6 de março)

A importância do cordão dunar como suporte do valor da biodiversidade e estratégia para impedir o avanço do mar e salvaguarda dos terrenos de cultura mantem-se até aos dias de hoje, tendo sido reforçada pela criação de um Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto – PORNDSJ (RCM nº 76/2005, de 21 de março). Em termos de riqueza biológica está incluída na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro e no Sítio Natura 2000 - Ria de Aveiro (RCM n.º 45/2014 de 8 de julho). Justifica-se, pois, o carácter de proteção e singularidade ambiental e paisagística que foi atribuído.

De referir, ainda, que foi assinado a 28 de agosto, o Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a CMA e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) vem permitir a gestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, no âmbito do processo de

Descentralização em curso (Decreto Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto). Neste âmbito, foi também celebrado um Memorando de Entendimento entre o ICNF e a CMA para a dinamização conjunta do Centro de Interpretação e do Centro de Acolhimento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. Neste âmbito a gestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto deverá iniciar no primeiro trimestre de 2021.

3.4.5 Pateira de Requeixo/Fermentelos



A Pateira de Requeixo/Fermentelos é uma lagoa de água doce com cerca de 163 ha, localiza-se no Distrito de Aveiro, integrando os concelhos de Águeda, Oliveira do Bairro, e Aveiro, na União de Freguesias de Requeixo, Nariz e N.ª Sr.ª Fátima, e é uma zona húmida de elevada riqueza ecológica, paisagística e social. Em 2 de fevereiro de 2013 a Pateira de Fermentelos foi incluída na rede de Zonas Húmidas de Importância Internacional – RAMSAR, sendo considerada a “maior lagoa natural da Península Ibérica”, assumindo elevado valor para o equilíbrio dos sistemas naturais da zona.

Elemento de grande importância para as populações locais, no contexto natural, socioeconómico, cultural e turístico, com particular relevo para a avifauna com estatuto de proteção, assim como no ciclo da água, nomeadamente para o balanço hídrico das reservas aquíferas, especialmente para o aquífero cretácico de Aveiro.

Localiza-se também em área sensível e importante zona húmida da REDE NATURA 2000 (Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro - PTZPE0004), em termos ecológicos, botânicos, zoológicos e hidrológicos, e integra ainda, a o sítio Ria de Aveiro PTCON0061, incluído na lista nacional de sítios.

A Pateira é composta por um sistema lacustre dos rios Águeda e Cértima, planícies periodicamente inundadas, onde ocorrem importantes mosaicos de habitats de zonas húmidas, caniçais e pântanos prados-juncais, zonas de paul, zonas ripícolas, arrozais, bem como de mata ciliar.

Estes mosaicos devido às suas potencialidades únicas de refúgio, alimentação e reprodução para as várias espécies da fauna, e avifauna suportam populações importantes de aves migratórias e espécies ameaçadas de aves, como a garça-vermelha (*Ardea purpurea* - nidifica na área uma das maiores colónias do país normalmente constituída por 40 a 50 casais), garçote (*Ixobrychus minutus*), águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), Camão (*Porphyrio porphyrio*), Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e o Guarda-rios (*Alcedo atthis*), para além da garça-pequena (*Ixobrychus minutus*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*), pernilongo (*Himantopus*), entre outros.

Aparecem aqui ainda doze espécies com estatuto Vulnerável como o garçote (*Ixobrychus minutus*), a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), o camão (*Porphyrio porphyrio*).

Salienta-se a presença de caniço (*Phragmites australis*), bunho (*Scirpus lacustris*), tabúa (*Typha latifolia*), papiro (*Cyperus alternifolius*), orelha-de-mula (*Alisma plantago-aquatica*), evidenciam-se ainda, as comunidades que incluem golfão-branco (*Nymphaea alba*), golfão-amarelo (*Nuphar luteum*), nenúfar (*Nuphar lutea*) e manchas de caniçal (*Phragmites australis*).

De referir também as seguintes espécies arbóreas: salgueiro-preto (*Salix atrocinerea*), salgueiro branco (*Salix alba*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), sanguinho (*Frangula alnus*), amieiro (*Alnus glutinosa*) e a presença de pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e ulmeiro (*Ulmus minor*), existindo ainda pequenas manchas de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*).

Verifica-se que o habitat natural que ocorre em maior abundância é o Habitat 91E0pt3 – Bosques paludosos de amieiros e/ou borrazeira-negra (*Salix atrocinerea*) (habitat prioritário), sendo que, nos bosques paludosos existentes na Pateira de Fermentelos a dominância é de salgueiro-preto (*Salix atrocinerea*).

É ainda um local especialmente importante para várias espécies de patos: arrabio (*Anas acuta*), patocolhereiro (*Anas clypeata*), marrequinho (*Anas crecca*), piadeira (*Anas penelope*), pato-real (*Anas platyrhynchos*).

Na lagoa e no seu sistema de água adjacente, os peixes também encontram condições ecológicas favoráveis para refúgio e desova durante a época de reprodução. A zona húmida tem um papel importante na recarga dos aquíferos, controle de inundações, sedimento de captura e manutenção do abastecimento de água para ambos os ecossistemas naturais e artificiais.

Inserese numa área predominantemente agrícola, com proximidade de pequenos aglomerados populacionais, onde a prática de uma agricultura drenante e a recolha constante do moliço (para

posterior utilização como adubo natural), permitiu a manutenção de uma significativa superfície livre de água e impediu o avanço do pântano.

Este equilíbrio, entre a atividade agrícola e a recolha do moliço, conduziu a uma paisagem humanizada de elevada organização e diversidade, na qual a lagoa atingia a sua maior dimensão. No entanto, as alterações económicas e sociais operadas nos anos 60 reduziram progressivamente a prática de recolha do moliço, permitindo assim o seu livre desenvolvimento. Este processo foi ainda grandemente acelerado pela descarga de esgotos, efluentes orgânicos e industriais e drenagem dos terrenos agrícolas envolventes. Assiste-se, atualmente, à proliferação de Jacinto-de-água (*Eichhornia crassipes*) que têm elevado impacte no equilíbrio ambiental e paisagístico da pateira.

3.4.6 Produção e valorização de resíduos urbanos

A gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) no concelho de Aveiro caracteriza-se atualmente pela recolha, transporte e deposição dos resíduos indiferenciados na Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico sita em Eirol, sob exploração do sistema intermunicipal ERSUC. A produção de resíduos urbanos indiferenciados, no ano 2019 foi de 34 978 ton, a que corresponde uma capitação de 449 Kg/hab/ano, que equivale a 1,23 Kg/hab/dia.

Foram encaminhados para valorização 3 601 ton, que corresponde a um total de cerca de 10,3 % dos resíduos produzidos e a uma capitação de valorização de materiais de 46,4 Kg/hab/ano.

Mas em matéria de gestão de resíduos são definidas novas metas com a entrada em vigor do novo diploma Regulamento Geral de Gestão de Resíduos – RGGR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com entrada em vigor a 1 de julho de 2021, nomeadamente:

- reduzir em 5% a quantidade de resíduos urbanos produzidos por habitante face aos valores de 2019 até 2025 e 15% até 2030;
- Obrigação de recolha seletiva para biorresíduos até 31 de dezembro de 2023, contando para o cálculo da taxa de reciclagem apenas os biorresíduos recolhidos seletivamente;
- Metas de preparação para reutilização e reciclagem de RU, medidas em relação aos RU totais, de 55% em 2025, de 60% em 2030 e, 65% em 2035;
- Metas de aumento da reciclagem de resíduos de embalagem, medidos no reciclador: a 31 de dezembro 2025 de 60% e de 70% em 2030, bem como Proibição de deposição em aterro de resíduos recicláveis a partir de 2030;
- Meta de redução em aterro para o máximo de 10% do total de RU gerados até 2035;

- As tarifas devem ser aplicadas sobre a quantidade de resíduos recolhidos, medida em unidades de peso ou estimada pelo volume de contentorização. Até julho de 2026 as tarifas devem deixar de ser indexadas ao consumo de água, devendo ser implementados sistemas PAYT (Pay-as-You-Trough);
- No caso de resíduos depositados em aterros, o valor da TGR é desagravado nos seguintes termos:
 - 10% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 5% dos biorresíduos;
 - 30% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 15% dos biorresíduos;
 - 50% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 30% dos biorresíduos.
 - Elaboração de planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação sobre resíduos urbanos, no prazo máximo de 120 dias;

No caso do Município de Aveiro, a recolha seletiva de papel/vidro/embalagens está concessionada em regime de exclusividade à ERSUC, mas a recolha seletiva de biorresíduos, roupa usada, OAU (óleos alimentares), o ecocentro e a recolha indiferenciada são da gestão do Município, fazendo sentido elaborar-se um plano municipal, em estreita articulação com a ERSUC. Este plano terá que ter consulta pública e pareceres vinculativos da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR.

Atualmente, a ERSUC dispõe do PAPERSU 2020 (Plano de Ação do PERSU 2020) que deverá ser revisto e atualizado face aos objetivos e metas estipulados neste novo RGGR, que transpõe as Diretivas Europeias mais recentes em matéria de resíduos urbanos.

O resultado do “Estudo Municipal Para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos”, que está neste momento a ser elaborado pela CIRA para todos os municípios da Região de Aveiro, cofinanciado pelo Fundo Ambiental, será um dos contributos para o plano municipal.

Em 2021 deverá entrar em funcionamento o novo Ecocentro Municipal, que será uma infraestrutura muito importante para o cumprimento dos objetivos de separação seletiva multimaterial e respetivo encaminhamento para valorização.

3.4.7 Abastecimento de água para consumo humano

Todos os aglomerados estão cobertos pela disponibilidade de rede e as estações elevatórias localizam-se em S. Jacinto, Cacia, Oliveirinha, Mamodeiro, Nariz e Gloria e Vera-Cruz.

As captações de água subterrânea distribuem-se pelas freguesias de S. Jacinto, Cacia, Esgueira, Santa Joana, S. Bernardo, Aradas, Oliveirinha, Requeixo/N.S.Fátima/Nariz e Glória/Vera Cruz.

A capacidade de reserva total do sistema é de 16 950m³ distribuída atualmente por cinco subsistemas (S. Jacinto, Cidade, Cacia, Nariz e Silval), destacando-se este último pela maior capacidade de reserva total – cerca de 11.000 m³.

Para além destas origens, o abastecimento de água é ainda, e sobretudo, garantido pelo Sistema Regional do Carvoeiro/Águas do Vouga. S. Jacinto é servido pelo setor norte e o concelho é atravessado por uma adutora principal, pertencente ao setor sul que abastece os municípios de Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos, recentemente objeto de intervenção.

Em termos de qualidade, o Programa de Controlo da Qualidade da Água (disponível em <http://www.adra.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=2125&t=Qualidade-da-Agua>), tem vindo a demonstrar, ano após ano, padrões elevados (99.95%) na qualidade da água para consumo humano.

Os consumos de água que se mantinham constantes de 2014 a 2016, registaram um primeiro aumento significativo em 2017, embora com capitações abaixo da média nacional de 187 l/hab/dia, e mantiveram essa tendência até 2019, onde se verifica uma capitação de 186,50 l/hab/dia, muito próxima da média nacional.

	2014	2015	2016	2017	2019
Consumos totais de água – Município de Aveiro (m ³)	4.108.350	4.098.698	4.148.641	4.341.196	5.342.720
Consumo per capita (l/hab/dia)	146,06	145,72	147,49	154,34	186,50

Quadro 22 - consumos água Município de Aveiro 2014 a 2019

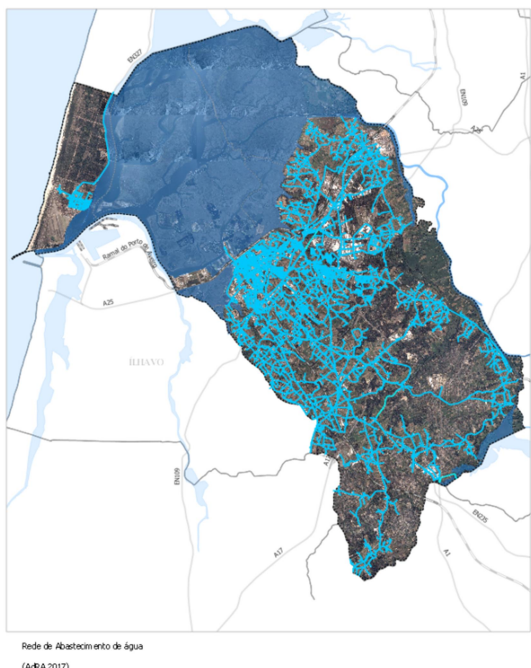


Figura 16 Rede de Abastecimento de água (AdRA 2017)

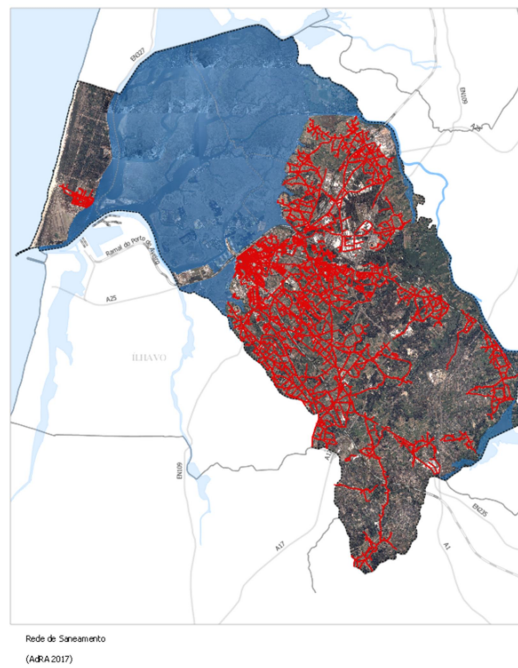


Figura 17 Rede de Saneamento (AdRA 2017)

3.4.8 Tratamento de águas residuais domésticas

Relativamente ao tratamento de águas residuais domésticas verifica-se uma cobertura total do território, com 100% da população com acesso. Os efluentes do concelho são encaminhados e tratados nas ETAR Norte (69% do total), ETAR Sul (30% do total) e ETAR de S. Jacinto (1% do total), até ao nível de tratamento secundário, sendo depois encaminhados para o exutor submarino, em S. Jacinto.

Em 2019, foram contabilizados pela AdRA, 3.948.277 m³ de águas residuais encaminhados para os sistemas de tratamento em alta.

3.4.9 Qualidade do ar

Aveiro integra a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar da Região Centro com uma estação de tráfego sita no perímetro da Escola Secundária José Estevão, e em que, a par da estação urbana de fundo, localizada em Ílhavo, são analisados e amostrados os parâmetros: Dióxido de Enxofre (SO₂); Óxidos de Azoto (NO_x); Ozono (O₃); Partículas (PM₁₀); e Monóxido de Carbono (CO).

De acordo com relatório anual da CCDR-C, referente ao ano 2019, apresentam-se os seguintes resultados, por poluente:

Dióxido de Enxofre

Relativamente ao Dióxido de Enxofre, verificou-se o cumprimento dos Valores Limite na estação de Ílhavo, sem quaisquer ultrapassagens dos Valores Limite, quer considerando o Valor Limite Horário de $350 \mu\text{g}/\text{m}^3$, em que se registou $13 \mu\text{g}/\text{m}^3$, quer considerando o Valor Limite Diário de $125 \text{mg}/\text{m}^3$, em que se registou o valor de $5 \mu\text{g}/\text{m}^3$.

Óxidos de Azoto

Verificou-se o cumprimento dos Valores Limite para o poluente Dióxido de Azoto, quer no que respeita ao Valor Limite Horário ($200 \mu\text{g}/\text{m}^3$), quer do valor Valor Limite Anual ($40 \mu\text{g}/\text{m}^3$). Da análise das médias anuais verifica-se, em comparação com a outra estação de Estarreja, que a estação de Aveiro é a que apresenta valores mais elevados ($19 \mu\text{g}/\text{m}^3$), situação expectável dado tratar-se de uma estação do tipo tráfego.

Ozono

Verifica-se na estação de Ílhavo, a ultrapassagem do objetivo a longo prazo, bem como o valor máximo diário de oito horas, $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$. No entanto, verifica-se que não foram excedidos o número de casos permitidos, 25, embora tenham sido registados 24 casos, pelo que se conclui que foi cumprido o Valor Alvo para a proteção da saúde humana.

Monóxido de Carbono

Não foram registadas excedências ao Valor Limite de Monóxido de Carbono, Valor Limite Médias de 8 horas ($10.000 \mu\text{g}/\text{m}^3$), em que se registou $3.367 \mu\text{g}/\text{m}^3$, cumprindo os requisitos legais para a Proteção da Saúde Humana.

Partículas em Suspensão (PM10)

No ano de 2019 constata-se que, ainda que tenham sido registadas ultrapassagens do Valor Limite Diário ($50 \mu\text{g}/\text{m}^3$), não foi excedido o número máximo de ultrapassagens permitidas (35) no ano, e não foi excedido valor máximo de média anual ($40 \mu\text{g}/\text{m}^3$), concluindo-se que foi dado cumprimento aos valores legalmente aplicáveis.

É de salientar que o valor mais elevado dos máximos das médias diárias da Região Centro, da ordem dos $195 \mu\text{g}/\text{m}^3$, foi registado na estação de Aveiro no dia 6/9/2019, em que ocorreram incêndios florestais de grandes dimensões na proximidade de Aveiro, pelo que as elevadas concentrações de PM10 medidas serão devidas ao efeito de transporte de cinzas provenientes daqueles incêndios.

Para além dos dados oficiais tratados e validados pela CCDR-Centro, a partir das amostragens da rede de estações existentes, a própria Universidade de Aveiro tem vindo a proceder a várias campanhas de amostragem dos parâmetros de qualidade do ar, a partir de unidade móvel, e cujos resultados, consistentes, de forma global com os resultados oficiais, demarcam a relevância das

fontes difusas de tráfego rodoviário e as fontes fixas das unidades industriais, para os principais poluentes : Partículas (PM10), Ozono (O3), e óxidos de Azoto (NOx).

Com o projeto Aveiro STEAM City irá ser implementada, na zona central da cidade, uma rede de sensores para monitorização dos parâmetros de qualidade do ar, que permitirá um melhor conhecimento, ao nível local, dos níveis de concentração de poluentes como CO(x), NO(x), Ozono, partículas, entre outros, contribuindo para uma melhor gestão e planeamento urbano ao nível da mobilidade, espaços verdes, e edificações.

3.4.10 Ruído

De acordo com os resultados apresentados no último estudo ‘Mapa de Ruído do Concelho de Aveiro’, realizado pelo laboratório acreditado ECO14 – Serviços e Consultadoria Ambiental, Lda., em junho de 2019, relatório n.º MR.3028/19-CM, de 4 de julho, constata-se que a principal fonte de ruído do Concelho de Aveiro, quer qualitativa quer quantitativa, corresponde ao tráfego rodoviário, com a existência de zonas habitacionais consolidadas junto a corredores de circulação importantes.

As vias rodoviárias mais ruidosas são a A1, a A25 e a A17. Para além destas existem outras vias rodoviárias estruturantes de ligação a concelhos vizinhos, com destaque para a Avenida Europa, seguidas das ex-EN 230, ligando a Águeda, e Estrada de S. Bernardo (antiga EN 235) e designada Variante de Mamodeiro (EN 235) com volumes de tráfego de relevo, de que resultam emissões ruidosas apreciáveis;

Também o tráfego ferroviário tem um impacto ruidoso relevante sobre as áreas adjacentes ao traçado da Linha do Norte. Relativamente ao ruído industrial, verificou-se que as indústrias, no geral, não têm uma importância direta assinalável, especialmente quando comparadas com o tráfego rodoviário e à escala de todo o concelho. Numa escala mais localizada, as emissões sonoras derivadas destas fontes poderão ser, de acordo com os resultados obtidos, suscetíveis de ocasionarem algumas situações de conflito, principalmente em áreas de implantação de indústrias de média dimensão próximas de edifícios habitacionais. Há ainda a considerar a sua importância indireta, designadamente nos fluxos de tráfego rodoviário que lhes estão associados, pelo que a sua localização é extremamente importante também no planeamento do ponto de vista acústico;

As estimativas efetuadas no âmbito do presente estudo, tendo como base a proposta de classificação acústica do município de Aveiro, apontam para que:

- Cerca de 94,7% e 93,4% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com a classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;

- Cerca de 5,9% e 6,7% da população está exposta a níveis de ruído ambiente que estão até 5 dB(A) acima da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- E somente 2,2% e 3,2% da população estão em locais com níveis sonoros que excedem em 5 ou mais dB(A), os valores regulamentares da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- Cerca de 95,0% e 93,7% dos recetores sensíveis estão expostos a níveis de ruído ambiente compatíveis com a classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- Cerca de 5,7% e 6,6% dos recetores sensíveis estão expostos exposta a níveis de ruído ambiente que estão até 5 dB(A) acima da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- E somente 2,2% e 3,2% dos recetores sensíveis estão em locais com níveis sonoros que excedem em 5 ou mais dB(A), os valores regulamentares da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;

3.4.11 Ação climática

No âmbito da participação da Câmara Municipal Aveiro na Rede Cencyl – Cidades Verdes, foi elaborada a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas –EMAAC, que, partindo de um primeiro diagnóstico das principais Vulnerabilidades e Censuração das Condições Climáticas (Temperatura e Pluviosidade) traça as principais orientações estratégicas de adaptação.

Até ao final do 1.Trimestre de 2021 deverá ficar concluído o Plano Municipal de Ação de Adaptação às Alterações Climáticas – PMAAC, definindo e priorizando as Medidas e Ações a adotar na adaptação do Município às alterações climáticas.

3.5. Sistema urbano

3.5.1. Serviços e Equipamentos

O Município de Aveiro dispõe de um número elevado de serviços e equipamentos ao nível da governança, administração e apoio ao cidadão, que lhe conferem uma posição demarcada na hierarquia das redes urbanas como centro urbano de nível superior. Todas as freguesias dispõem de edifício próprio para sede da Junta de Freguesia. No Município existem serviços de Cartórios Notariais, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Predial e Loja do Cidadão que integra diversas entidades e empresas públicas.

Ao Tribunal da Comarca do Baixo Vouga que, para além de Aveiro, integra outros 10 Municípios, através da reorganização judiciária das comarcas, foram atribuídas competências especializadas no âmbito do trabalho, família e menores, comércio, instrução criminal e execução.

A Polícia de Segurança Pública tem o seu comando distrital em edifício próprio no lugar da Quinta do Griné e uma esquadra instalada na Praça Marques de Pombal.

No que se refere ao ensino, encontram-se no Município todas as ofertas educativas, realçando-se a Universidade de Aveiro, como referência nacional e internacional. Destacam-se as ações no âmbito da cooperação e prestação de serviços entre as unidades de investigação da Universidade de Aveiro e o tecido empresarial e económico, com incidência no desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras nas áreas das tecnologias da informação e comunicação e dos materiais. Toda a informação sobre esta matéria foi aprofundada e consta da Carta Educativa publicada em conjunto com o PDM.

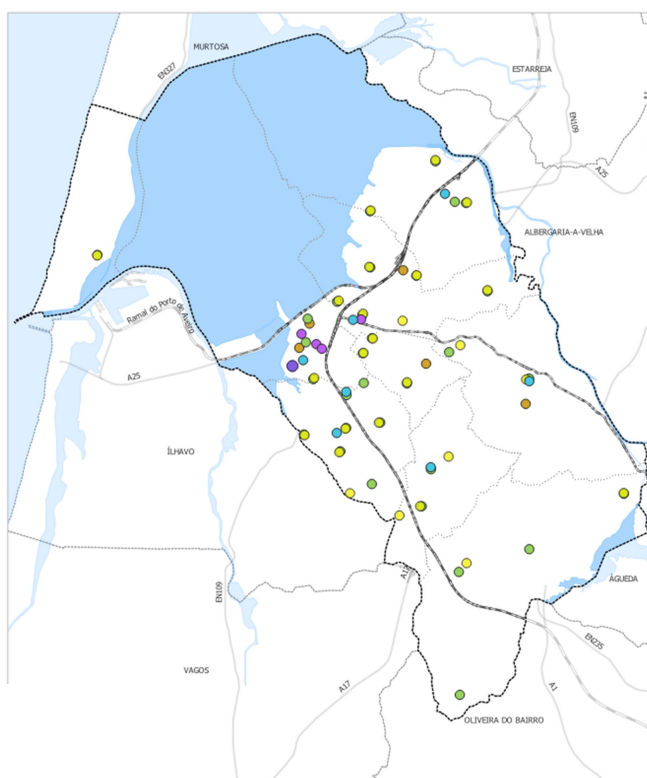


Figura 18 - Estabelecimentos de ensino desde os Jardins de Infância ao Ensino Superior

Na área da saúde, o hospital de referência para o Município é o Hospital Infante D. Pedro - Aveiro (Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE), cuja área de influência abrange os Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Murtoza, Vagos, Estarreja e Sever do Vouga. A crescente necessidade de espaços para as diversas valências e serviços que presta à comunidade obrigou a equacionar a sua expansão pelo que foram já disponibilizados terrenos para a ampliação do Hospital Infante D. Pedro (integrando o Centro Académico Clínico) no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

O Centro de Saúde localiza-se no centro da cidade existindo extensões em todas as freguesias. Foram construídas recentemente, nas freguesias de Cacia e Esgueira novas edificações que albergam as respetivas Extensões de Saúde, visando uma melhoria na oferta e prestação do serviço a todos os utentes.

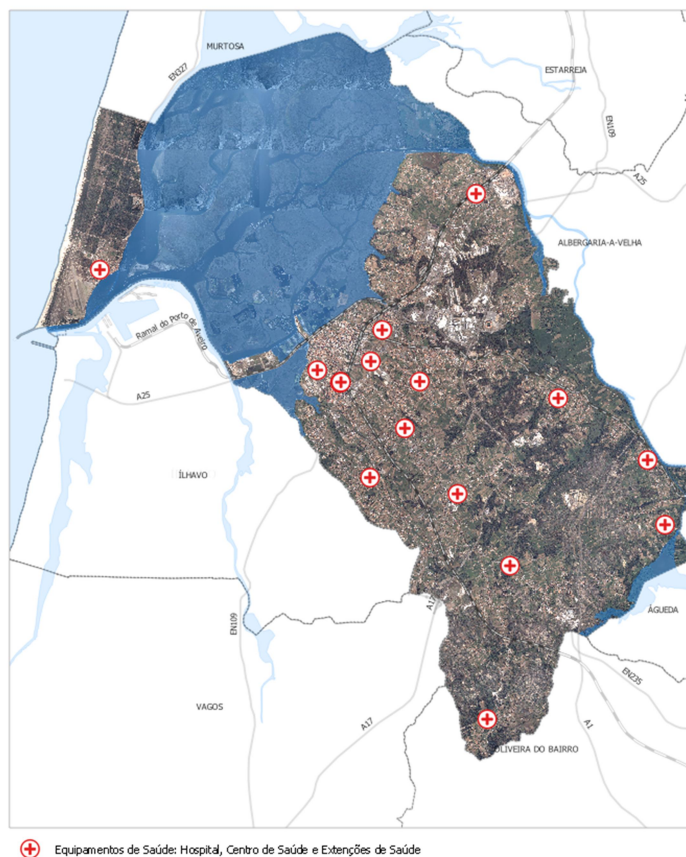


Figura 19 - Equipamentos de Saúde: Hospital, Centro de Saúde e Extensões de Saúde

No contexto da Rede Social, a ação do Município, baseada no Diagnóstico Social de Aveiro, afirma-se em políticas sociais ativas baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo, para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social, abrangendo 6 áreas de intervenção: Infância e Juventude, Idosos, Deficiência, Migração e Minorias Étnicas, Sem-

Abrigo, e Educação, Formação e Emprego. Nas respostas sociais há que salientar o contributo da comunidade, designadamente, através das IPSS com acordos de Ação Social Comunitária e Protocolos de Acompanhamento.

A localização dos equipamentos sociais, nomeadamente, creches, centros de atividades de tempos livres, estruturas residenciais para pessoas idosas, centros de dia, serviços de apoio domiciliário, lares residenciais para pessoas com deficiência, e, conseqüentemente, da distribuição das respetivas respostas sociais, corresponde à densidade demográfica, pelo que ocorrem mais concentradas na área da cidade e depois, nas áreas centrais dos aglomerados.

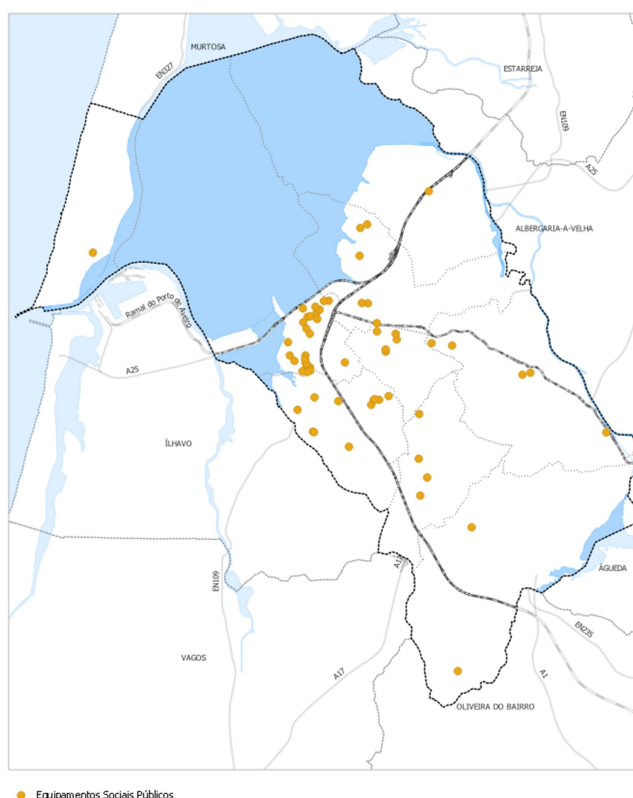
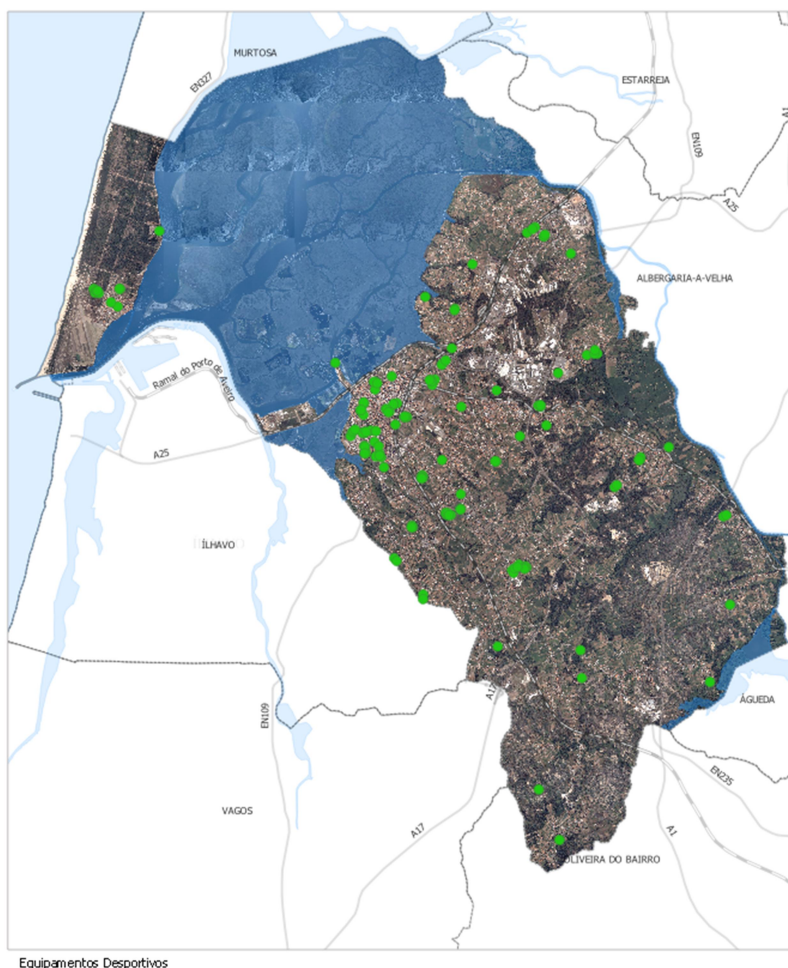


Figura 20 - Equipamentos Sociais Públicos

No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, a programação é equilibrada face à população que servem, embora se constate carência quanto à dotação de piscinas, polidesportivos e campos de pequenas dimensões (ténis, basquete), bem como, a existência de alguns equipamentos/instalações em mau estado, a necessitar de intervenção, sobretudo no que respeita à qualidade do pavimento, balizas, bancadas e falta de iluminação que limitam a sua utilização plena. Da distribuição dos equipamentos desportivos no território ressaltam as diferenças entre as freguesias urbanas e as mais rurais. Neste sentido, têm vindo a ser implementadas obras de qualificação de equipamentos existentes e de dotação de novos equipamentos desportivos

Realça-se como equipamento de referência do Município e da região, pela localização privilegiada a partir da A25/A17 e pela possibilidade de albergar eventos de grande escala face à sua capacidade acima dos 30 000 lugares, o Estádio Municipal de Aveiro, integrado na área do Parque Desportivo de Aveiro, com localização privilegiada a partir da A25/A17, construído para acolher os jogos de futebol do Euro 2004.

É de referir, ainda, na freguesia de S. Jacinto, junto ao complexo desportivo existente, a localização do Centro de Alto Rendimento (CAR) de Surf, projeto conjunto entre a Câmara de Aveiro, a Federação Portuguesa de Surf e o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), que permite a realização de eventos e estágios nacionais e internacionais e a formação inicial e avançada de praticantes e de técnicos da modalidade.



Equipamentos Desportivos

Figura 21 - Equipamentos Desportivos

Na área cultural a cidade dispõe de grandes estruturas de serviço público, das quais se salientam espaços/edifícios, com valor arquitetónico e patrimonial e de referência histórica na cidade como o Teatro Aveirense, o Museu de Aveiro, o Museu da Cidade de Aveiro, o Museu Arte Nova (Casa

Major Pessoa), o Centro Cultural e de Congressos (antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos), a Fábrica da Ciência Viva (antiga fábrica de moagem), o Arquivo Distrital e a mais recente obra de qualificação do edifício da autoria do Arquiteto Fernando Távora – *Atlas Aveiro* onde está instalada a Biblioteca Municipal e outros serviços de apoio à componente cultural e de inovação.

Conforme se pode observar na figura em baixo, nas diversas povoações existem, ainda, centros cívicos e culturais que permitem a dinamização cultural em proximidade com a respetiva população. Alguns destes espaços acolhem associações e/ou grupos culturais que têm sido agentes dinamizadores e determinantes da atividade cultural, promovendo vivências coletivas.

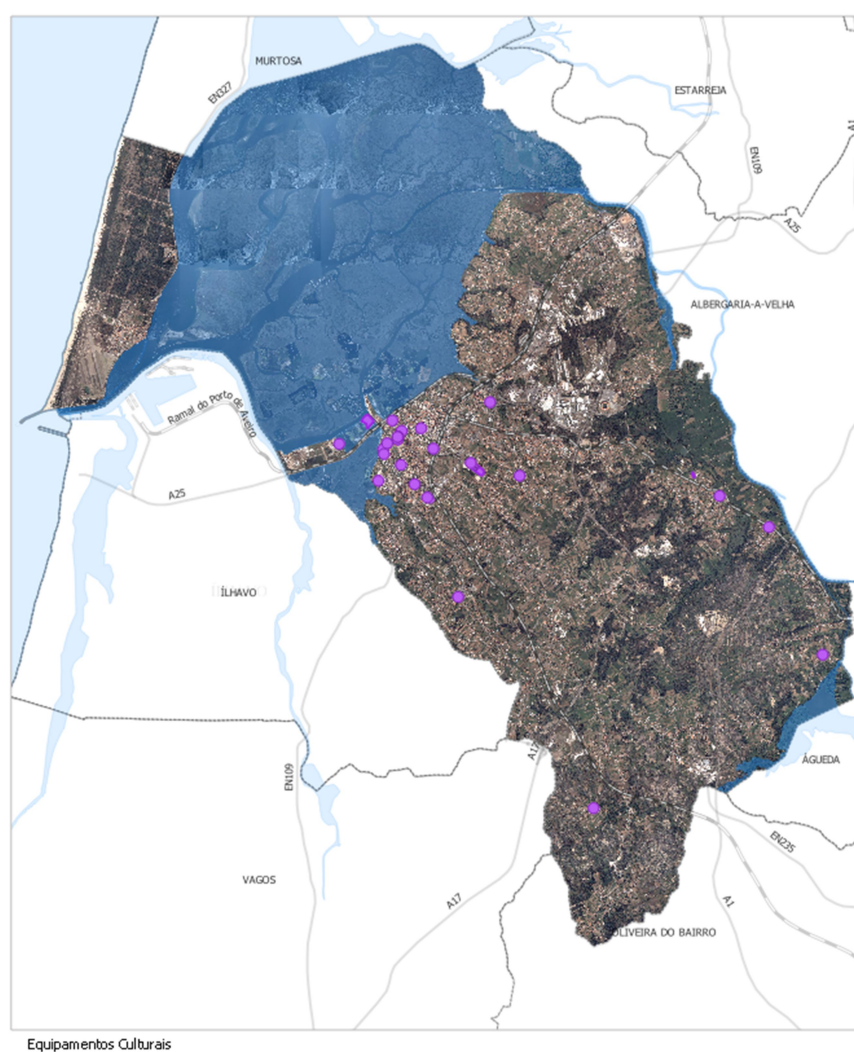


Figura 22 - Equipamentos Culturais

No âmbito do património edificado, no Município estão classificados 22 imóveis - 4 monumentos nacionais, 15 imóveis/monumentos de interesse público e 3 imóveis/monumentos de interesse municipal, entre os quais se salientam o Mosteiro de Jesus compreendendo o túmulo de Santa Joana, a Igreja das Carmelitas, o conjunto arquitetónico formado pela Igreja do Convento de St.º

António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de S. Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho), a Capela de S. Gonçalo (ou Gonçalinho), a Sé de Aveiro e a Capela do Senhor das Barrocas.

Destacam-se também as 27 edificações integradas no “Circuito Arte Nova”, identificadas, em cada local, por placa alusiva, pelo seu valor cultural, evidenciado por singularidades locais, tirando partido da produção artística de azulejo das fábricas existentes no início do séc. XX – Côjo, Fonte Nova, Aleluia, entre outras. O reconhecimento internacional deste património de Arte Nova em Aveiro é dado pela sua integração na rede internacional de cidades "Réseau Art Nouveau Network", onde se incluem Barcelona, Bruxelas, Budapeste, Glasgow, Helsínquia e Havana.

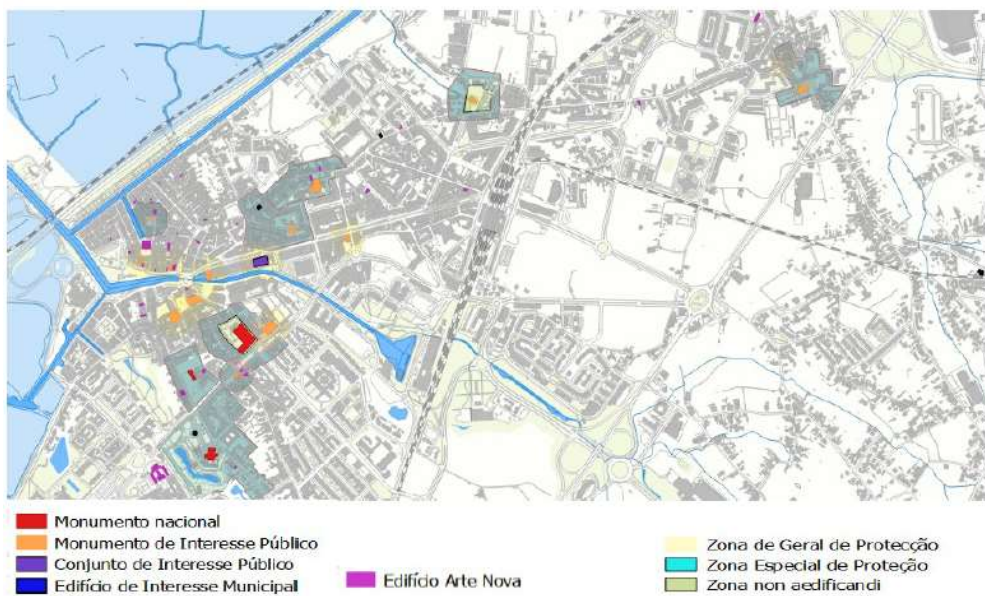


Figura 22 - Distribuição territorial dos imóveis classificados e dos imóveis da Rota Arte Nova

3.5.2. Infraestruturas territoriais

Em termos de infraestruturas para além da rede viária suprarregional destacam-se, na imagem seguinte as áreas que, pela sua abrangência, relevância e especificidade, são estruturantes do funcionamento do sistema urbano municipal e supramunicipal, designadamente, a Área Portuária do Porto de Aveiro, a Plataforma Intermodal de Cacia, a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) e outras infraestruturas associadas às redes de saneamento e gás.

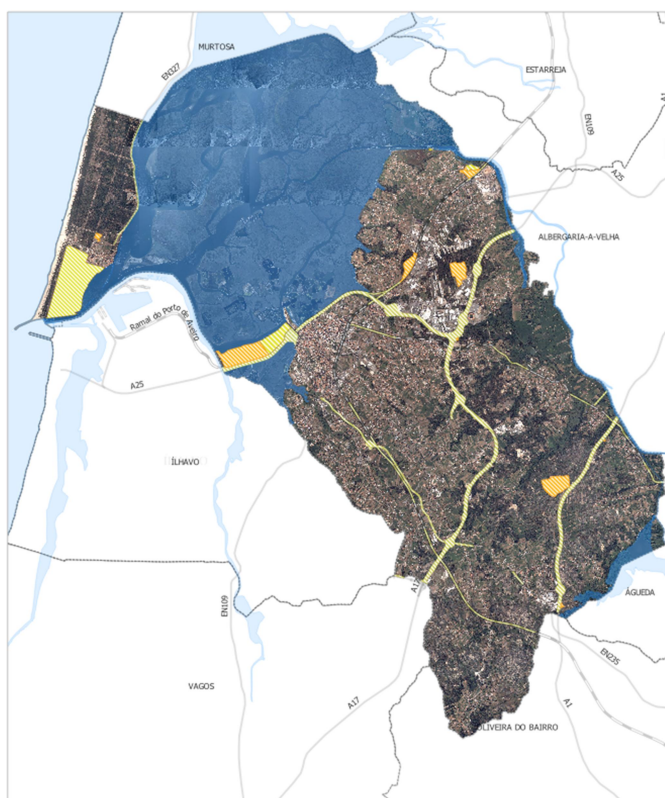


Figura 23 – Infraestruturas

3.5.3. Desenvolvimento Urbano

Da análise do território, referenciada ao PDM, ao nível do modelo territorial, a Ria de Aveiro destaca-se como elemento natural notável e identitário, sendo um fator transversal e que, como tal, favorece a articulação entre os diversos níveis de organização e intervenção no território.

A água é, assim, um elemento estruturante de todo o concelho e que leva à definição território como **Aveiro, Cidade dos Canais e Município, Terra com Horizonte**.

A aposta estratégica na Ria de Aveiro incide também na temática dos Desportos Náuticos, com destaque para o trabalho, em desenvolvimento, pela Estação Náutica do Município de Aveiro e para equipamentos novos a executar, com base nas pré-existências, como são os Postos Náuticos do Rio Novo do Príncipe e da Zona da Antiga Lota, ou a Pista de Pesca Desportiva na Pateira, em Requeixo.

No que respeita ao espaço urbano, estabeleceram-se regras que garantem a coesão dos diferentes territórios, unificadoras do tecido urbano e que concretizam a realidade da cidade de Aveiro como uma área urbana que se estende para além da cidade tradicional.

A cidade é já muito mais do que o núcleo central e histórico: transcendeu a fronteira da antiga EN 109 e abrange um território mais alargado e multifuncional, limitado pela sua Via de Cintura Urbana, formada pela A25 (entre o nó do Estádio e o nó das Pirâmides) e pela A17 (entre o nó do Estádio e o nó das Quintãs / Póvoa do Valado).

Da Via de Cintura Urbana irradiam todas as outras vias que são o garante do sistema urbano conexo do Município, das acessibilidades principais a todas as áreas urbanas que constituem o anel que rodeia o núcleo mais central e integram a cidade nova, nomeadamente: os aglomerados de Cacia, Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas, onde grande parte da população habita e onde as vivências e as dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade traduzem o caráter claramente urbano de uma cidade nova.

Nas povoações mais periféricas, que ficam na sua maioria para nascente da Via de Cintura Urbana da cidade, com exceção para a posição excêntrica de São Jacinto, apostou-se no reforço das qualidades endógenas, valorizando o seu potencial intrínseco, respondendo-se de forma adequada à escala urbana existente e às funções relevantes que prestam ao território Municipal, assim como às necessidades identificadas.

No território de São Jacinto, assume uma capital importância a barra e o porto de Aveiro, na relação do Município com o Mar e com a Ria, para além da presença marcante do Regimento de Infantaria Nº 10, com trabalho no âmbito do Turismo Militar, da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, no campo da educação ambiental e de valorização dos ecossistemas e dos dois Parques de Campismo do Município, que permitem um contacto e usufruto direto da natureza.

Em suma, partindo do modelo da estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro, dever-se-á continuar a valorizar o papel e a função de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, valorando os elementos distintivos de cada um como condição prévia e privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.

3.5.4. Acessibilidades e Transportes

A Publicação do PDM, no final de 2019, veio clarificar em matéria de Mobilidade e Acessibilidade, todo o planeamento estratégico e organizar o conjunto de ações previstas para a qualificação da mobilidade, tanto intramunicipal como entre os núcleos urbanos do concelho, reforçando as acessibilidades e dando robustez ao desenvolvimento territorial e ao seu ordenamento.

O PEVCA – Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro, faz uma abordagem ao nível da Hierarquia Viária Municipal, do Plano de Circulação e do Plano de Sinalização e Orientação.

Em termos de Hierarquia viária foram definidos diversos níveis:

- O nível Suprarregional tem como função garantir conexões viárias estruturantes a nível supramunicipal;
- O nível Regional distribui os fluxos regionais, garantindo ligações aos concelhos da Região;
- O Nível Estruturante distribui os fluxos entre as zonas do concelho e os fluxos internos à cidade de Aveiro, em articulação com os níveis superiores;
- O nível de Distribuição Principal visa distribuir os fluxos entre polos/malhas urbanas, em articulação com os níveis hierárquicos superiores;
- O nível de Distribuição Secundária distribui os fluxos internos aos polos/malhas urbanas;
- O nível de Acesso Local assegura as ligações às atividades.

Neste âmbito o PDM e o PEVCA definiram uma rede viária baseada na estrutura hierárquica contemplando as propostas essenciais para o fecho de malha, e que se inscreveram no plano de execução do PDM. As ações previstas no domínio da acessibilidade e mobilidade são apresentadas no quadro seguinte:

AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
	1	2	3	
Ex- EN 109 Avenida Europa	X			CMA
Via de Cintura Interna		X		CMA
Acessibilidade para norte da UTMB		X		CMA
Variante a Eixo		X		CMA
Via panorâmica Aveiro - Ílhavo		X		CMA
Ligação Aveiro - Águeda [Troço Aveiro]		X		CMA
Ligação à EN 235- Aveiro a Oliveira do Bairro		X		ESTADO
Infraestruturação urbanística	X			CMA
Intervenções em Interfaces de transportes públicos, nomeadamente em Parques de Estacionamento periféricos de apoio à intermodalidade	X			CMA
Estruturação e Continuidade das Vias Cicláveis	X			CMA
Sistema Público de Bicicletas Partilhadas - BUGA 2	X			CMA



Figura 24 hierarquia viária

Nos últimos anos ocorreram uma série de fatores, relevantes, no âmbito das acessibilidades e transportes com impacte ao nível do território municipal dos quais se destacam:

- Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiro;
- Aprovação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (DL 52/2015 de 9 de junho. Representa uma profunda reforma no modelo jurídico da organização dos serviços de transporte público, em que os operadores passam a estar abrangidos pela obrigação de celebração de contrato de serviço público com as autoridades de transportes competentes.
- Nos termos do RJSPTP são Autoctonidades de Transportes os Municípios, as Comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e ainda o Estado. Contudo os municípios podem delegar as suas competências nas CIM's.
- Na CIM Região de Aveiro (CIRA), Aveiro foi o único município que não delegou competências, mantendo todas as suas competências de Autoridade de Transportes.

- A CIRA lançou o primeiro processo concursal em 2020 para 5 linhas (percursos) intermunicipais que ligam ao município de Aveiro e cinco que são inter-regionais, ligando a municípios da área metropolitana do Porto e da Comunidade intermunicipal da região de Coimbra. Um dos pré-requisitos do concurso é a possibilidade da integração tarifária com a rede municipal da AveiroBus.
- A nível supramunicipal, em 2012 foi aprovado o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes para a Região de Aveiro (PIMT-RA) promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), está prevista para 2021 a atualização deste plano.
- A emergência sanitária que se faz sentir desde o início de 2020 e as questões de saúde pública, se por um lado vêm relevar a necessidade de Transporte Público eficaz e estruturante da mobilidade nos movimentos pendulares casa/trabalho/escola, por outro, os sucessivos confinamentos e as restrições à circulação determinados pelos Estados de Emergência vêm dificultar a análise e, conseqüentemente, o planeamento do respetivo desenvolvimento.
- **A Ligação Ferroviária Aveiro/Viseu/Guarda/Salamanca da competência da Administração Central é considerada vital, sobretudo para o transporte de mercadorias entre o Porto de Aveiro e a Região de Salamanca/Madrid/ Europa, contudo, ainda não há uma definição clara sobre a concretização da mesma.**
- Com a abertura do Centro Coordenador de Transportes (CCT), toda a rede de Expressos que iniciam, terminam ou passam por Aveiro, passaram a ter passagem/paragem única e obrigatória em Aveiro, pelo Centro Coordenador. Isso permitiu retirar do centro da cidade as paragens das carreiras expresso e a desordem que causavam e, simultaneamente, melhorar as condições de espera, embarque e desembarque, assim como potenciar a intermodalidade com o Comboio e com a rede de transportes municipais, intermunicipais e inter-regionais e, ainda, com o veículo particular já que está a ser implementado um parque de estacionamento de longa duração junto ao CCT e à estação de caminhos-de-ferro. Está também prevista a Instalação do novo sistema de Bike Sharing junto do Terminal Rodoviário (CCT).

A 1 de janeiro de 2017 foi implementado o AveiroBus - serviço de transportes públicos de Aveiro que é constituído por uma componente rodoviária que cobre todo o município, com exceção da freguesia de S. Jacinto que é feito por modo fluvial através de lancha ou ferryboat combinado com uma linha de autocarros até ao centro da cidade. Esta rede cobre, diariamente, todos os lugares com mais de 40 habitantes, cumprindo a lei 52/2015 de 9 de junho, relativamente aos níveis mínimos do serviço público de transporte de passageiros. A rede de transportes é apresentada na imagem seguinte.

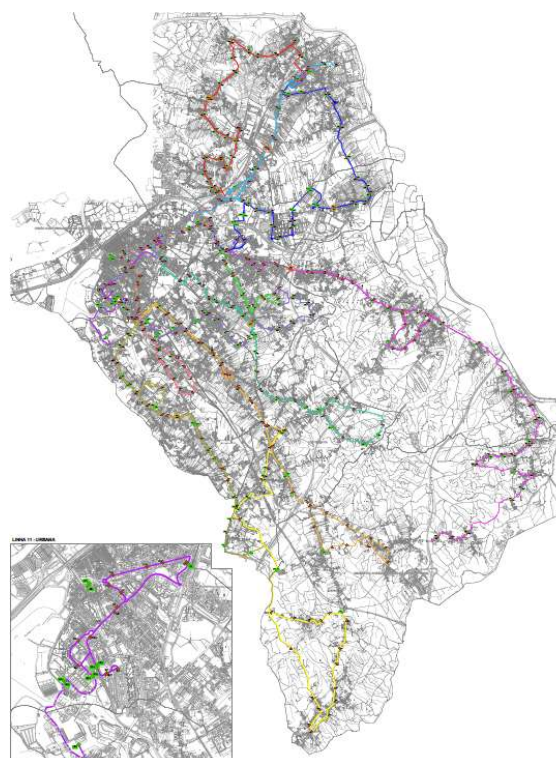


Figura 25 – Rede de transportes

Com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2050 e em linha com as metas da União Europeia, são estabelecidos objetivos para Portugal para o horizonte 2030, apostando no transporte público, mobilidade elétrica, mobilidade ativa e nos serviços de partilha, com forte penetração do veículo elétrico, biocombustíveis avançados e outras soluções de mobilidade sustentável e ativa.

Sendo oito grandes OBJETIVOS ENERGIA E CLIMA PARA PORTUGAL NO HORIZONTE 2030, um dos quais é “PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL”, ou seja, descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos. Para tal, o Município de Aveiro assinou o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia e está empenhado na descarbonização, são exemplos:

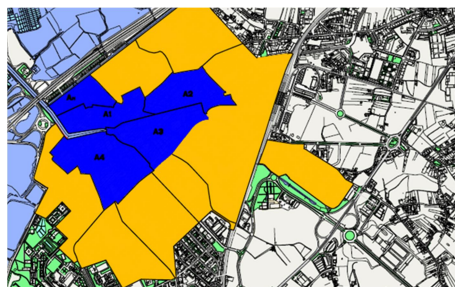
- Introdução de veículos elétricos na frota de autocarros: em 2018 foram introduzidos 3 veículos elétricos na frota da AveiroBus.
- A substituição do ferry atual com mais de 60 anos e necessidade de manutenção cada vez mais frequentes para manter a sua operabilidade, por um ferry elétrico para dar resposta equilibrada tanto, ambientalmente, como do ponto de vista da mobilidade.
- Tendo e vista a melhoria e promoção dos transportes públicos, perspetivando a entrada em funcionamento do ferry elétrico, e após auditoria às infraestruturas que constituem os

cais de embarque (incluindo subaquática), os cais de embarque de S. Jacinto e do Forte da Barra serão objeto de um projeto de melhoria e beneficiação.

Em 2015 foi implementada a primeira fase do plano de estacionamento da cidade de Aveiro. A visão que se pretende com a regulação do estacionamento é a que centra as questões da mobilidade e acessibilidade. Os objetivos estratégicos do plano de estacionamento são:

- Organizar (ordenar e regular) o estacionamento na cidade tendo em vista os diferentes intervenientes/utilizadores;
- Gerar receita para a sustentabilidade dos Transportes públicos municipais e renovação do espaço urbano.
- Promover os modos de transporte mais sustentáveis (Transportes Públicos e modos suaves);
- Tornar a cidade de Aveiro pioneira neste sector e tornar-se exemplo de referência;
- Promover a qualidade ambiental, nomeadamente no que respeita ao ar;
- Estimular a utilização do comércio tradicional e o centro da cidade.

A implementação do Plano de Estacionamento tem sido evolutiva, sendo o objetivo final o de ter completamente regulada, toda a área urbana e periurbana com pressão de estacionamento, conforme proposta inicial de 2015:



Zona Azul, mais interior e com maior pressão de estacionamento é onde estão localizados a maioria dos lugares parconizados; A Zona Amarela, mais exterior será analisada numa segunda fase.

A restrição a esta zona é feita via acesso ao estacionamento: todas as viaturas ligeiras (e as autorizadas para cargas e descargas) podem circular, mas só podem estacionar nas condições estabelecidas nos termos dos critérios determinados.

Com a evolução do plano de estacionamento, em 2020, o plano de estacionamento tem 4 Zonas mais centrais: A1, A2, A3 e A4; 5 zonas mesos centrais B1 a B6, 3 parques de estacionamento de Longa Duração (PLD) e Zona AM de Moradores onde não há estacionamento tarifado. Desde 2018, não houve evoluções ao plano de estacionamento, aguardando as reabilitações urbanas em curso no centro para a sua atualização.

O Município de Aveiro tem desenvolvido um conjunto de ações no sentido de melhorar as condições para a circulação de bicicletas em meio urbano, não só construindo corredores para esse fim, mas ainda introduzindo esta preocupação em todos os projetos viários em curso, melhorando infraestruturas, e, também distribuindo suportes para o estacionamento de bicicletas e implementando um sistema de bikesharing para a cidade.

SPBP BUGA – Novo Sistema de Bikesharing para Aveiro -_Encontra-se em fase adiantada a preparação para a instalação das 20 Estações a que correspondem 308 docas para 204 bicicletas. Esta é a primeira fase do sistema que, no final, terá o dobro das bicicletas, docas e estações.

Destaca-se a implementação do trajeto clicável que liga o Campus da UA com a estação da CP, um dos principais corredores que estruturam a rede ciclável planeada e que tem forte impacto ao nível da mobilidade ciclável.

3.6. Sistema de Riscos

Os perigos relacionados com fenómenos da natureza e decorrentes da ação antrópica (tecnológicos) continuam presentes, pelo que as sociedades têm de conviver com estes tentando, sempre que possível evitar e/ou minimizar os efeitos dos mesmos.

Em termos territoriais é essencial proceder em contínuo à identificação dos perigos a que esse território poderá, potencialmente, estar sujeito. Os riscos podem organizar-se em três grandes grupos:

- Riscos naturais - causados por fenómenos naturais, de origem meteorológica, nomeadamente cheias, ciclones, secas, entre outros, ou de origem geológica como sismos, deslizamentos de terra, etc.
- Riscos tecnológicos - eventos acidentais, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, envolvendo ou não substâncias perigosas, que podem ocorrer em espaço público, edificações, estabelecimento ou área industrial, suscetíveis de provocar danos significativos entre população/trabalhadores, equipamentos ou ambiente (p.e. cheias e inundações por rotura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas);
- Riscos mistos - resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (p.e. incêndios florestais).

Tipo	Categoria	Designação
Riscos Naturais	Condições Meteorológicas Adversas	Condições meteorológicas adversas
	Hidrologia	Cheias e inundações
		Seca
	Geologia	Sismos
		Movimentos de massas em vertentes
		Erosão Costeira
Riscos Tecnológicos	Transportes	Acidentes graves de tráfego rodoviário
		Acidentes graves de tráfego ferroviário
		Acidentes graves de tráfego marítimo
		Acidentes graves de tráfego aéreo
		Acidente de transporte de mercadorias perigosas
	Vias de Comunicação e Infraestruturas	Acidentes em condutas de transporte de substâncias perigosas
	Atividade Industrial	Acidentes em Parques Industriais
		Acidentes em Estabelecimentos Seveso
		Acidentes em instalações de combustíveis
	Áreas urbanas	Incêndios em edifícios
Colapso de estruturas		
Riscos Mistos		Incêndios Florestais

Quadro 23 - Tipos de riscos

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aveiro. Abril 2015

O município de Aveiro apresenta, potencialmente alguns fatores de risco, sobretudo relacionados com fenómenos naturais, quer tecnológicos (cheias, secas, sismos e tsunamis e derrames petrolíferos). É pela quantificação e comparação dos riscos com origem nos perigos identificados que será possível contribuir para o planeamento das áreas mais vulneráveis.

Os riscos naturais provocados por condições meteorológicas adversas (vagas de calor ou frio, tempestades, furacões) são pouco prováveis no Município de Aveiro pela amenidade do clima. O Município de Aveiro é suscetível à ocorrência de cheias, o que advém da geografia plana e da presença da Ria (o maior incidente lagunar da Península Ibérica, sendo que a zona lagunar ocupa cerca de um terço do território do Município) e do rio Vouga/ Bacia hidrográfica (onde se registam barragens, digna de realce a de Ribeiradio, açudes e diversas albufeiras). Contudo, a Cidade encontra-se protegida por um Sistema de Eclusa e Comportas que impede a propagação do efeito das marés nos canais urbanos da cidade e zonas urbanas inundáveis agregadas, fazendo contenção de cheias, com gestão e monitorização em permanência durante 24 horas, pela Câmara Municipal de Aveiro. Destaca-se, ainda, o sistema de prevenção de catástrofes da Proteção Civil Municipal, assente numa operação preventiva face às previsões meteorológicas, permitindo tomar as medidas necessárias de forma atempada.

As zonas do Município que podem potencialmente vir a ser mais afetadas por cheias/inundações são Requeixo (Rio Águeda, Pateira de Fermentelos), Eirol (Rio Águeda e Vouga), Eixo (Rio Vouga) e Cacia (Rio Vouga).

A seca como risco natural é difícil de definir, já que só se torna perceptível assim que as respetivas consequências são já visíveis. Nos últimos anos no Município não há registo de situações de seca ou falta de disponibilidade de água (daí a classificação de risco atribuída – Baixo). Contudo, deve sempre ser acautelado o bom funcionamento das captações que servem as populações.

Relativamente aos sismos, o Município situa-se numa zona de grau VII da escala de Mercalli modificada (Fonte: IPMA), isto é, em termos de consequências de sismo produz danos ligeiros nos edifícios de boa construção, danos médios nos edifícios de alvenaria corrente e danos consideráveis nos edifícios de má construção. Embora este não seja um risco muito elevado deve ter-se em consideração que a topografia do terreno é suscetível aos efeitos de tsunamis. Em termos de registo histórico, Aveiro sofreu com o sismo de 1755 e o conseqüente tsunami, não se tendo registado situações relevantes desde então.

Ainda pela topografia do terreno conjugada com as características geológicas, os deslizamentos são um fenómeno natural que praticamente não tem incidência espacial, visto que a suscetibilidade é nula ou não aplicável em grande parte do Município. Contudo, será importante acautelar algumas situações que possam acontecer associadas, essencialmente, a intervenções humanas e que podem criar desequilíbrios potenciando este perigo. As alterações no quadro climático de referência, as

alterações na cobertura vegetal e de drenagem, a criação de aterros e desaterros, a utilização urbana de espaços geotécnicos com menor qualificação também aumenta a incidência e volume dos movimentos de massa.

O fenómeno de erosão costeira não se faz sentir no Município de Aveiro, com o prolongamento do molhe norte da barra de Aveiro há uma tendência para acumular maior quantidade de areia na praia de São Jacinto pelo que o areal tem vindo a aumentar.

Relativamente aos riscos tecnológicos, pela dinâmica que Aveiro apresenta em termos industriais e consolidação do sector terciário, existe a potencialidade de se gerem riscos provenientes da natureza dos produtos manuseados, fabricados ou armazenados e pelos próprios processos de fabrico, sendo ainda de considerar o transporte dos produtos de e para o Município.

As redes rodoviárias, ferroviárias e marítimas que atravessam Aveiro fazem parte da malha das vias de comunicação principais do país. Embora as autoestradas A1, A17 e A25 sejam infraestruturas com características que funcionam como proteção, ainda há uma grande parte de transporte rodoviário a ocorrer através de estradas nacionais, próximo de locais com grande densidade populacional.

O transporte por ferrovia, de matérias perigosas, no concelho de Aveiro, faz-se pela linha do Norte e no Ramal do Porto de Aveiro, circulando diariamente comboios com origem/ destino às estações de Leixões, Terminal de São Martinho do Campo e Ramal Estarreja Amoníaco (UN 1005), com vários tipos de matérias perigosas.

Existem, ainda, gasodutos aos quais se associam condicionantes, servidões e restrições específicas. O pipeline de cloreto de vinilo, que liga o Porto de Aveiro ao Complexo Químico de Estarreja, atravessa o Município enterrado cerca de 1m de profundidade ao longo da ria, constituindo uma origem de perigosidade elevada para a vida humana e para a poluição das águas. O gasoduto da Transgás atravessa as freguesias de Cacia, Esgueira, Eixo-Eirol e Requeixo-N. Sr.ª de Fátima.

Apesar da forte componente industrial, com várias unidades disseminadas um pouco por todo o território, mas localizadas, especialmente, ao longo da Avenida Europa e em 3 zonas industriais (Cacia, Taboeira e Mamodeiro) não há histórico de acidentes industriais graves que tenham ocorrido, nos últimos anos, no Município.

Em Aveiro, de acordo com D.L. nº 150/2015, de 5 de agosto, que revoga o D.L. nº 254/2007, de 12 de julho - transpõe a Diretiva nº 2012/18/EU, de 4 de julho (Seveso III), existem três estabelecimentos Seveso III, sendo um deles a *Navigator Pulp Cacia, SA*, em Cacia, de nível superior de perigosidade e os outros dois de nível inferior de perigosidade, sendo eles *Pinopine – Produtos Químicos, SA.*, na zona industrial de Taboeira e a *Bongás – Energias, S.A.*, em Esgueira.

Apesar de se situar no Município vizinho de Ílhavo, o terminal químico do Porto de Aveiro, pela sua dimensão e características não deve ser descurado enquanto risco de importância considerável já que se encontra a uma distância de 1,5km do Município de Aveiro.

O risco de incêndio urbano é um risco sempre iminente e está potenciado em qualquer aglomerado urbano e em todos os tipos de construção, devido à conjugação de diversos fatores - probabilidade de ocorrência, desenvolvimento e propagação, dificuldades de evacuação e combate. O decréscimo demográfico, a elevada densidade de edificação, a construção com materiais de má qualidade conduz ao aparecimento de edifícios degradados e devolutos que potenciam este tipo de ocorrência. Os centros urbanos antigos (principalmente nas zonas Cacia, Eixo, Eirol, Requeixo, Nariz e Vera Cruz, concretamente o Bairro da Beira Mar) apresentam, na generalidade dos casos, em matéria de segurança ao incêndio um risco mais elevado.

Os incêndios rurais têm sido das catástrofes mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem, como pela extensão que alcançam, e conseqüentemente pelos efeitos devastadores que causam em termos de perigo para as populações e prejuízos económicos e ambientais.

De acordo com a tipificação definida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas com base no número de ocorrências e área ardida de cada concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas associados à incidência dos incêndios rurais, o concelho de Aveiro enquadra-se na Tipologia T3, que corresponde a uma realidade histórica de muitas ocorrências e pouca área ardida.

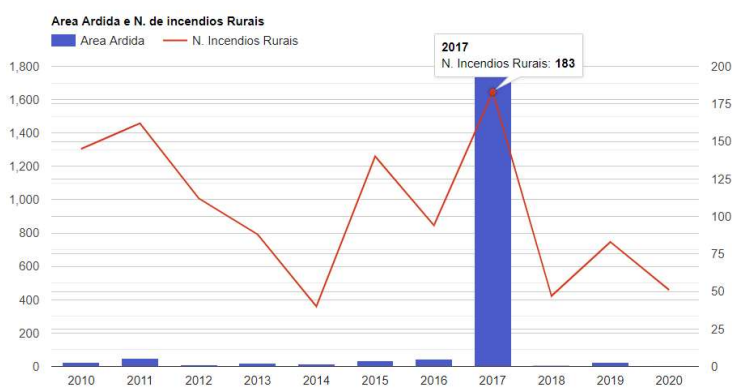


Gráfico 19 – área ardida e n.º de incêndios rurais

Durante o último decénio (período desde 2010 a 2020), de acordo com os dados obtidos no Sistema de Gestão de Incêndios Florestais (SGIF) do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, apenas no trágico ano de 2017 ocorreram dois grandes incêndios, portanto com áreas superiores a 100 hectares, um na freguesia de Eixo e Eirol, com 116 hectares, em 17 de agosto e, o outro no calamitoso dia 15 de outubro que apesar de não ter início no Concelho de Aveiro, entrou no

território concelhio pela freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e consumiu 1575ha de área florestal.

Com a exclusão do ano de 2017, todos os outros anos, apesar de terem registado, em regra, um elevado número de ocorrências, ficaram muito abaixo dos 50 hectares de área ardida anual.

Relativamente à análise espacial dos incêndios por freguesia, observou-se que é nos locais da União de Freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, concretamente no território de Nariz, um dos lugares mais rurais do concelho, que se registaram maiores valores de área ardida. Ainda o território de Eiol que integra a freguesia de Eixo e Eiol também evidencia valores de área ardida relevantes.

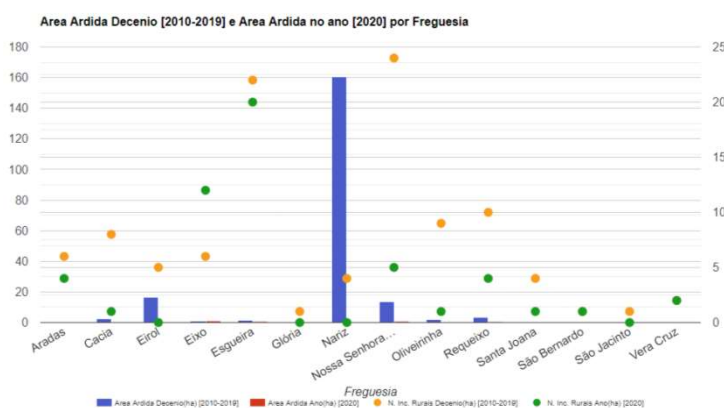


Gráfico 20 área ardida por freguesia

Contudo, as restantes freguesias registaram valores sem significado no decénio em análise, com área ardida média anual abaixo dos 5 ha, independentemente, de algumas também terem registado um número de ocorrências elevado, quando comparado com Eiol ou Nariz.

No que concerne à ocupação dos espaços rurais, importa referir que 28 % da área total do concelho é ocupada por floresta e 24 % por áreas agrícolas, de acordo com o Mapa de Ocupação do Solo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Aveiro (Publicado no Diário da República n.º 202, de 19.10.2018), concentrando-se as áreas de floresta nas freguesias mais rurais, como é o caso das freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (1940 ha); Eixo e Eiol (1091 ha) e depois, a norte, a freguesia de São Jacinto (815 ha), onde existe a Mata Nacional / Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.

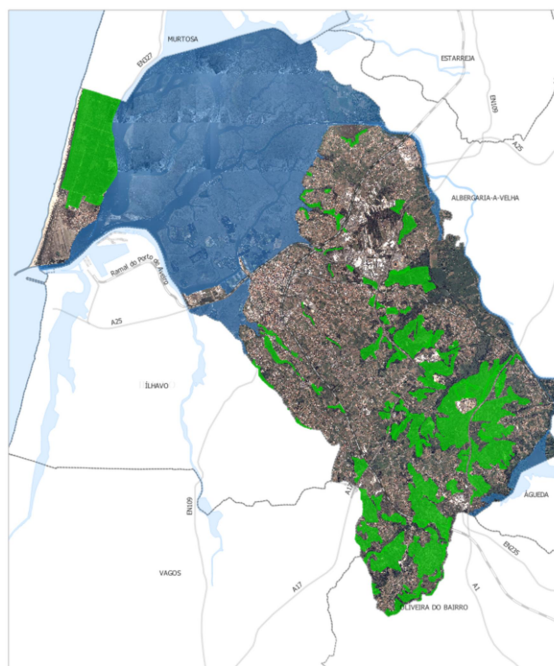


Figura 26 - Espaços Florestais

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as áreas do território concelhio que estão inseridas na classe de perigosidade de incêndio rural “Muito Alta” coincidem com as áreas florestadas na união de freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, e, ainda, com a área florestal de Eirol, da freguesia de Eixo e Eirol, reflexo do histórico dos incêndios ocorridos em 2017.

Com o intuito de reduzir os danos causados pelos incêndios rurais no território municipal, foram definidas metas e objetivos até 2027 no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Aveiro, tendo em conta a tipologia do concelho no que respeita às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida registados. Nesse sentido, até 2017, prevê-se a redução do número de ocorrências para valores abaixo de 100 ocorrências/ano; redução da área ardida para menos de 100 ha/ano e ausência de grandes incêndios (áreas superiores a 100 ha).

Importa referir que ao nível da estratégia de planeamento e gestão no sentido da aplicação eficaz de uma política de defesa da floresta contra incêndios, e assumindo o setor florestal um papel cada vez mais importante no desenvolvimento sustentável das zonas rurais passando este desenvolvimento pela promoção da gestão florestal sustentável a todos os níveis, existe o PMDFCI de Aveiro que é um instrumento operacional, que abrange todos os espaços rurais do Concelho de Aveiro e que pretende atuar ao nível da prevenção, sensibilização, vigilância, deteção e supressão, intervindo estrategicamente ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

O primeiro eixo estratégico do PMDFCI – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – está estreitamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal,

uma vez que pretende promover a estabilização do uso do solo e garantir que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social e ambiental, definindo as ações de prevenção que se prendem com a gestão da vegetação, realizando intervenções localizadas nas zonas de espaço rural, para proteção de casas e outras infraestruturas, dando resposta ao disposto no artigo n.º.15, DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

4. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

No período que decorreu desde a elaboração do último relatório sobre o estado do ordenamento do território deu-se uma transformação profunda no Planeamento Municipal.

A Revisão do PDM de Aveiro concretizou uma aposta central e estratégica no processo de capacitação, estruturação, qualificação e desenvolvimento do Município de Aveiro, integrado numa operação de reformulação total do planeamento municipal, com a introdução de inovação nas componentes e na estratégia de elaboração.

O PDM revisto veio, também, introduzir uma mudança completa de cenário em termos de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), foram revogados os Planos de Urbanização e grande parte dos Planos de Pormenor ficando todo o território abrangido pelo PDM e dois Planos de Pormenor (PP), o PP do Centro e o PP de Parte da Zona Industrial de Cacia. Nestes termos promoveu-se uma simplificação na gestão urbanística e uma maior coesão nas políticas urbanas. Ainda neste âmbito, em conjunto com a revisão do PDM foram elaborados oito estudos urbanísticos que aprofundaram em termos de desenho urbano e organização da ocupação do solo áreas mais sensíveis do ordenamento da cidade, programando a concretização do preconizado no PDM 1ª revisão.

O sistema de planeamento associado à elaboração de planos não se encerra na sua aprovação para ser implementado no período de tempo definido, sendo fundamental manter esses planos sob monitorização e avaliação com o propósito de criar mecanismos de correção de estratégias e metas, conforme as dinâmicas de intervenção ocorridas.

No processo de Avaliação dos planos é fundamental uma abordagem em relação aos problemas e às necessidades efetivas do território em articulação com os instrumentos de várias escalas ou que atuam no mesmo território, assim como, a identificação das dificuldades e os sucessos na implementação e concretização das medidas e ações do plano, e ponderação da adequabilidade das suas opções.

Neste âmbito e considerando que o Estado do Ordenamento do Território está diretamente ligado com a implementação/concretização dos programas e planos de gestão territorial apresenta-se no esquema abaixo os instrumentos de políticas territoriais.



No quadro seguinte identificam-se os planos que se encontravam em vigor em 2015 e os que traduzem as opções atuais ao nível dos Instrumentos de Gestão Territorial, integrados no modelo de desenvolvimento municipal preconizado no PDM-1ª revisão.

Resumem-se, ainda neste quadro as alterações e procedimentos que foram ocorrendo e os respetivos efeitos na sua eficácia.

PLANOS	Em 2015		Em 2020
Plano Diretor Municipal (PDM Aveiro)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95 , de 11 de Dezembro D.R. n.º 284, Série I-B de 1995.12.11	1ª REVISÃO publicada por Aviso n.º 19708/2019 a 9.12.2019
	Alteração	Declaração n.º 309/1999 , de 28 de Setembro D.R. n.º 227, Série II de 1999.09.28	
	Suspensão Parcial	Decreto Regulamentar n.º 8/2001 , de 28 de Maio D.R. n.º 123, Série II de 2001.05.28	
	Alteração	Declaração n.º 187/2002 , de 18 de Junho D.R. n.º 138, Série II de 2002.06.18	
	Alteração	Declaração n.º 339/2002 , de 12 de Novembro	

PLANOS	Em 2015	Em 2020
	D.R. n.º 261, Série II de 2002.11.12	
	Alteração Despacho n.º 11290/2006 , de 24 de Maio	
	D.R. n.º 100, Série II de 2006.05.24	
	Alteração Declaração n.º 48/2007 , de 21 de Fevereiro	
	D.R. n.º 37, Série II de 2007.02.21	
	Alteração Despacho n.º 21220/2007 , de 13 de Setembro	
	D. R. 2.ª Série - N.º 177, 2007.09.13	
	Alteração Edital n.º 154/2008 , de 18 de Fevereiro	
	D. R. 2.ª Série - N.º 34, 2008.02.18	
	Suspensão Parcial Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2008 , de 14 de Outubro, D.R. n.º 199 Série II de 2008.10.14	
	Abertura de Procedimentos de Revisão Deliberação de Reunião de Câmara, de 16 de Fevereiro de 2004	
	Edital n.º 535/2004, D.R. 2.ª Série - N.º 103, 2004.08.13	
Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA)	Publicação Edital n.º 641/2009 , de 02 de Julho, D.R. n.º 126, Série II de 2009.07.02	REVOGADO com publicação do PDM- 1ª revisão
	1ª Correção Material Deliberação n.º 161/2011 , de 14.01, D.R. n.º 10, Série I de 2011.01.14	
	2ª Correção Material Aviso 8559/2012 de 25 de Junho 121 IIS	
Plano de Urbanização do Programa Polis (PU Polis)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2005 , de 17 de Março , D.R. n.º 54, Série I-B de 2005.03.17	REVOGADO com publicação do PDM- 1ª revisão
	Abertura de Procedimentos de Alteração Procedimento de alteração deliberado em Reunião de Câmara de 05-08-2010	
	Edital n.º 858/2010 , de 18 de Agosto, D.R. n.º160, Série II de 2010.08.18	
Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPP ZIC)	Publicação Aviso n.º 10405/2013 de 20 de Agosto, D.R. n.º 159, Série II de 2013.08.20	EM VIGOR
	Abertura de Procedimento de Alteração Aviso n.º 4814/2015 de 4 de Maio de 2015 D.R. n.º 85 Série II DE 2015.05.04	Publicação no Diário da República, 2.ª Série, Aviso n.º 932/2016 de 27 de janeiro
Plano de Pormenor do Centro (PP Centro)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2002 , de 22 de Abril, D.R. n.º 94, Série I-B de 2002.04.22	EM VIGOR
	Alteração Edital n.º 1224/2010 , de 06 de Dezembro, D.R. n.º 235, Série II de 2010.12.06	Publicação no Diário da República n.º 235, Série II de 2010.12.06, através do Edital n.º 1224/2010
Plano de Pormenor de Rasos (PP Rasos)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2007 , de 1 de Outubro, D.R. n.º 189, Série I-B de 2007.10.01	REVOGADO com publicação do PDM- 1ª revisão
Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte) (PP Parque)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2006 , de 16 de Fevereiro, D.R. n.º 34, Série I-B de 2006.02.16	REVOGADO a 11/8/2017 Aviso n.º 9190/2017
Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (PP Baixa St.º António)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/1994 , de 11 de Dezembro, D.R. n.º 284, Série I-B de 1993.07.05	REVOGADO com publicação do PDM- 1ª revisão
	Alteração Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2004 , de 30 de Julho , D.R. n.º 178, Série I-B de 2004.07.30	

PLANOS	Em 2015	Em 2020
OUTROS INSTRUMENTOS RELEVANTES		
Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Aveiro)	Aprovação da proposta de delimitação da ARU Reunião de Câmara 21-09-2015	Publicação a 22/9/2016 Aviso n.º 11614/2016
ORU/PERU		Publicação a 10/12/2019 Aviso n.º 19819/2019

Nas figuras seguintes apresenta-se a tradução territorial deste processo de ajustamento e das dinâmicas das políticas municipais respetivamente refletidas nos instrumentos de planeamento que foram acompanhando a condução e a orientação da gestão urbanística do Município.

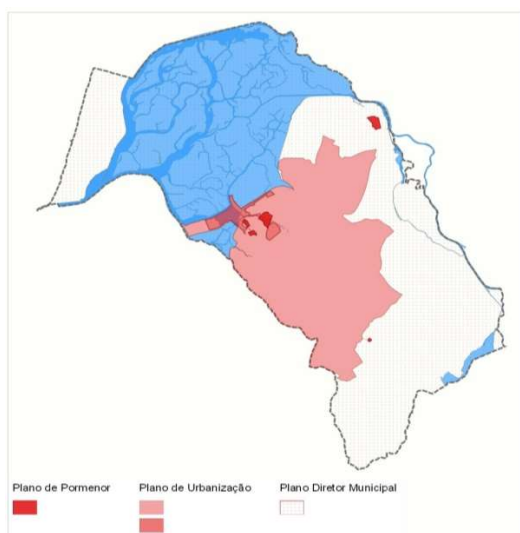


Figura 27 IGTs 2015

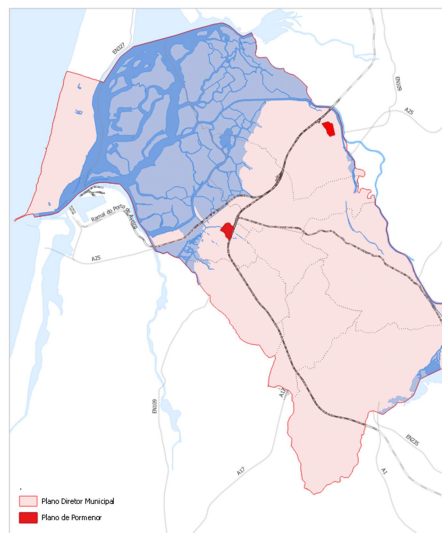


Figura 28 IGTs 2020

Com a entrada em vigor da revisão do PDM o Município de Aveiro passou a dispor de um Instrumento de Gestão Territorial que abrange a totalidade do território Municipal e dois planos de pormenor: o Plano de Pormenor do Centro e o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia, somando ambos uma área inferior a 1% do território municipal.

Plano	km2	% área Município
PP Centro	0,24	0,12
PP PZIC	0,21	0,10

Quadro 24 - área abrangida pelos Planos de pormenor em vigor

4.1 Plano Diretor Municipal

Os programas e os planos territoriais asseguram a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, garantindo qualidade de vida e um desenvolvimento socioeconómico equilibrado às gerações presentes e futuras.

Ao desafio da execução simultânea da 1ª revisão do PDM e da proposta da Carta da REN (ao abrigo das novas orientações estratégicas), juntou-se uma reforma total do Planeamento Municipal que, numa estratégia de intervenção integrada, justificou a necessidade de articulação com o PDM de outras componentes, umas que por inerência legal fazem parte deste e outras que, por opção foram equacionadas em simultâneo, de forma a assegurar a sua plena integração e conformidade, nomeadamente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e a respetiva cartografia de risco de incêndio; a Carta Educativa; o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC); a cartografia de zonas inundáveis e de riscos de inundação; o Mapa de Ruído – cartografia de classificação de zonas sensíveis e mistas; o Relatório Ambiental; o Diagnostico Social 2019 e o Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021, o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro/ PEDUCA (que integra o Plano de Ação de Reabilitação Urbana, o Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável), o Plano Estratégico Para a Cultura, o Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro - PEVCA, entre outros.

O PDM revisto integra, assim, diferentes instrumentos de gestão do território agregando as várias ações num só plano.

A Revisão do PDM teve como princípio orientador o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente e procura refletir as necessidades do Território, da População, das Empresas e dos Visitantes. Com este plano assumiu-se para Aveiro uma visão centrada na promoção da qualidade de vida para todos, na valorização e integração dos recursos naturais e dos recursos humanos altamente qualificados, apostando na inovação, na investigação e internacionalização, no estímulo à coesão social, à participação e promoção da cidadania ativa e no trabalho em rede entre entidades parceiras, com lugar de destaque para a Universidade de Aveiro.

Para além da devida articulação com Programas e Planos de escala Nacional e Regional, ao nível da Região de Aveiro foi feita a articulação com o “Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro”, o “Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro”, o “Plano Estratégico Para a

Região de Aveiro 2014/2020” com a sua “Estratégia de Desenvolvimento Territorial” e o seu “Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial”, entre outros.

Com vista a alcançar a estratégia definida, o território foi qualificado em *solo urbano* nas áreas onde se verificava a suscetibilidade de urbanização ou de edificação e em *solo rústico* correspondendo este aos espaços que, pela sua reconhecida aptidão, se destinam ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos.

Seguindo o modelo territorial estabelecido, na definição do *solo urbano* tomaram-se como PRINCIPAIS REFERENCIAIS DE DECISÃO:

- A necessidade de contenção da fragmentação urbana e da dispersão
- A manutenção da coerência dos aglomerados.
- O reforço dos centros urbanos de menor dimensão
- Abordagens pormenorizadas e integradas do território em áreas de forte pressão urbanística, que traduzam a articulação das malhas e a colmatação do tecido urbano.

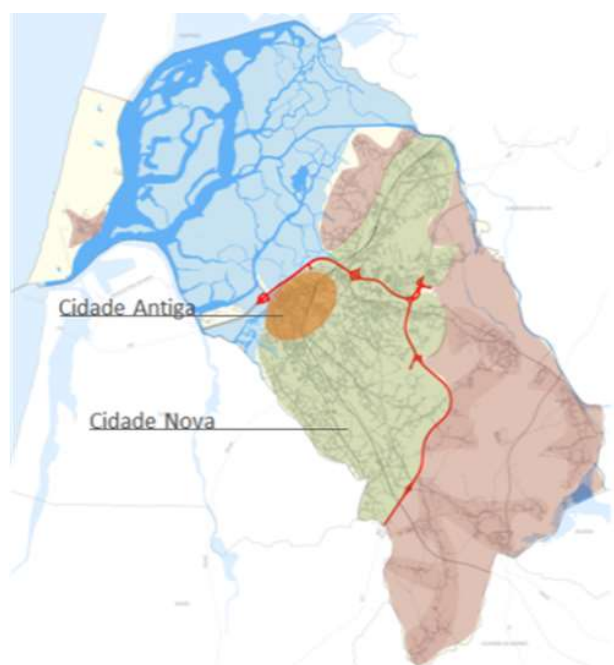


Figura 29 modelo territorial

No quadro do novo regime jurídico a profunda reforma do modelo de qualificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável, determinou que fosse efetuada uma nova abordagem ao território que traduzisse as opções de planeamento e que assegurasse a sustentabilidade e valorização das áreas urbanas e o respeito do imperativo de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

No *Solo Urbano*, os Espaços Centrais identificam-se com os espaços da cidade tradicional, até à Avenida Europa e também com a área mais central de Esgueira.

O Espaço Central Tipo 1 coincide com a Área de Reabilitação Urbana, estendendo-se em alguns casos a zonas contíguas a esta. Nesta área, para além de se privilegiar a mistura de funções, procura-se uma atenção especial ao património e às referências identitárias.

O Espaço Central Tipo 2 destina-se a implementar um modelo flexível de urbanização, mais adaptado ao cadastro e que visa facilitar a mobilização de algumas áreas de maior dimensão, que se encontram expectantes no centro urbano. Nestes espaços pretende-se uma coabitação de funções e de diferentes morfologias urbanas.

O espaço Central Tipo 3 corresponde à área do Plano de Pormenor do Centro que permanece em vigor.

Nos Espaços Habitacionais, para além da função habitacional inerente, será favorecida uma mistura de funções adequada ao reforço da vivência urbana. As categorias associadas aos Espaços Habitacionais variam conforme a tipologia de ocupação e o número de pisos.

No *Solo Urbano* definiram-se, ainda, os Espaços de Atividades Económicas, os Espaços Verdes que se subdividem em diversas subcategorias, consoante a função que desempenham, e os Espaços de Uso Especial, onde se incluem os equipamentos.

Mais em pormenor, em termos de propostas de ordenamento do território destaca-se a definição Áreas de Indústrias a Reconverter, criando-se condições para que áreas afetas a usos industriais e que se localizam em meio urbano, predominantemente, habitacional venham a deslocalizar-se, permitindo a urbanização das parcelas ocupadas pelas mesmas. Esta será, ainda, uma forma de desmobilizar alguns passivos ambientais que subsistem no território após o encerramento de atividades industriais. Foram, ainda, criadas condições para favorecer a mobilização de áreas expectantes, nomeadamente a área dos antigos Estaleiros de São Jacinto e a área da antiga Lota de Aveiro, espaços fulcrais para a dinamização e qualificação urbana e paisagística do espaço urbano com que se relacionam.

No *Solo Rústico* afirma-se a valorização das áreas agrícolas, da área integrada na Região Vinícola da Bairrada, da floresta e das suas componentes ambientais, na continuidade e em funções

complementares da Cidade dos Canais, reforçando os corredores ecológicos numa perspetiva de preservação das características biofísicas e culturais e de usufruto da população.

Na definição da Estrutura Ecológica apostou-se na valorização das áreas naturais de maior sensibilidade ecológica, assim como no aumento da eficiência ambiental através do reforço da presença de áreas verdes, procurando fomentar a conectividade ecológica. Os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água e o corredor ecológico secundário, identificado pelo Plano de Ordenamento Florestal Centro Litoral, salvaguardam a ligação e os intercâmbios entre diferentes áreas nucleares de conservação, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade.

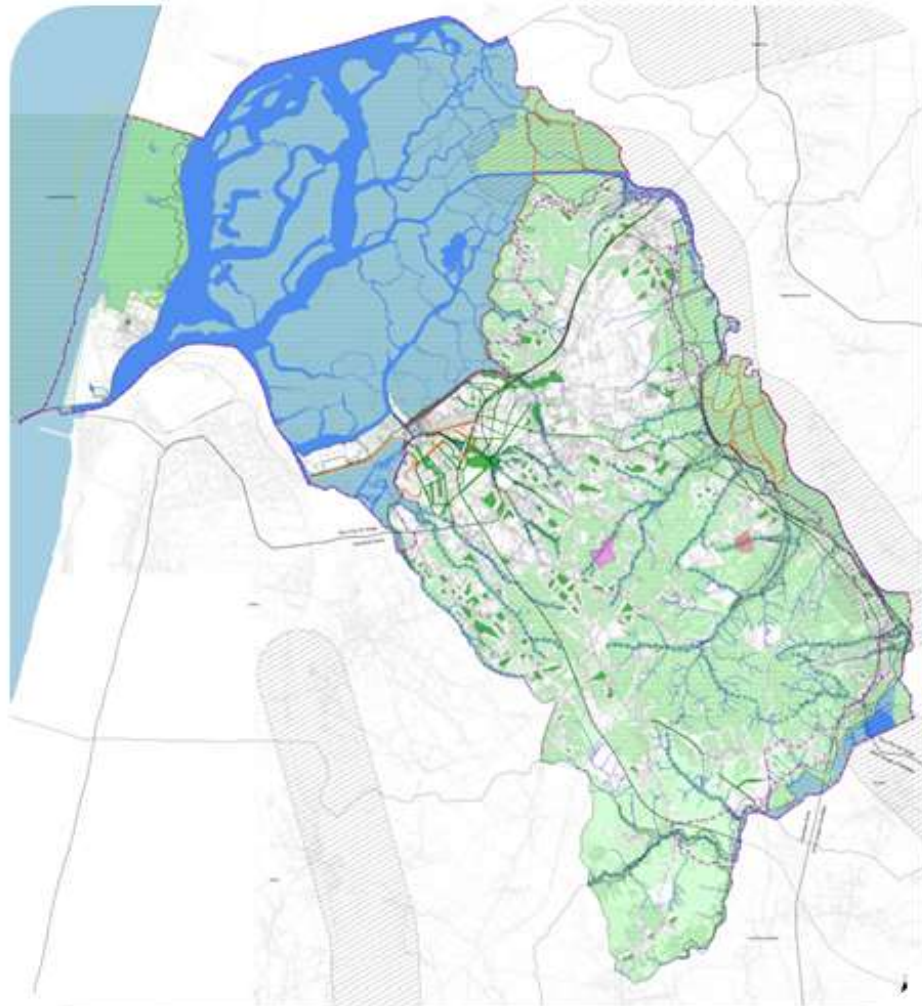


Figura 30 – Estrutura Ecológica

4.1.1 Delimitação da REN

A revisão do PDM implicou a interação com entidades externas no âmbito das Servidões e Restrições de Utilidade Pública. Destas, pelo relevo que assumiu ao longo de todo o processo de revisão do PDM destaca-se a Reserva Ecológica Nacional (REN) já que, em simultâneo com a elaboração do PDM-1ª revisão e ao abrigo do atual regime jurídico (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto -Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro e seguindo as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional (OENR), aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, teve de se proceder a uma nova delimitação desta condicionante.

A qualidade urbana e ambiental é, simultaneamente, uma condição da melhoria da qualidade de vida da população e um fator de competitividade externa, a qual passa não só, pelo aproveitamento da diversidade de recursos paisagísticos, ambientais e culturais de que o Concelho e a região dispõem, mas também pela adoção de um modelo urbano que corrija assimetrias, disfuncionalidades e carências e oriente o seu crescimento e renovação, tendo em conta as exigências e expectativas da sociedade.

Nesta perspetiva, enquadra-se o modelo e as opções estratégicas de desenvolvimento adotadas na Revisão do PDM, articuladas e em equilíbrio com a proteção e valorização dos elementos de sensibilidade ecológica fundamental, que são parte integrante da Reserva Ecológica Nacional.

O Município de Aveiro dispunha de uma delimitação de REN, que teve a primeira publicação através da RCM nº115/95 e que ocorreu no âmbito da elaboração do PDM em 1995, tendo sido, posteriormente, republicada, pela Portaria nº401/2009, decorrente das alterações propostas no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade (PUCA), em vigor à data, cuja área territorial abrangia cerca de 2/3 da área do Município.

Nesta republicação as alterações efetuadas assentaram, fundamentalmente, na correção de anomalias na delimitação originária da REN e respetiva adaptação/atualização das bases cartográficas por meios informáticos, na aplicação de critérios mais claros ao nível do desenho urbano assegurando a definição da profundidade regular dos perímetros aos 50 metros a partir do eixo das vias, e ainda nas propostas de exclusão para a concretização de áreas de desenvolvimento urbano e de localização de equipamentos de interesse público. Em relação à restante área do concelho, a republicação considerou a delimitação dos ecossistemas conforme publicação inicial.

No decorrer deste período temporal, foi publicado por RCM nº72/2005 o Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, que abrange a frente ribeirinha da cidade, perspetivando várias intervenções urbanas, fundamentais na sua qualificação. No âmbito deste plano não se efetivaram as necessárias exclusões da REN, pelo carácter de urgência e regime excecional a que estava sujeito,

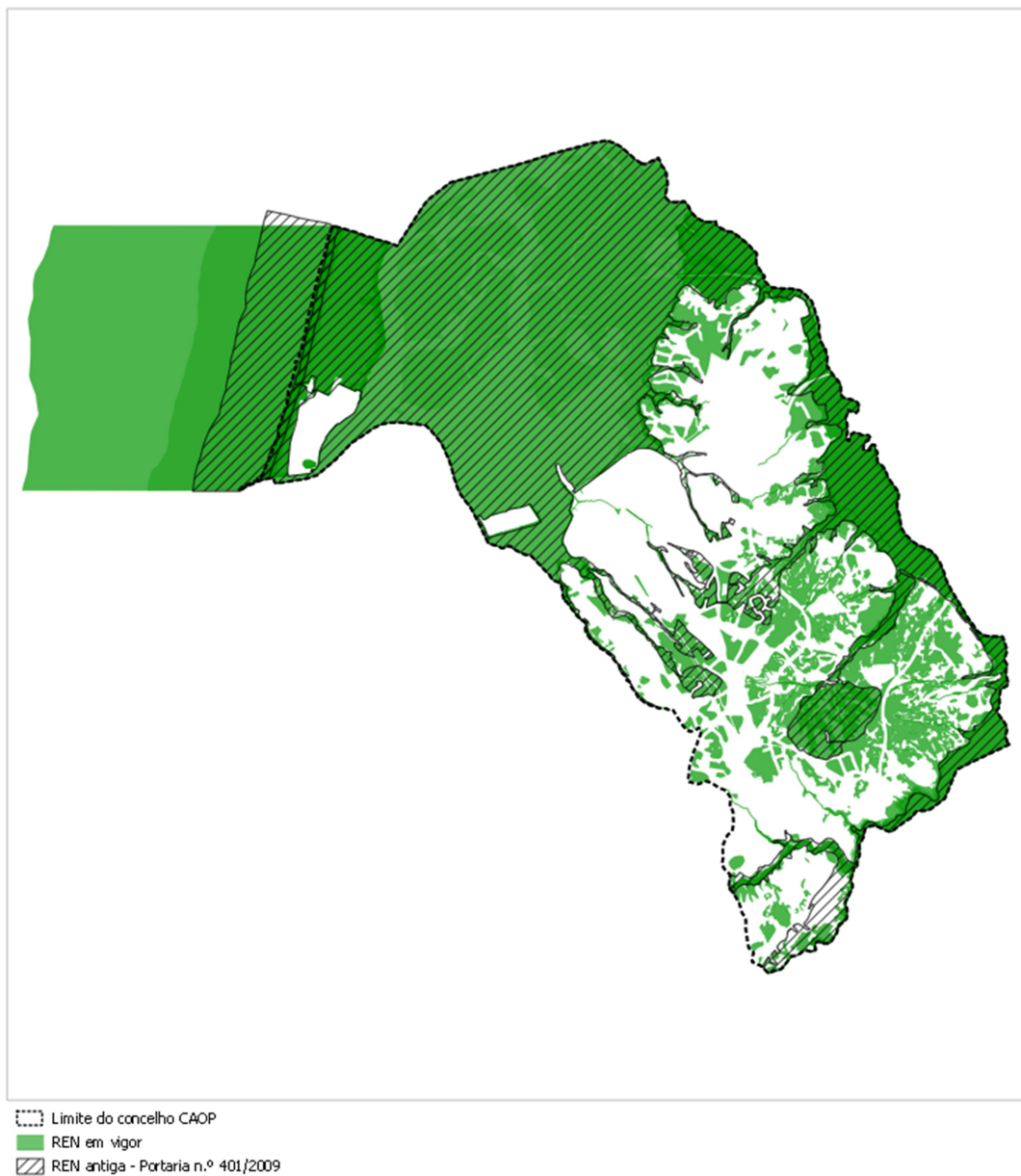
tendo sido, contudo, reconhecido o interesse público das respetivas intervenções, por Despacho nº12471/2003 (2ªserie), para a concretização de algumas ações programadas.

As revisões relativas ao Regime Jurídico da REN determinaram alterações à delimitação municipal da REN para adaptação às orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, aprovadas por RCM n.º 81/2012 de 3 de outubro. Neste novo quadro legal, tendo em conta as diretrizes e os critérios estabelecidos, a redelimitação da REN total resultou numa abrangência territorial significativa, representando cerca de 86% da área total do município, correspondendo a um acréscimo muito relevante. Esta situação veio dificultar em grande medida todo o processo de revisão do PDM colocando em causa não só um processo que se pretendia de estabilização e consolidação do sistema urbano como as novas propostas que decorriam do modelo territorial em que assentou toda a revisão. Paralelamente, a profunda reforma do modelo de classificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável, determinou que fosse efetuada uma nova abordagem integrada do território. Considerando este novo enquadramento, a proposta da planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, teve subjacente a manutenção e a consolidação das áreas urbanas tidas como consolidadas e efetivamente comprometidas, bem como as que se consideram fundamentais programar para a prossecução da estratégia de desenvolvimento e de resposta às carências e necessidades ao nível, nomeadamente, da habitação, das atividades económicas, dos equipamentos e infraestruturas. Enquadrado no modelo territorial e visando alcançar a sua consistência, foi também estabelecido que as áreas de interior de quarteirão, já não garantindo a conectividade e continuidade ecológica, tal como atualmente se constituem no contexto urbano, são espaços complementares do solo urbano fundamentais para a satisfação de necessidades associadas a práticas agrícolas e para a resolução de carências de infraestruturas e edificações de apoio ao recreio, lazer e outras atividades lúdicas.

Após apreciação favorável pelas entidades das tipologias da REN “bruta” delimitadas para a totalidade do território municipal, e estabilizada a identificação das áreas do solo urbano consolidado e infraestruturado, foi ponderado retirar as áreas da REN que se sobrepunham às áreas urbanas consolidadas uma vez que, efetivamente, já não desempenhavam funções que conferem valor e sensibilidade ecológicos. Posteriormente encetou-se um percurso de análise territorial e solicitação de desafetações de áreas essenciais à prossecução do modelo territorial preconizado na revisão do PDM que só terminou após a Discussão Pública do Plano.

A delimitação da REN, publicada pelo Despacho 1099/2020 (DR 17, II-S, 2020.01.24), foi resultado de um árduo processo, não só de delimitação face a um novo contexto legal, como de articulação com as entidades com vista a garantir as opções de ordenamento baseadas na estratégia definida

para a revisão do PDM. A ampliação significativa da área afeta a esta servidão é perceptível de uma forma expressiva na imagem seguinte.



4.1.2 Execução

O PDM é um instrumento de ação estratégica central, dando sequência às estratégias de âmbito local, regional, nacional e europeu no território do Município. Com vista a dar cumprimento às suas metas, foram definidos os objetivos, as prioridades e as intervenções a realizar para os atingir. No Programa de Execução e Plano de Financiamento são quantificados os desafios para os próximos dez anos, identificando as prioridades e fontes de financiamento.

O processo da elaboração do PDM-1ª revisão, enquanto instrumento estratégico que congrega e rege no mesmo território as diferentes operações de ordenamento territorial, associou a ponderação e reavaliação das políticas e modelos de desenvolvimento em vigor e em curso, servindo de referência para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração pública no território do Município. O respetivo Programa de Execução e o Plano de Financiamento traduzem e priorizam assim, as opções de ordenamento e consequente execução das infraestruturas urbanísticas e de equipamentos de utilização coletiva, obedecendo a critérios de eficiência e sustentabilidade financeira.

A sustentabilidade financeira apresentada pelo Município de Aveiro, decorrente da reestruturação financeira e organizacional iniciada em 2013, permite ao Município estar atualmente em condições para assumir os diferentes investimentos propostos no PDM garantindo a boa execução financeira do investimento programado.

Como instrumento de ação estratégica central O PDM dá sequência às estratégias de âmbito local, regional, nacional e europeu no território do Município. No sentido de dar cumprimento às suas metas, foram definidos os objetivos, as prioridades e as intervenções a realizar para os atingir. O programa de execução e o plano de financiamento quantificam os desafios para os próximos dez anos, identificando as prioridades e fontes de financiamento.

A operação de reforma do planeamento e ordenamento do território, prevista pelo PDM, integra diferentes instrumentos com implicações diversas na gestão do território como sejam a Carta Educativa e o Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro, transpondo as diferentes ações num só plano. Da análise das ações propostas é possível verificar a prioridade que é dada à reabilitação e ativação de equipamentos e a criação de novos equipamentos estruturantes, nomeadamente nas áreas de Desporto, Saúde, Cultura e Turismo.

É possível constatar, ainda, o peso dos projetos de iniciativa do Estado, nomeadamente, os equipamentos de Saúde, em que se inclui a Qualificação e Ampliação do Hospital Infante D. Pedro e a Reabilitação da USF Aveiro Centro, os equipamentos escolares e rede viária estruturante - Variante Aveiro- Oliveira do Bairro. É ainda relevante o investimento externo, no que concerne ao

sistema de proteção de riscos, nomeadamente, de proteção do Baixo Vouga Lagunar, sublinhando a dimensão que adquirem as operações geridas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, como a construção da Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe e obras do sistema de defesa primária.

Desagregando os investimentos de iniciativa municipal com maior relevância, existe uma aposta em equipamentos de dimensão regional, como a criação do Pavilhão Multiusos, equipamentos desportivos estruturantes ou a reabilitação do Museu de Santa Joana. A ampliação da Área de Atividades Económicas “Aveiro Norte”, utilizando a área adjacente não infraestruturada, irá também permitir a atração de mais investimento. A Reabilitação Urbana, incluindo os eixos centrais e de referência de Aveiro, nos quais se incluem as frentes de água, será também essencial para a promoção e atratividade do Município, num processo de internacionalização e promoção da identidade cultural.

De seguida apresenta-se um quadro com a sistematização dos investimentos municipais com maior relevância financeira.

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	INVESTIMENTO CMA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
ÁREAS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	Operação de Reparcelamento da AAE “Aveiro Norte”	€ 3 000 000,00
	Qualificação da AAE existente [Taboeira]	€ 4 000 000,00
EQUIPAMENTOS		
DESPORTIVOS	Piscina Municipal	€ 4 000 000,00
	Pavilhão Municipal	€ 3 000 000,00
	Complexo de campos de treino EMA	€ 3 000 000,00
SAÚDE & SOCIAL	Reabilitação do Edifício do Bairro de Santiago	€ 6 300 000,00
	Reabilitação USF Aveiro Centro	€ 3 600 000,00
CULTURA & TURISMO	Museu Santa Joana Igreja do Mosteiro de Jesus - Monumento nacional	€ 4 800 000,00
	Pavilhão Multiusos	€ 25 000 000,00
	Qualificação de Rede de Espaços Culturais no Município	€ 3 000 000,00
INFRAESTRUTURAS		
REDE VIÁRIA e MOBILIDADE	Via de Cintura Interna	€ 3 000 000,00
	Ligação Aveiro - Águeda [Troço Aveiro]	€ 5 000 000,00
	Infraestruturação Urbanística	€ 10 000 000,00
RIA de AVEIRO e AMBIENTE	Nova Ponte da Eclusa e Acessos	€ 3 000 000,00
REABILITAÇÃO URBANA [PEDUCA]	Avenida Dr. Lourenço Peixinho	€ 3 000 000,00
	Requalificação do Largo do Rossio e área envolvente	€ 8 000 000,00
	Requalificação do Bairro da Beira-Mar	€ 3 000 000,00
TOTAL		€ 94 700 000,00

Quadro 25 investimentos de iniciativa municipal com maior expressão financeira

Pormenorizando, das intervenções previstas destacam-se, ao nível da REDE VIÁRIA, várias propostas que visam a melhoria da circulação assim como da qualidade de vida no concelho, nomeadamente:

- A requalificação da Avenida Europa em diversos troços que apresentam constrangimentos, tanto ao nível viário como de vivência urbana;
- O afirmar da Via de Cintura Urbana Externa (A25/ A17) como essencial para a hierarquia viária permitindo um uso mais adequado das vias urbanas;
- O reforço da Via de Cintura Interna;
- O reforço das acessibilidades à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, criando uma alternativa a Norte, uma vez que serve um conjunto de municípios;
- A variante rodoviária a Eixo, com vista à preservação do seu centro histórico e aumento também da qualidade das vivências urbanas do lugar;
- A via panorâmica que permite uma ligação alternativa entre Aveiro e Ílhavo disfrutando da mais-valia paisagística que se encontra nesta frente ribeirinha;
- A nova ligação entre Aveiro e Águeda que irá trazer benefícios claros, tanto para a circulação motorizada como para as vivências urbanas dos núcleos habitacionais atualmente atravessados pela ligação viária existente.

De todos os EQUIPAMENTOS que fazem parte da qualificação do solo sublinha-se:

- O reforço dos equipamentos escolares no quadro da Carta Educativa;
- O cemitério de Santa Joana que vem colmatar uma carência já há muito sentida;
- O Posto Náutico do Rio Novo do Príncipe que visa promover o aproveitamento, no âmbito dos desportos náuticos, de um espaço privilegiado tanto em termos paisagísticos como do plano de água que apresenta condições excecionais para este tipo de atividades;
- A ampliação do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, intervenção essencial para que Aveiro possa acolher eventos de maior dimensão.

Decorrido um ano de vigência do PDM revisto já é possível fazer um ponto de situação da programação de investimentos prevista. Para tal elaborou-se o quadro que se apresenta seguidamente onde, para além da informação relativa à prioridade de execução definida pelo PDM assim como a entidade promotora/responsável, identifica-se a fase de execução do mesmo, distinguindo entre os projetos que se encontram em programação, em projeto ou em concurso para obra, os que já têm obra a decorrer e os que já estão executados. Da análise destes quadros sobressai uma forte intensidade de realização, que decorre da dinâmica de execução que tem vindo a ser implementada. Verifica-se, pois, que das noventa e quatro intervenções programadas já estão concluídas dez, dezassete encontram-se em obra e já em projeto ou em concurso estão trinta e

duas. O que quer dizer que estão em franca evolução cinquenta e nove intervenções, correspondendo a sessenta e três por cento das ações programadas.

Considerando a amplitude temporal de dez anos associada ao PDM e para a qual foi feita a programação conclui-se que o nível de execução é bastante elevado prevendo-se uma execução plena, eventualmente, antes do fim do período estabelecido, algo bastante promissor face às oportunidades que estas intervenções representam nos diversos domínios que abrangem.

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			Fase de execução				ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							
ESTRUTURAÇÃO URBANA	UOPG Parque Desportivo de Aveiro		X						CMA/ PRIVADOS
	Qualificação da Antiga Lota	X							CMA/ PRIVADOS
	Qualificação dos Antigos Estaleiros em São Jacinto		X						CMA/ PRIVADOS
ÁREAS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	UOPG Ampliação da área de atividades económicas de Mamodeiro	X							CMA
	UNIDADE DE EXECUÇÃO – Operação de Reparcelamento da AAE Aveiro (Taboeira)	X							CMA
	Qualificação da AAE existente [Taboeira]		X						CMA
	Infraestruturação e requalificação da ZI de Eixo e Oliveirinha	X							CMA
EQUIPAMENTOS									
ESCOLARES	EB Barrocas (com JI) Requalificação e Ampliação	X							CMA
	EB Alumieira (com JI) Requalificação		X						CMA
	EB (com JI) nas instalações da sede do Agrupamento - Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima Construção nova	X							CMA
	EB dos Areais (com JI) Requalificação		X						CMA
	EB Solposto (com JI) Requalificação e Ampliação	X							CMA
	EB de Azurva Requalificação e ampliação	X							CMA
	EB 1 de Eixo - Construção na Sede de Agrupamento		X						CMA
	EB1 (com JI) nova das freguesias de Requeixo, N.ª. Sr.ª de Fátima e Nariz		X						CMA
	EB1 (com JI) - Integrada na EB 2,3 de Oliveirinha		X						CMA
	EB 1 Leirinhas (com JI) - requalificação		X						CMA
	EB 1 Bonsucesso (com JI) - requalificação		X						CMA
	EB1 Verdemilho (JI) - Requalificação e ampliação	X							CMA
	EB 1 Quinta do Loureiro (com JI) - Requalificação e ampliação	X							CMA
	EB 1 Póvoa do Paço - Requalificação e ampliação	X							CMA
	EB 1 Sarrazola -Requalificação		X						CMA
	Qualificação do Conservatório de Musica Calouste Gulbenkian		X						CMA/ ESTADO
	Qualificação das EB 2/3		X						CMA/ ESTADO

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			Fase de execução				ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Escola Municipal de Educação Rodoviária		X						CMA
	Escola Secundária Homem Cristo [Qualificação ou Novo Edifício]		X						CMA/ESTADO
DESPORTIVOS	Piscinas (Galitos)	X							CMA
	Piscina Municipal		X						CMA
	Pavilhão Municipal	X							CMA
	Pavilhão (Alvarium)	X							CMA
	Qualificação do Pavilhão Desportivo do São Bernardo		X						CMA
	Posto Náutico da Antiga Lota	X							CMA/PRIVADOS
	Complexo de campos de treino EMA	X							CMA
	Qualificação da Pista de Atletismo [CMA/UA/AAA]		X						CMA/ESTAD/PRIVADOS
	Cidade do Futebol da AFA	X							CMA/PRIVADOS
	Qualificação do Complexo Desportivo de São Jacinto		X						CMA
	Skate-Park			X					CMA
	Posto Náutico do Rio Novo do Príncipe		X						CMA
	SAÚDE & SOCIAL	Ampliação do Hospital Infante D. Pedro	X						
Reabilitação do Edifício do Bairro de Santiago		X							CMA/ESTADO
Reabilitação do Edifício noutros Bairros [Caião, Griné, outros]		X							CMA/ESTADO
USF Aveiro Centro (Reabilitação)			X						CMA/ESTADO
USF N.º Sr.ª Fátima / Requeixo / Nariz		X							CMA/ESTADO
USF Eixo		X							CMA/ESTADO
CULTURA & TURISMO	Reabilitação do Edifício Fernando Távora	X							CMA
	Requalificação do Centro de Congressos de Aveiro		X						CMA
	Novo Edifício do IEFP		X						ESTADO
	Igreja das Carmelitas - Monumento Nacional	X							CMA/ESTADO
	Museu Santa Joana Igreja do Mosteiro de Jesus - Monumento nacional	X							CMA/ESTADO
	Reabilitação do Antigo Edifício da Estação da CP	X							CMA
	Reabilitação do Teatro Aveirense	X							CMA
	Pavilhão Multiusos			X					CMA
	Espaço de Criação / Centro de Criação	X							CMA
	Qualificação de Rede de Espaços Culturais no Município		X						CMA
	Museu da Terra de Requeixo	X							CMA
	Centro de Arte Contemporânea		X						CMA
	Parque de Campismo de São Jacinto		X						CMA
Reabilitação do Edifício dos Morgados da Pedricosa	X							CMA	

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			Fase de execução				ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Requalificação do Edifício da Antiga Biblioteca	X							CMA
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Parque de Exposições de Aveiro Centro Empresarial		X						CMA/ PRIVADOS
	Núcleo de Apoio à Pesca de São Jacinto	X							CMA
	Parque de Ciência e Inovação [Aveiro]		X						CMA/ ESTADO
	Reabilitação dos Mercados Municipais [Santiago, MMF, MJE]	X							CMA
OUTROS	Edifício dos Serviços Municipais		X						CMA
	Arquivo Municipal [Novo]		X						CMA
	Crematório de Complexo das Casas Mortuárias	X							CMA/ PRIVADOS
	Cemitério Santa Joana		X						CMA
INFRAESTRUTURAS									
REDE VIÁRIA e MOBILIDADE	Ex- EN 109 Avenida Europa	X							CMA
	Via de Cintura Interna		X						CMA
	Acessibilidade para norte da UTMB		X						CMA
	Variante a Eixo		X						CMA
	Via panorâmica Aveiro - Ílhavo		X						CMA
	Ligação Aveiro - Águeda [Troço Aveiro]		X						CMA
	Ligação à EN 235- Aveiro a Oliveira do Bairro		X						ESTADO
	Infraestruturação urbanística	X							CMA
	Intervenções em Interfaces de transportes públicos, nomeadamente em Parques de Estacionamento periféricos de apoio à intermodalidade	X							CMA
	Estruturação e Continuidade das Vias Cicláveis	X							CMA
Sistema Público de Bicicletas Partilhadas - BUGA 2	X							CMA	
RIA de AVEIRO e AMBIENTE	Estrada-Dique	X							CMA
	Nova Ponte da Eclusa e Acessos	X							CMA
	Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe	X							CMA/ESTAD/ PRIVADOS
	Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar	X							CMA/ ESTADO
	Canal São Roque / Vitasal		X						CMA/ PRIVADOS
	Ecocentro e Rede de Ecocentros	X							CMA
	Parque Aventura	X							CMA
	CIROA / Canil Pólo de Aveiro	X							CMA/ ESTADO
REABILITAÇÃO URBANA [PEDUCA]	Avenida Dr. Lourenço Peixinho	X							CMA
	Rua da Pega	X							CMA
	Ligação a Esgueira (incluindo Rotunda e Rua de Viseu)	X							CMA
	Requalificação das Ruas do Gravito e Carmo	X							CMA
	Intervenções no Centro Histórico de Esgueira	X							CMA

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			Fase de execução				ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Requalificação do Largo do Rossio e área envolvente	X							CMA
	Requalificação da Rua Cândido dos Reis	X							CMA
	Requalificação do Bairro da Beira-Mar		X						CMA

Quadro 26 Ponto de situação da programação de investimentos do PDM

4.2 Planos de Pormenor

4.2.1 Plano de Pormenor do Centro

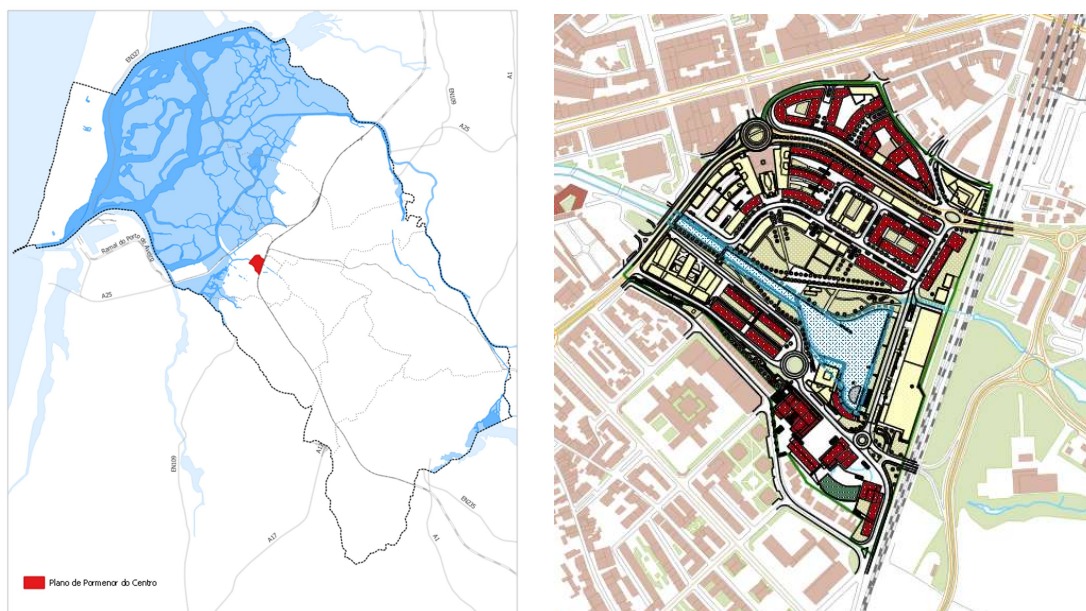


figura 31 - área de intervenção do Plano de Pormenor do Centro

Pela sua localização geográfica privilegiada, o Plano de Pormenor do Centro é um dos Instrumentos de Gestão Territorial cuja implementação tem maior visibilidade na cidade de Aveiro. Ao longo dos anos, e na história da cidade, esta área, contígua ao centro urbano tradicional, foi sendo, sucessivamente, objeto de múltiplas ocupações e estudos, mas, por diversas circunstâncias, foi-se mantendo expectante e deixada à margem do crescimento urbano, apesar de bastante comprometida. Foi território de fábricas cerâmicas, recinto do Parque de Feiras, e as primeiras edificações de carácter habitacional a surgir decorreram dos estudos iniciais que remontam a 1979 com os fundamentos estabelecidos no Plano Geral de Urbanização, necessariamente ultrapassado face às novas estratégias de desenvolvimento preconizadas pelo PDM, publicado em 1995. Neste contexto, a elaboração do Plano, em 2002, foi uma das alavancas para a estruturação deste “vazio”

urbano e para a sua valorização no contexto alargado da cidade, desde logo associado ao prolongamento do Canal do Côjo para constituição do Canal da Fonte Nova e abertura do Lago com o mesmo nome, no âmbito das intervenções do Programa Polis de Aveiro.

O Plano teve como objetivo fundamental delinear princípios orientadores para o desenvolvimento harmonioso da área de intervenção, através da qualificação da ocupação urbana, da valorização da ria e seus canais, bem como do espaço público em geral, sem descurar a preservação dos valores culturais e patrimoniais e a implementação de equipamentos de interesse para a cidade.

Contudo, durante a vigência do Plano verificaram-se alterações significativas, nos aspetos económicos e sociais, que motivaram uma reavaliação dos seus pressupostos. Deste modo, a Câmara Municipal decidiu então promover uma alteração ao Plano fundamentada na necessidade de ajustar a oferta de espaços comerciais à procura, uma vez que, a este nível, estavam previstas áreas em excesso, bem como, contemplar a possibilidade de implementação de novos empreendimentos turísticos, face à dinâmica que se começava a verificar neste sector. Por outro lado, durante a execução do Plano e no âmbito da aprovação dos projetos de arquitetura, verificou-se que havia demasiada “rigidez” nos usos estabelecidos, ou seja, não era permitido substituir usos habitacionais por outros, designadamente, comerciais ou de serviços.

Assim, durante o ano de 2011 foi completada a tramitação processual da alteração ao Plano, culminando na sua publicação no Diário da República n.º 235, Série II de 2010.12.06, através do Edital n.º 1224/2010.

4.2.1.1 PP do Centro - Dinâmica de concretização

No âmbito da concretização urbanística do PP do Centro, contabilizaram-se os novos processos que entraram por ano, desde a respetiva entrada em vigor. Pela observação do gráfico 26, verifica-se que no seu arranque houve uma dinâmica forte, contudo, de 2012 a 2016 não se registaram novos processos para esta área e que, ainda assim, nos anos subsequentes a dinâmica foi extremamente reduzida. Considerando que este Plano se encontra numa das zonas mais centrais da Cidade de Aveiro, com grande potencial de atração, será necessário refletir sobre esta fraca dinâmica urbanística, que já se fazia notar no REOT2015. Para além do contexto socioeconómico difícil que o país atravessou de 2010 a 2014, com fortes decréscimos, designadamente, no peso do investimento, importa avaliar se haverá constrangimentos, quer a nível das soluções do desenho urbano, quer a nível regulamentar, para esta demora na concretização do Plano. Revela-se, pois, oportuna uma revisão deste instrumento de planeamento, através da qual se proceda a uma atualização e simplificação do próprio desenho urbano para as áreas ainda disponíveis, refletindo a

evolução das exigências do mercado imobiliário, referentes não só aos espaços de uso habitacional, comercial ou de serviços, como do espaço público e de circulação, vistos à luz dos novos conceitos de cidade sustentável e inclusiva e, paralelamente, poder vir a introduzir-se uma maior flexibilização ao nível regulamentar, capaz de se ajustar às variações de procura face às dinâmicas de mercado. O início desta revisão está programado para o primeiro trimestre de 2021.

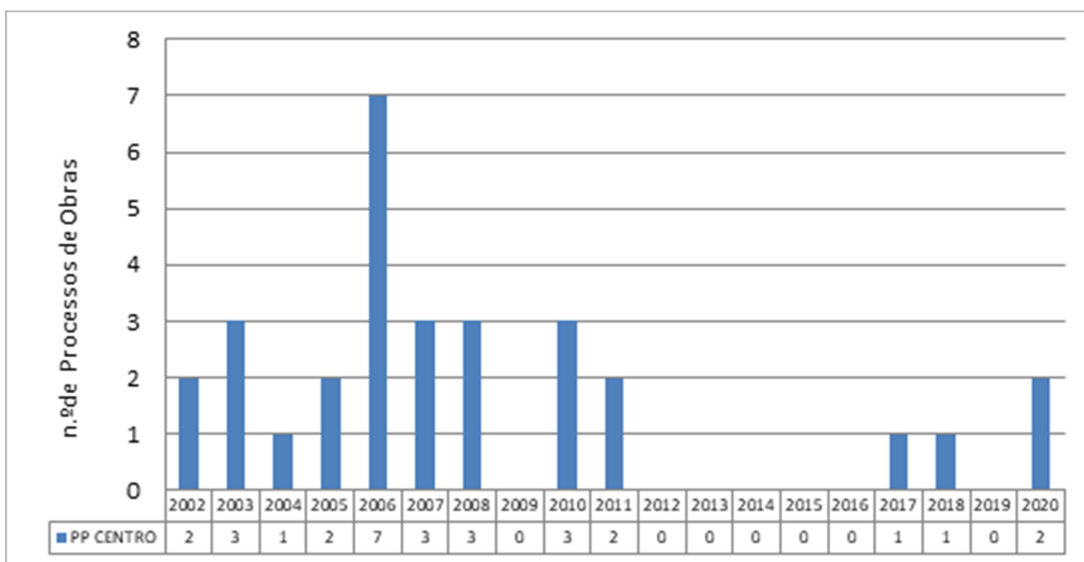


gráfico 26- N.º de Processos novos na área do PP do Centro

4.2.2. Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia

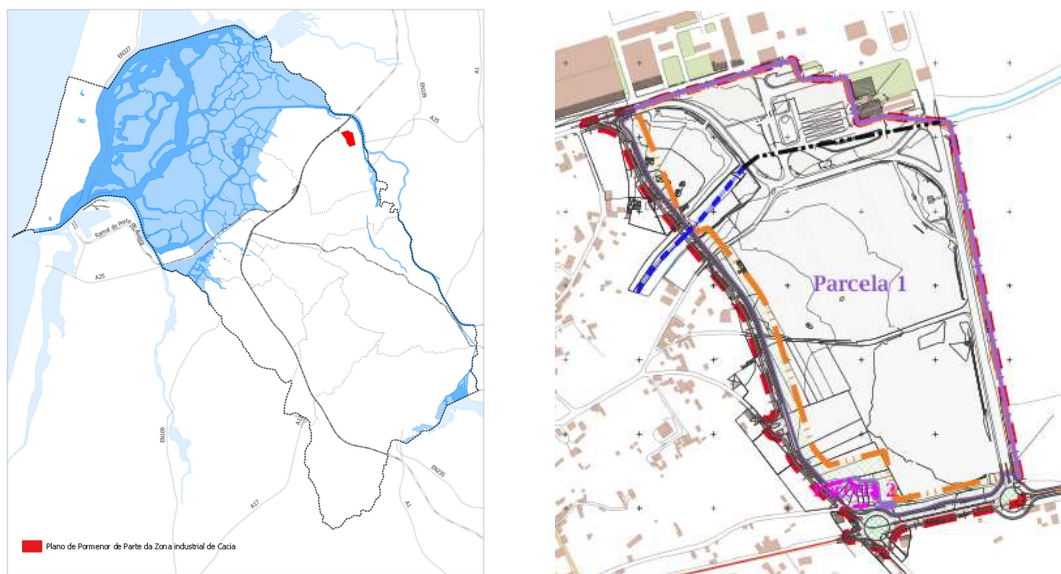


figura 32 - área de intervenção do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia

A elaboração do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPPZIC) decorreu da necessidade de disciplinar o uso da área envolvente à unidade industrial do, então, Grupo Portucel Soporcel, hoje The Navigator Company e de tirar partido da capacidade industrial existente considerando mais espaço para a instalação de novas unidades. À decisão de elaboração do plano não foi alheio o facto de ter havido a manifestação da intenção de investimento e ampliação da unidade existente e o interesse do município no seu acolhimento, na medida em que seria uma mais valia para o tecido social e económico.

Assim, no plano foram definidos os seguintes objetivos:

- Responder às expectativas e necessidades emergentes, disponibilizando uma maior área dotada das condições necessárias à instalação de novas unidades industriais. Neste sentido, o plano propôs um aumento da área destinada à instalação de atividades industriais, perfazendo aproximadamente 21 ha.
- Integrar a expansão e desenvolvimento da área industrial no tecido urbano existente, programando com maior racionalidade e equilíbrio o seu crescimento.
- Articular e reforçar todas as redes de infraestruturas (viárias, ambientais e tecnológicas), garantindo um ambiente industrial qualificado que potencie o estabelecimento e investimento de novas unidades industriais.
- Controlar e reorganizar o tráfego e acessibilidade local, propondo a reestruturação viária existente da área abrangida pelo plano, sobretudo pela beneficiação da Rua 31 de Janeiro e requalificação do seu espaço público (criação de passeios, iluminação elétrica pública, etc.).

O “Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia foi publicado em Diário da Republica a 20 de agosto de 2013 pelo Aviso nº 10405/2013. Contudo deram-se alterações profundas nas dinâmicas dos mercados internacionais do setor do papel que conduziram a uma alteração nas opções da empresa. A nova unidade industrial prevista não conseguia ter enquadramento nas propostas e na disciplina de ocupação do território estabelecidas pelo Plano de Pormenor em vigor. Pela importância do investimento preconizado, nomeadamente, na criação de 130 novos postos de trabalho entendeu-se como necessário proceder à alteração do referido Plano de Pormenor de forma a poder acolher esta nova realidade.

Na proposta de alteração consubstanciam-se os objetivos iniciais do plano, reforçando, ainda, que as imprevisibilidades do mercado exigem, por vezes, mudanças das opções de investimento que se traduzem na forma como as indústrias se implantam no território. Assim, com a proposta de alteração procurou-se introduzir maior flexibilidade e capacidade de ajustamento e adequação às variações do mercado e conseqüente adaptação e concretização das propostas de ocupação, ao nível das implantações das edificações e da rede viária. Por outro lado, a proposta procurou, ainda, fazer uma ponderação integrada dos interesses ambientais, sociais e económicos e dos interesses subjacentes ao ordenamento do território.

A proposta de alteração baseou-se:

- Na reestruturação viária e respetivas ligações;
- Na reorganização e redimensionamento das parcelas;
- Na redefinição dos parâmetros urbanísticos;
- Na compatibilização e aferição ao contexto urbano existente;
- E no enquadramento do layout industrial.

Esta alteração foi aprovada em sessão extraordinária de 11 de dezembro de 2015 da Assembleia da República, tendo a mesma sido publicada no Diário da República, 2.ª Série, Aviso n.º 932/2016 de 27 de janeiro.

4.2.2.1 PPPZIC - Dinâmica de concretização

O esforço de concretização associado a este plano, que levou a Câmara Municipal de Aveiro a ter avançado de imediato com elaboração de projeto e execução da obra da via prevista em plano, assim como o investimento da Navigator Company S.A, que construiu a nova unidade industrial, garantindo mais de 130 novos postos de trabalho, permite não só afirmar-se que este Plano encontra-se totalmente executado, como também que foi uma mais-valia não só para a povoação

onde se insere como também para o Concelho de Aveiro. Esta execução a cem por cento do Plano está patente com a entrada em funcionamento da infraestrutura viária que obteve Auto de Receção Provisória em 12-04-2019 e da Unidade industrial – Navigator Company S.A, com licença de utilização n.º 47/2019 de 30/03/2019.

Salientam-se, ainda, as vantagens ambientais que decorreram da concretização do Plano, nomeadamente, o reforço positivo nas medidas de defesa contra riscos e inundações, com a criação de uma bacia de retenção em caso de emergência com um volume de 20.000 m³, bem como a integração paisagística do Plano e o contributo ambiental com a plantação 210 árvores e 489 arbustos autóctones.

4.3 Estudos Urbanísticos

A operação de reformulação total do planeamento municipal associada à Revisão do PDM, para além de congregar e, ao mesmo tempo ter impulsionado o desenvolvimento de diversos planos em variados domínios da atuação municipal que têm consequência territorial, veio integrar, também, um olhar de maior detalhe para áreas do território que era essencial perspetivar a outra escala.

Para dar resposta a essa necessidade procedeu-se à elaboração de Estudos Urbanísticos, onde foi possível refletir sobre a evolução territorial e preconizar a futura ocupação das mesmas, procurando um desenvolvimento harmonioso e a colmatação adequada das malhas urbanas existentes. Deste modo, ao definirem-se ocupações, alinhamentos, espaços verdes, entre outros, obtêm-se instrumentos de apoio à análise de conjunto ao nível da gestão urbanística, com a devida adequação às dinâmicas socioeconómicas e de evolução do território.

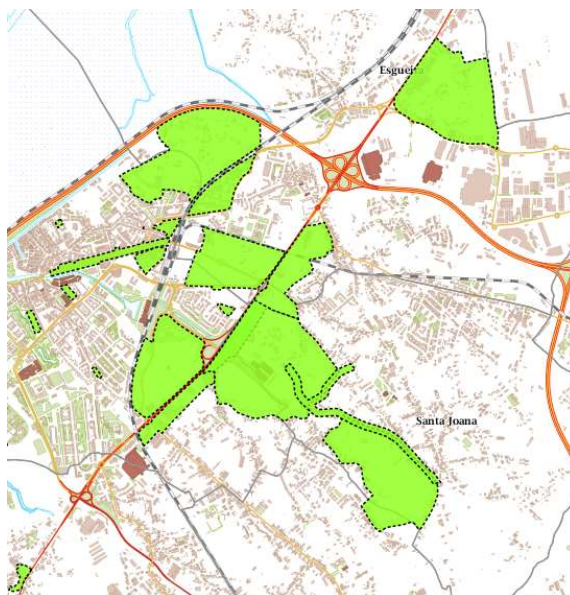


Figura 33 – áreas abrangidas por Estudos Urbanísticos

Estes estudos são fundamentais ao nível do desenho e da ocupação urbana, num contexto de urbanização associada à promoção privada sobre parcelas, na sua grande maioria de reduzidas dimensões, pelo que é, fundamental, organizar a apropriação do território considerando, sobretudo, que esta não ocorre de forma integral e simultânea.

Surge, assim, em paralelo com a revisão do PDM um conjunto de oito Estudos Urbanísticos, submetidos à aprovação do executivo, que são fruto de um esforço de planeamento e reflexão analítica da evolução do território e pressão sobre o mesmo, que têm como intuito perspetivar e

orientar ocupações futuras, concretizando os pressupostos do modelo de estruturação e ocupação patentes no PDM.

Desta forma, o Executivo Municipal deliberou aprovar os Estudos Urbanísticos referentes às Agradas do Norte, à Área a Nascente da Estação de Comboios, à Área a Sul do Pavilhão do Galitos, à Avenida Europa e à Baixa de Santo António, tendo como base as pré-existências e a aposta no crescimento urbano dos territórios em causa, com a devida qualidade, sustentabilidade e relação compatibilizada com os valores patrimoniais existentes e com as áreas urbanas próximas.

Deste conjunto também fez parte o Estudo Urbanístico da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que incide sobre uma área de elevado valor histórico em termos de arquitetura e urbanismo, onde se verificam alguns problemas que carecem de resolução, nomeadamente ao nível da degradação do edificado e da presença de passivos urbanos que perturbam a imagem desta, que é uma via emblemática da cidade.

Decorrente da intenção de ampliação do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro com a integração de um Pavilhão Multiusos foi também elaborado o Estudo Urbanístico do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro que assume uma alteração profunda da sua servidão rodoviária e uma cuidada integração das construções a edificar na tipologia predominante de uso do solo.

O Estudo Urbanístico do Parque Urbano de Santa Joana (Eixo Aveiro-Águeda) formaliza-se em razão da nova opção dar ao eixo rodoviário Aveiro-Águeda uma relação direta com a rede viária existente, com a necessidade de constituir uma nova área urbana com frente para este eixo rodoviário na zona Sul de Santa Joana (Quinta do Gato) e na zona Norte de São Bernardo, prevendo a ocupação e o crescimento urbano desta zona, com a devida qualidade, sustentabilidade e relação compatibilizada com as áreas urbanas próximas.

Como consequência da permanente dinâmica associada ao processo de planeamento, sempre que se justifique, recorrer-se-á à elaboração destes estudos que desempenham um papel essencial de apoio à gestão urbanística, numa conceção de que tal é fundamental para a obtenção de um ordenamento urbano coerente e coeso, desperto para a evolução das necessidades e exigências em todas as componentes do território.

4.4 Reabilitação Urbana

4.4.1 Área de Reabilitação Urbana

A Área de Reabilitação Urbana de Aveiro, delimitada a 22 de setembro de 2016, de acordo com o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as últimas alterações dada pelo Decreto-Lei n.º 66/2019 de 21 de maio, abrange um território com a área total de 500 ha, conforme Planta “Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aveiro” em baixo.



Figura 34 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aveiro

O desenvolvimento da correspondente OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) e do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) constituiu uma oportunidade de definição de novas ações, permitindo a concretização dos objetivos, definindo as prioridades e prevendo a sua implementação, com o envolvimento e contributos de um conjunto de entidades parceiras, na continuidade e em articulação com as linhas gerais orientadoras estabelecidas nos últimos documentos estratégicos e de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Aveiro (PEDUCA) e a Revisão do Plano Diretor Municipal.

O principal instrumento de execução desta ORU / PERU é o PEDUCA, que a Câmara Municipal de Aveiro (CMA) tem em execução física desde 2016, numa verdadeira e consequente operação de reabilitação urbana que integra um programa estratégico de reabilitação urbana com muitos

projetos e operações realizadas, em curso e a realizar nos próximos anos, localizadas dentro da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e com financiamento garantido pelas receitas normais do orçamento da CMA e pelos Fundos Comunitários do CENTRO 2020.

Num contexto em que a velocidade das novas dinâmicas urbanas traz mudanças radicais na ocupação e expansão urbana, a regeneração e reabilitação urbana representam um desafio e oportunidade para reinventar as ocupações humanas dos centros urbanos. A ORU e o PERU centram-se na presença do meio natural único, e na necessidade de requalificar o núcleo urbano para as vivências urbanas, reconstruindo a ligação entre eles, dotando as diferentes áreas de novas funções e dinâmicas. A alteração das lógicas de mobilidade, a proteção ambiental e a ativação dos equipamentos são essenciais para adaptar o território às necessidades atuais.

A reabilitação urbana constitui, assim uma prioridade, uma forma de reabilitar e preservar o património existente, assim como, revitalizar as zonas urbanas mais centrais da cidade-sede do Município, com base em orientações estratégicas claras, acompanhadas de um quadro legal e fiscal mais favorável, invertendo o sentido seguido nas últimas décadas. A Estratégia de Reabilitação Urbana, ainda que tenha como limite territorial de intervenção a Área de Reabilitação Urbana, foi desenvolvida tendo por base um espaço mais alargado e complexo e atendendo às dinâmicas sociais e económicas que caracterizam o território de Aveiro e suas zonas de confluência. Representa, por isso, um documento de planeamento estratégico, orientado para a ação, cuja concretização depende das diversas entidades, públicas e privadas, envolvidas no seu desenho, e que preconiza o envolvimento da comunidade ao longo da sua execução.

Direciona-se a intervenção a áreas territoriais específicas como os núcleos urbanos mais antigos e as zonas industriais abandonadas, que concentram valores patrimoniais e históricos e elementos singulares e identitários de Aveiro, relacionados com a estrutura lagunar da Ria e nas formas que determinaram a configuração urbana.

Ambiciona-se uma intervenção integrada de qualificação do espaço público, de reabilitação do edificado e de revitalização do Centro Urbano, reforçando a sua atratividade para diferentes públicos: habitantes, visitantes ou investidores, na qual o esforço de obra física necessária para corrigir e articular as malhas terá de ser acompanhado de uma verdadeira ocupação e refuncionalização dos espaços públicos e edificado, com particular relevância para a componente habitacional, e de uma apropriação continuada pela comunidade, para o exercício de urbanidade e cidadania, fundamentais à qualidade de vida dos cidadãos, à coesão social e territorial.

4.4.1.1 Programa de investimentos e operacionalização

Após apresentação das opções estratégicas, objetivos e ações prioritárias, foi necessário estabelecer o modelo de gestão e execução, garantindo os meios necessários para o financiamento das ações.

A estratégia de intervenção é suportada por um conjunto de investimentos privados que dão corpo à estratégia definida, existindo um conjunto de incentivos fiscais, administrativos e financeiros que poderão acelerar a intervenção. Para os investimentos públicos, inclui-se uma estimativa de custos totais de execução, que serão asseguradas pelo orçamento do Município, tendo em conta o processo de consolidação orçamental dos últimos anos, sendo a capacidade de execução reforçada através de programas de financiamento de fundos estruturais ou programas nacionais do orçamento do estado que possam ser constituídos.

Definido o conceito de Reabilitação Urbanística é elencado o conjunto dos benefícios fiscais que decorrem da aplicabilidade da legislação em vigor, bem como os previstos pelo Município em regulamentação já existente. Ao longo da implementação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, serão avaliados os resultados da aplicação destes benefícios, permitindo adaptar novos e ajustados incentivos municipais à reabilitação urbana, sempre que tal for necessário.

Os promotores poderão também recorrer a instrumentos financeiros e outros incentivos criados para apoio à reabilitação e revitalização urbanas existentes como o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), no âmbito do Portugal 2020 ou a Casa Eficiente. Estes apoios são concedidos através de produtos financeiros, criados especificamente para este efeito pela banca comercial, com condições mais favoráveis do que as condições de mercado. Existem ainda outros.

4.4.2 Carta do Património

A consciência progressiva da importância do Património e, conseqüentemente, da necessidade da sua conservação e salvaguarda constituem-se hoje como desafios e oportunidades de um desenvolvimento urbano sustentável que visa a preservação e a melhoria da qualidade do património construído assim como a gestão criativa num quadro de sustentabilidade do património arquitetónico e a sensibilização e formação dos cidadãos para a cultura arquitetónica, urbana e paisagística. Assim, é exigida especial atenção ao nível das políticas de proteção e valorização em articulação com as do ordenamento do território.

Neste contexto, encontra-se em elaboração a Carta do Património, instrumento de trabalho estratégico e de gestão do património cultural, dos bens materiais e imateriais aos quais se reconhecem valores de identidade e cultura coletivas. Este documento deverá permitir conhecer esse património cultural e aplicar este conhecimento na sua salvaguarda, proteção e valorização, através da divulgação desses mesmos valores e de um processo interativo quanto ao planeamento e gestão, respetivas estratégias e diretrizes conducentes à hierarquização de prioridades, bem como à consciencialização e fruição da comunidade e dos cidadãos em geral.

Cruza-se aqui, também, toda a matéria referente ao Património cultural classificado, nomeadamente, quanto à regulamentação sobre a sua proteção – medidas ou restrições que se

adequem à valorização do imóvel, independentemente do nível de classificação, à manutenção das características originais e às históricas do contexto em que o mesmo se insere.

Nesta perspetiva de integridade e autenticidade do edificado e dos locais, das memórias e da paisagem, na Carta do Património serão inventariados os valores relevantes e representativos da identidade cultural de Aveiro – edifícios classificados, rotas e circuitos de património e estarão também vertidos critérios gerais de proteção do Património, integrando as componentes da arquitetura, da arqueologia e da paisagem, os quais serão necessariamente conformados nos IGT, nomeadamente no PDM, compatibilizando-os, assim, com as questões do ordenamento:

- Favorecer as obras de conservação como princípio e forma de manter e preservar as construções existentes de uma forma geral e as de interesse histórico ou arquitetónico, em particular.
- Apoiar a preservação dos imóveis classificados, mantendo as características arquitetónicas e volumétricas do existente, bem como os seus elementos patrimoniais e a sua relação com o território envolvente.
- Fomentar intervenções de correção ou demolição de elementos dissonantes, visando a afirmação do valor patrimonial, independentemente da época de construção.
- Considerar condicionalismos à demolição total ou parcial de edifícios.
- Incentivar a recuperação de materiais e técnicas construtivas tradicionais ou originais
- Interditar a demolição de fachadas revestidas a azulejo de acrescido valor patrimonial ou a sua remoção. Nos casos em que venha a ser permitida, deverá ocorrer com acompanhamento técnico municipal.
- Orientar para a adoção de princípios de composição arquitetónica e adequação morfológica qualificadas, nas novas operações urbanísticas.
- Assegurar perímetros de proteção nos sítios arqueológicos, adotando medidas preventivas que minimizem eventuais impactos negativos.
- Orientar e condicionar a trabalhos ou acompanhamento arqueológico as operações urbanísticas nas Áreas de Sensibilidade Arqueológica.
- Identificar exemplares arbóreos isolados ou conjuntos vegetais notáveis, que pelas suas características tipológicas, paisagísticas, culturais ou históricas não devam ser abatidos ou desbastados.

4.5. Planos de cariz estratégico com incidência territorial

Em 2015, fruto da oportunidade de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro – Portugal 2020, foi desenvolvido um novo documento estratégico: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA), este plano definiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforço da ESTRUTURA URBANA e da QUALIDADE DE VIDA das populações – aposta numa maior racionalidade de exploração dos recursos urbanos municipais, expectando-se daí incrementos nos padrões de vida, relevando nesta reestruturação uma maior equidade territorial na qualificação da componente ambiental urbana, devidamente ajustada às necessidades de diferentes públicos, com lógicas de proximidade e de valorização da integração do suporte físico urbano endógeno;
- Implementação eficaz de um DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – implementação de um modelo de desenvolvimento territorial económico e ambientalmente mais sustentável, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes, potenciando os recursos endógenos e diferenciadores, contendo perímetros urbanos, promovendo a polinucleação territorial e escala económica para a cidade e região aveirense em alguns domínios (ambiente, mobilidade e emprego), que lhe garanta maior resiliência futura aos choques externos, decorrentes da crescente exposição as dinâmicas da globalização.
- INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL – Combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social ou de segregação dos habitantes, segundo a origem, estrato social ou etnia, nomeadamente através de ações de promoção da educação, formação e geração de emprego dirigido, acesso a habitação, serviços e equipamentos, devidamente complementadas com ações de requalificação urbana de espaços urbanos degradados.
- Aumento do EMPREGO e da INOVAÇÃO – proporcionar condições de fomento de empreendimentos com forte componente de inovação e com forte potencial de repercussão na economia urbana, envolvendo o máximo número de agentes locais, incluindo a comunidade e o tecido empresarial e as instituições de ensino e investigação;
- Fortalecimento da ATRATIVIDADE da CIDADE – aposta na integração de Aveiro, nas redes de conectividade metropolitana e regional em contextos europeu e mundial, visando o fortalecimento da cooperação territorial, potenciando complementaridades funcionais e produtivas e favorecendo o acesso aos principais territórios e mercados internacionais nos mais variados domínios (investimento, negocio, produção industrial, investigação, turismo, etc.).

- Incremento da CIDADANIA ATIVA e GOVERNANCIA PARTILHADA – aposta numa governação mais transparente e participada, como fórmula de impregnar maior perfilamento e responsabilização da população pelas políticas urbanas adotadas, e de incrementar sustentabilidade temporal, sentido de justiça e sentido de comunidade com identidade cultural própria, às iniciativas de governação urbana.

Na sua génese, integra, pois, preocupações de coerência entre o seu conteúdo e as grandes linhas de ação emanadas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com a estratégia Cidades Sustentáveis 2020 e com a Estratégia Nacional para a Habitação. Esta atenção especial é também resultado da articulação, do conteúdo estratégico, com outros instrumentos de Gestão Territorial.

O PEDUCA liga os diferentes objetivos e prioridades identificados em três Planos de Ação: o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUSA) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) ambicionando, portanto, uma intervenção integrada de qualificação do espaço público, de reabilitação do edificado e de revitalização do Centro Urbano, reforçando a atratividade para diferentes públicos: habitantes, visitantes ou investidores, na qual o esforço de obra física necessária para corrigir e articular as malhas terá de ser acompanhado de uma verdadeira ocupação e refuncionalização dos espaços públicos e edificado, com particular relevância para a componente habitacional. A apropriação continuada pela comunidade garante o exercício de urbanidade e cidadania, fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, e para a coesão social e territorial.

As orientações estratégicas assumidas no PEDUCA e noutros instrumentos de âmbito estratégico, constituíram uma forte referência ao longo do processo de revisão do PDM.

O PEDUCA envolve, nas diferentes áreas e prioridades identificadas, e como resultado do processo de negociação com a Autoridade de Gestão, um investimento global de cerca de 30 milhões de euros e uma dotação FEDER de 11,4M€.

No final de 2020, o investimento destas operações correspondia a uma execução FEDER de 4,2M€, cerca de 36,8% do FEDER aprovado. Até 30.abril.2021, com a aprovação da operação da Requalificação da Rua da Pêga estaremos em condições para aumentar a execução FEDER para cerca de 5M€.

Importa ainda salientar que, por via do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro, cofinanciado pelo FEDER, ou através de outras oportunidades de financiamento no âmbito do Portugal 2020, estão ainda alocados à área do PEDUCA, investimentos de cerca de 4,7M€. Entre esses inclui-se a intervenção em 10 edifícios de habitação social no Bairro de Santiago (que somam aos 12 edifícios cofinanciados pelo PEDUCA) e as intervenções de requalificação das Escolas Jaime Magalhães Lima e João Afonso de Aveiro, estas últimas já concluídas e com um financiamento FEDER superior a 2M€.

5. DINÂMICA URBANÍSTICA

Ao analisar a problemática do ordenamento urbano, é fundamental compreender a importância das diversas ocupações humanas e dos aglomerados de forma a entender que fatores poderão influenciar a construção da urbe. A análise das dinâmicas de crescimento dos aglomerados associada à gestão dos recursos naturais e às atividades produtivas é fundamental para o conhecimento das ocupações humanas de cada local. Neste âmbito, considera-se fundamental avaliar e caracterizar os pedidos de operações urbanísticas tendo em consideração os vários tipos de operações.

A manipulação de dados recolhidos da gestão urbanística é uma questão sensível já que a seleção de informação não pode ser interpretada de forma linear, uma vez que, nem todos os pedidos aprovados chegam a ser concretizados no território e, por outro lado, alguns destes refletem alterações a situações existentes. Assim, perante esta dificuldade, tomou-se a opção de olhar para a emissão de licenças de construção como um indicador da dinâmica urbanística, tendo consciência que este procedimento engloba tanto novas construções como intervenções em situações existentes e, que algumas destas licenças podem não ter sido consequentes no território mas refletem intensões de intervenção e dinâmica urbanística.

A análise incidirá sobre quantitativos ano a ano e, também, sobre a distribuição espacial dos referidos pedidos.

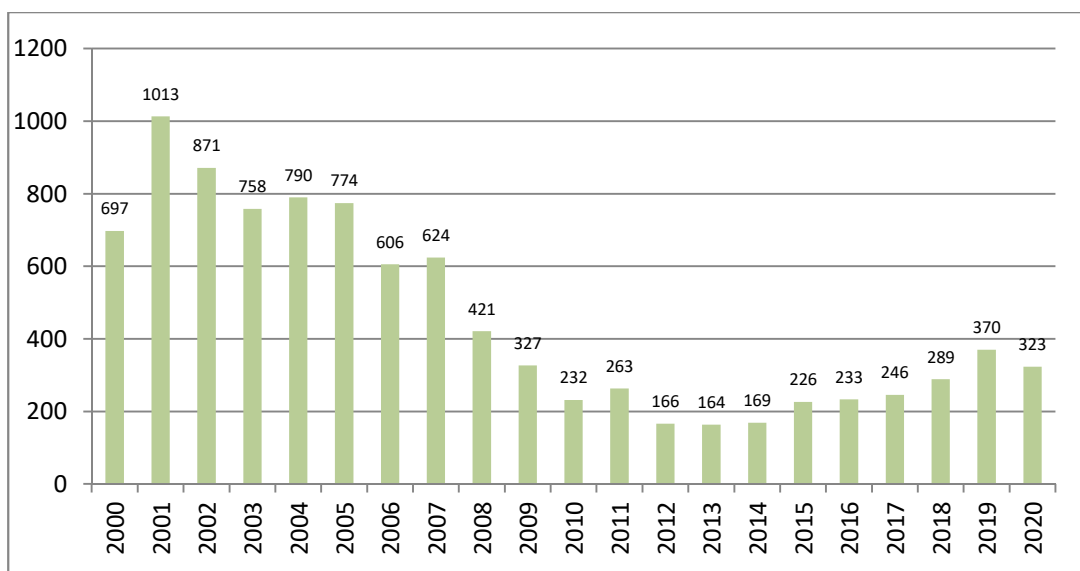


gráfico 21 - Evolução da emissão de Alvarás de construção por ano 2000 e 2020.

De acordo com o gráfico constata-se que a emissão de Alvarás de construção, foi sofrendo um decréscimo substancial desde 2005 começando a recuperar em 2014, tendo mantido essa tendência desde então.

Os pedidos de informação prévia refletem, na maioria das vezes, apenas a intenção de intervir no território. Esta pode ou não ser consequente, o que se consegue observar por comparação com a emissão de Alvarás de construção. Conforme se pode observar no gráfico seguinte, os pedidos de informação prévia tiveram um decréscimo substancial entre 2008 e 2015, sendo que desde então, à semelhança da emissão e alvarás, tem vindo a haver um aumento significativo, registando 2020 um nível quase aproximado ao de 2001.

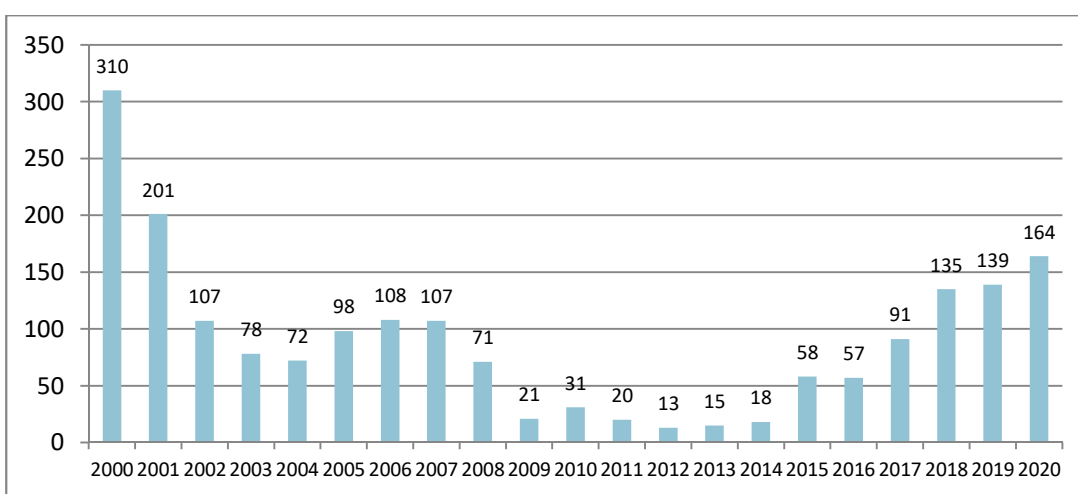


gráfico 22 - Pedidos de informação prévia

A comparação dos dados dos pedidos de informação prévia e dos alvarás de construção emitidos começa a evidenciar uma correlação direta entre ambos, verificando-se, atualmente, uma tendência comum de crescimento.

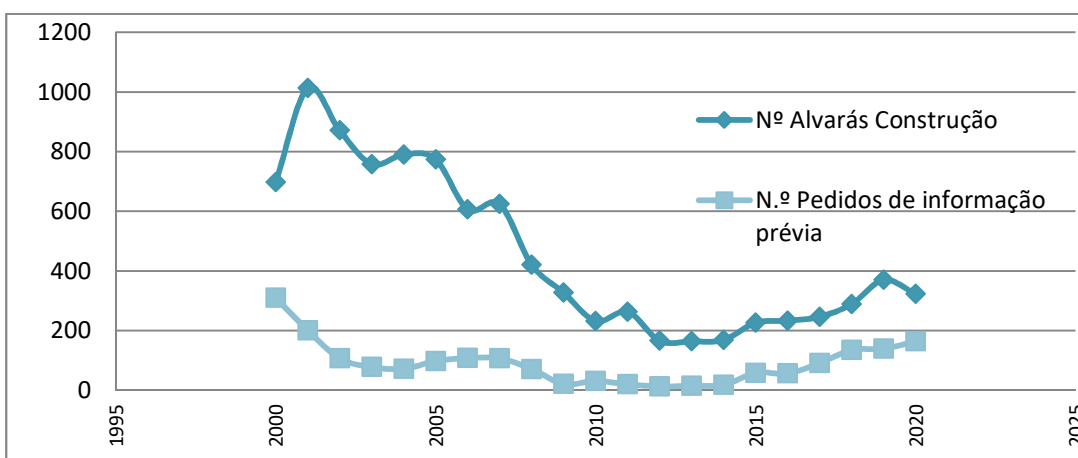


gráfico 23 - comparação alvarás de construção / pedidos de informação prévia

Quanto à emissão de alvarás de loteamento verificou-se, também, uma tendência de crescimento nos últimos anos.

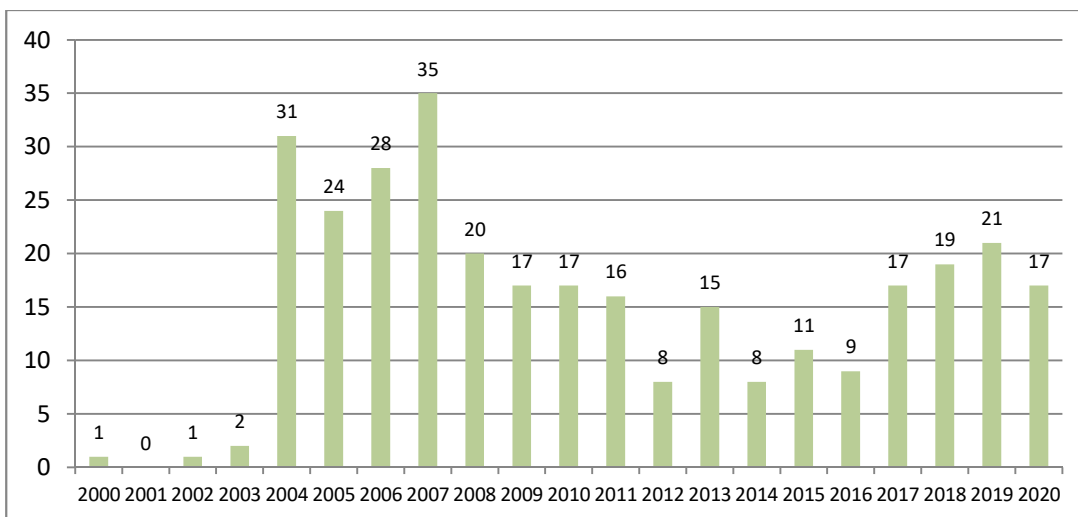


gráfico 24 - Alvarás de Loteamento emitidos

Para a análise da execução urbana entende-se como pertinente perceber o grau de cobertura de loteamentos correspondendo, este parâmetro, à forma de urbanização do perímetro urbano, de promoção privada.

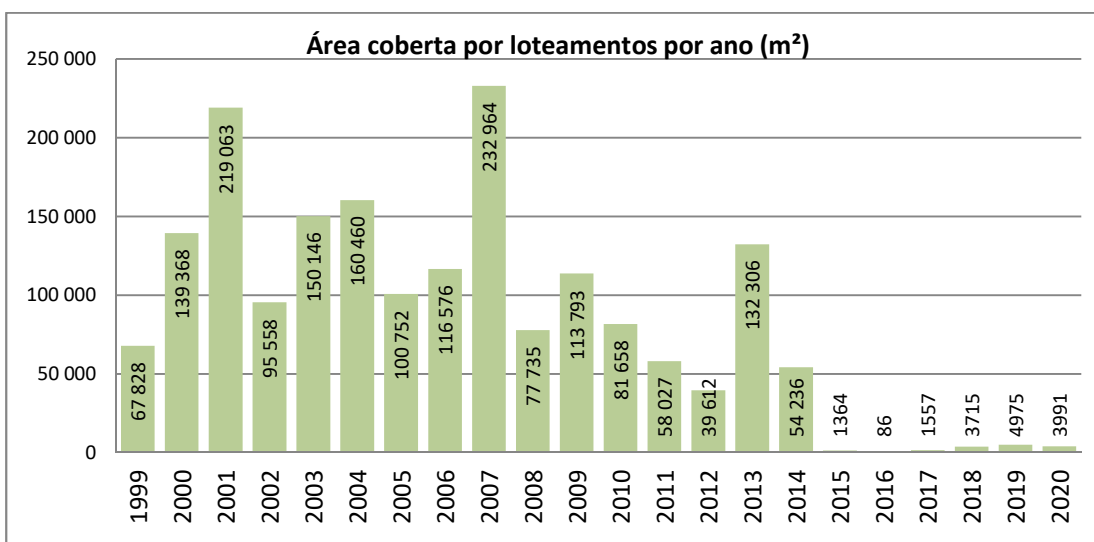


gráfico 25 - Área coberta por loteamentos por ano (m²)

Constata-se, pois, que este era um recurso bastante utilizado em termos de programação de ocupação do solo, que sofreu alguma redução entre 2007 e 2017, consubstanciada não só pela crise económica como pela maior procura por formas menos onerosas e mais céleres de edificar. Nos

últimos anos, o crescimento tem vindo a acentuar-se, justificado neste caso pela retoma da economia.

A distribuição geográfica dos loteamentos, apresentada na imagem seguinte, demonstra uma maior concentração destas operações nas zonas da cidade entre a Avenida Europa e a A17. Nas soluções urbanísticas não há, de uma maneira geral, criação de novas malhas urbanas pela introdução de novas vias, ficando os lotes, desta forma, implantados e apoiados ao longo das vias existentes.



figura 35 - alvarás de loteamento desde 1995 até dez 2020

Para aferir a quantidade de operações urbanísticas na globalidade e a sua distribuição geográfica elaborou-se uma imagem com a respetiva distribuição espacial por tipo de processos aprovados, entre 1999 e junho de 2020. Esta imagem fornece uma panorâmica geral sobre as áreas do Município onde a pressão urbanística se tem exercido com maior intensidade, assim como, permite

perceber a influência que a rede viária tem no processo de ocupação do território - maior concentração de novos processos ao longo das vias urbanas principais, participando, estes, na colmatação da malha urbana.

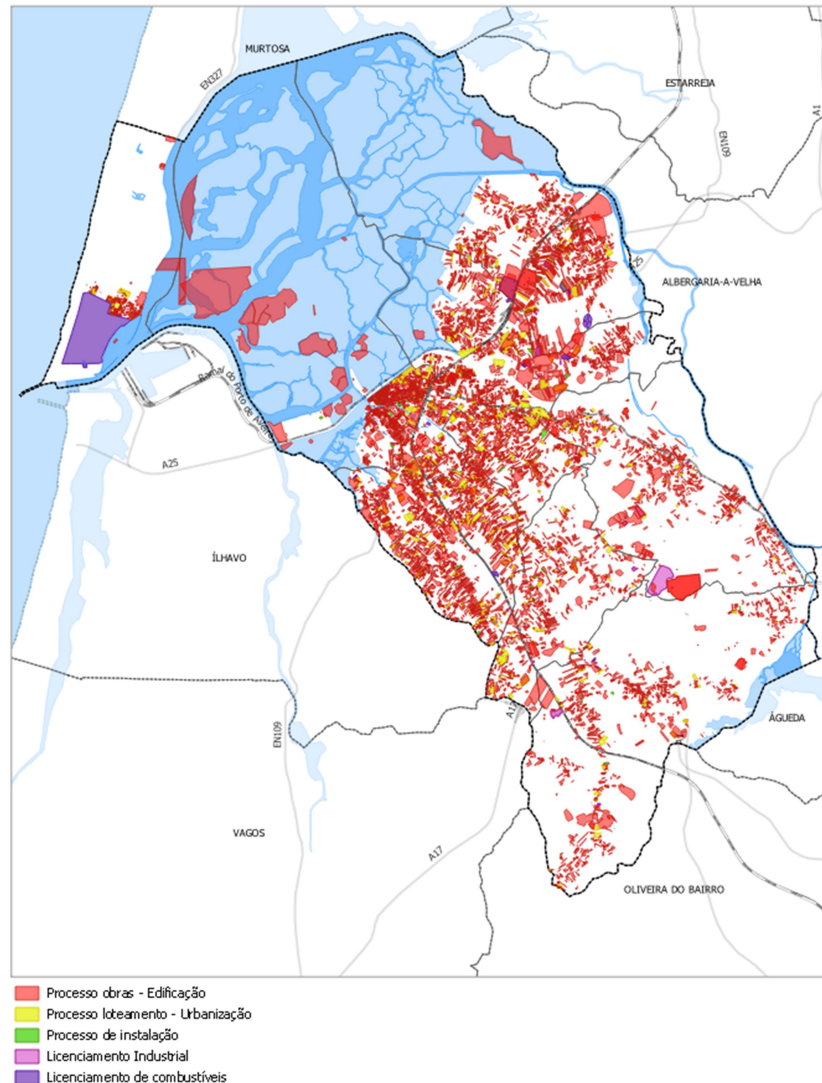


figura 36 - Processos aprovados de 1999 a dez 2020

Por outro lado, evidencia que as áreas que sofreram maior pressão urbanística nos últimos anos são as confinantes com a Avenida Europa, mais concretamente, as que são limitadas a Norte por esta via e se desenvolvem radialmente e para Nascente até à A17. Ainda nestas povoações verifica-se que os pedidos se distribuem ao longo das principais vias de acesso, anteriormente, as estradas nacionais como sejam as antigas E.N.335, E.N. 235 e a E.N. 230.

Os aglomerados mais do Sul do Município são os que possuem características de menor urbanidade e como tal apresentam um menor número de pedidos de operações urbanísticas. Neste sentido, a

A17 revela-se como um limite físico que separa duas realidades bastante distintas - a ocupação predominantemente urbana da cidade e a ocupação com características mais rurais.

Em São Jacinto, apesar das suas características intrínsecas, relativas ao facto de estar separado territorialmente do resto do Município, por possuir frentes marítima e de ria apresenta alguma pressão urbanística, sendo de destacar os projetos de loteamento urbano de dimensão significativa em parcelas que se encontravam expectantes.

Na área da cidade verifica-se um número reduzido de operações de loteamento, concentrando-se estes essencialmente na Vera Cruz, correspondendo à colmatação de alguns vazios urbanos existentes nomeadamente nos lugares de Agrads do Norte, área da Forca Vouga, a Sul da estação de caminho-de-ferro e ainda na área de Sá Barrocas. De resto, a ocupação da cidade consolidada fez-se por operações urbanísticas não precedidas de loteamento.

Quanto à dinâmica de reabilitação urbana e face aos dados disponíveis, entendeu-se analisar a evolução dos pedidos de certidão de obras em Área de Reabilitação Urbana (ARU) assim como as comunicações prévias de alojamento local e os Pedidos de cessação de atividade e cancelamento de alojamento local.

A delimitação da ARU foi publicada a 22 de setembro de 2016 sob Aviso n.º 11614/2016 e desde então têm vindo a intensificar-se os pedidos de certidão de localização em ARU, estes números permitem ter uma noção do número de edifícios que se propõem fazer obras de reabilitação.

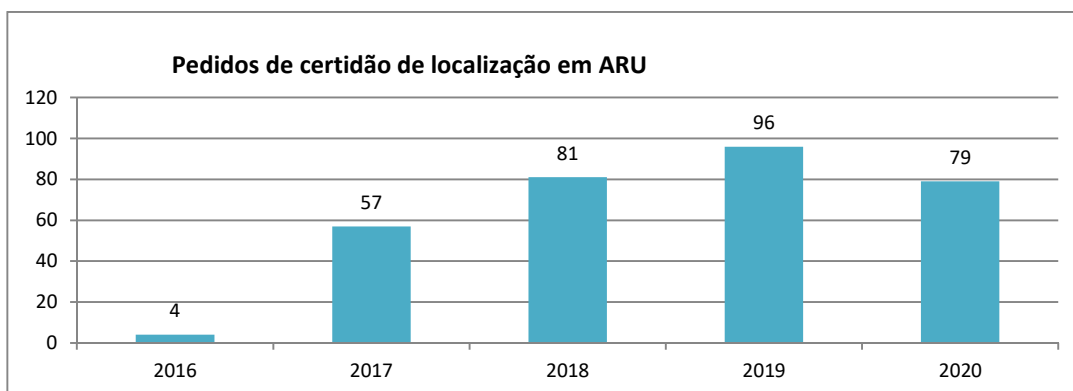


Gráfico 26 - Pedidos de certidão de obras em Área de Reabilitação urbana

Outro fator a considerar no âmbito da reabilitação urbana é o alojamento local, que, localizando-se primordialmente no centro histórico, tem sido motor de grande número de intervenções privadas ao nível da reabilitação do edificado. No gráfico seguinte pode perceber-se o grande crescimento que este setor tem apresentado nos últimos anos. Esta é, também, uma consequência da vivacidade que o setor do turismo tem na cidade de Aveiro.

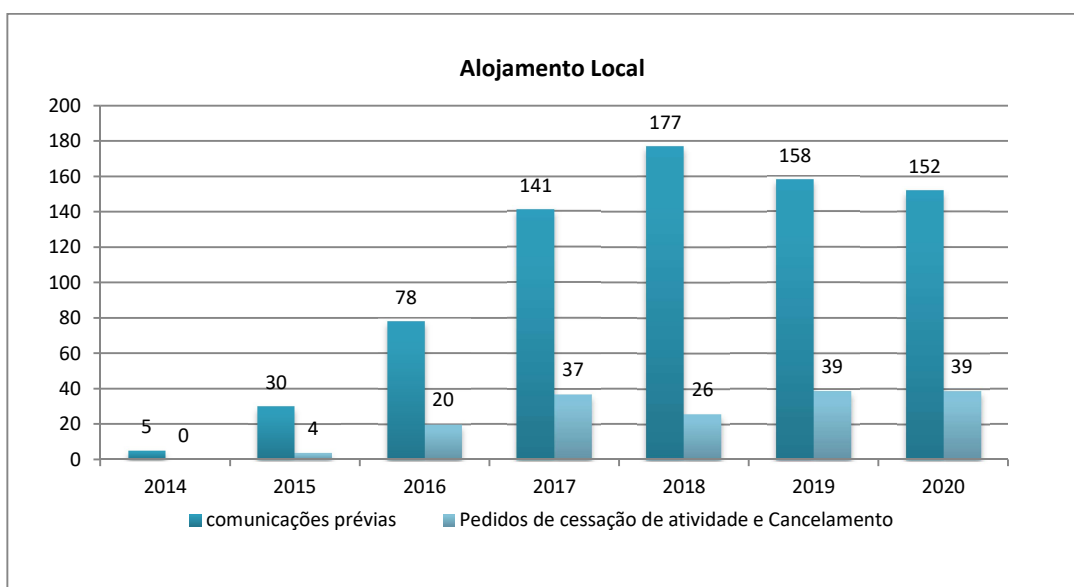


Gráfico 27 - Alojamento Local

6. SÍNTESE

Terminada a análise da situação do Território Municipal nas várias vertentes, este capítulo procura sintetizar alguns dos aspetos mais marcantes que surgem desta observação.

Desde a elaboração do anterior REOT ocorreu uma transformação substancial no ordenamento do território de Aveiro. Com a entrada em vigor da revisão do PDM, o Município de Aveiro passou a dispor de um único Instrumento de Gestão Territorial que abrange a totalidade do território Municipal facilitando não só a gestão deste, como uma abordagem mais integrada promovendo uma maior coesão territorial.

A Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro foi uma aposta central e estratégica da Câmara Municipal de Aveiro (CMA) no processo de capacitação, estruturação, qualificação e desenvolvimento do Município de Aveiro, integrado numa operação de reformulação total do planeamento municipal, com a introdução de inovação nas componentes e na estratégia de elaboração.

Essa reformulação vem permitir uma visão mais integrada do planeamento municipal ao incorporar os diversos planos que abrangem as temáticas mais operativas o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, o “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil”, o “Diagnóstico Social 2019” e o “Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021”, o “Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro/ PEDUCA” (que integra o “Plano de Ação de Reabilitação Urbana”, o “Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas” e o “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”), o “Plano Estratégico Para a Cultura”, a “Carta Educativa”, o “Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro - PEVCA” e a “Carta do Património”, entre outros.

O PDM ao agregar diferentes instrumentos de gestão do território agrupa, também, as várias ações num só plano. Da análise das ações propostas é possível verificar a prioridade que é dada à reabilitação e ativação de equipamentos e à criação de novos equipamentos estruturantes, nomeadamente nas áreas de Desporto, Saúde, Cultura e Turismo. O investimento na Ação Social é visível no investimento em habitações sociais, ao qual estarão ainda associadas ações imateriais que contribuem para alcançar os objetivos previstos. Num pacote de investimentos principais com envergadura financeira relevante, o valor da CMA é de 165 milhões de euros, assumindo-se para outras entidades do Estado um valor de 162 milhões de euros, com destaque para os 120 milhões de euros referenciados para a qualificação e a ampliação do Hospital Infante D. Pedro (integrando o Centro Académico Clínico) no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Em simultâneo com a revisão do PDM foram desenvolvidos oito estudos urbanísticos que procuram concretizar, a uma escala de maior detalhe as orientações emanadas do PDM revisto. Esta é uma forma de perspetivar ocupações futuras de áreas que estão a sofrer pressão urbanística ou necessitam de colmatação. Este é um recurso fundamental de apoio à gestão urbanística com vista a alcançar um ordenamento urbano coeso e equilibrado, considerando que a cidade não se constrói em simultâneo, sempre que se justifique serão desenvolvidos mais estudos urbanísticos para dar resposta a novas necessidades.

Em termos de dinâmica urbanística no Município tem-se vindo a registar um incremento bastante perceptível a vários os níveis, o que demonstra a retoma económica que se fez sentir nos últimos anos com uma expressão maior no setor da construção. Recentemente começa a verificar-se uma maior procura por áreas urbanas que estiveram expectantes durante vários anos o que é um fator muito positivo para a dinamização do território. Daí, toda a importância que os estudos urbanísticos podem assumir, numa perspetiva estratégica pró-ativa de estruturação e organização do território, tendo subjacente as regras de uso e ocupação do PDM.

Há também um fator a destacar relacionado com o maior interesse pela reabilitação do edificado mais antigo, fruto não só dos incentivos fiscais que surgiram associados à reabilitação como, também consequência da delimitação em 2016 da Área de Reabilitação Urbana (ARU). Contribui, ainda para esta dinâmica uma progressiva consciencialização dos valores patrimoniais e identitários que devem ser preservados e o forte incremento que, nos últimos anos, houve no sector do turismo em Aveiro, com uma expansão significativa de alojamentos locais situados no centro histórico.

Destaca-se, ainda, neste âmbito o esforço que tem sido feito através da reabilitação do espaço público com a execução de diversos projetos de intervenção municipal que permitem não só a qualificação do ambiente urbano como também alavancar a iniciativa privada no domínio da reabilitação do edificado.

Ao nível da urbanização verifica-se que o investimento privado tem vindo a diminuir ao longo do tempo, concentrando-se, essencialmente, a nova construção ao longo de infraestruturas viárias pré-existentes sem criação de novas malhas urbanas.

Apresenta-se, atualmente, um novo desafio que pode vir a introduzir alterações tanto na dinâmica urbanística como nas áreas de maior procura em termos territoriais. A pandemia que se tem vindo a atravessar deverá ter efeitos em termos territoriais, ainda difíceis de antecipar, sendo previsível que a procura de habitação sofra alterações, não só no que respeita à localização como na oferta de tipologias e, mesmo, dimensão dos fogos. No entanto, no período que já é possível observar, a dinâmica urbanística manteve-se estável durante todo o ano de 2020, não se tendo feito sentir efeitos negativos nesta área, em todo o território do Município de Aveiro.

Em resumo, com o PDM, instrumento de gestão territorial estratégica e integrada, estão criadas condições objetivas para que o município, em conjunto com todos os stakeholders da sociedade, nos campos social, económico, ambiental, possam vir a intensificar a implementação do modelo de desenvolvimento preconizado que se quer inclusivo, inovador e sustentável.